

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social

O ordenamento do Estado Imperial no Sertão Norte-Mineiro

Carolina Costa Cotrim

Montes Claros, 2007

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social

O ordenamento do Estado Imperial no Sertão Norte-Mineiro

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Regina Célia Lima Caleiro.

Montes Claros, 2007

Apresentação da Dissertação realizada em: 31/05/2007

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Regina Célia Lima Caleiro - Orientadora

Profa. Dra. Ida Lewkowicz (UNESP)

Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa (UNIMONTES)

Profa. Dra. Simone Narciso Lessa (UNIMONTES –Suplente)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

Cotrim, Carolina Costa

C845o **O ordenamento do Estado Imperial no sertão norte-mineiro**
[manuscrito] / Carolina Costa Cotrim. – 2007.

115 f.

Orientadora : Regina Célia Lima Caleiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Montes
Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social.

Bibliografia : f. 112-115

1. Ordenamento – Sertão norte-mineiro. I. Cotrim,
Carolina Costa. II. Universidade Estadual de Montes Claros.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. III.
Título.

CDD – 361

AGRADECIMENTOS

O caminho que percorri ao longo de dois anos da elaboração desta dissertação proporcionou-me um amadurecimento tanto pessoal como acadêmico. Acredito que somente quem passa por essa experiência sabe dos obstáculos e dificuldades enfrentados, além do desgaste físico e emocional; pois, nesse período, dedicamos nossa atenção aos livros, computadores e arquivos sem nos preocuparmos muito com as pessoas que estão a nossa volta. Acredito que sem minha fé em Deus e a certeza de sua presença não somente nos momentos difíceis como em todos os instantes da minha vida, jamais teria tido o equilíbrio e a força que me conduziram ao final desta pesquisa.

Preciso aqui deixar registrado meus sinceros agradecimentos a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a escritura deste trabalho.

Agradeço à Professora Regina Célia Lima Caleiro, responsável pela orientação desta dissertação. A Professora Regina propiciou-me uma conversa precisa, paciente e enriquecedora ao longo desses anos. Sempre solícita, recebeu-me diversas vezes em sua casa em momentos distintos dedicados a esta dissertação. Foi através das suas aulas na Pós-graduação de História que me aproximei da pesquisa e fui motivada a investigar o tema deste trabalho em especial.

Aos Professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, em especial aos docentes Simone Narciso Lessa e João Batista de Almeida Costa pelas valiosas contribuições em minha banca de qualificação.

Agradeço à Professora Simone Narciso Lessa por ter sido presente antes mesmo do meu ingresso nesse Programa de Mestrado em uma disciplina como aluna especial. Muito obrigada por suas orientações iniciais e pela sua gentileza, sempre.

Ao Professor João Batista de Almeida Costa por quem tenho enorme respeito e admiração. Obrigada por ter fornecido diversos livros para o enriquecimento do meu trabalho e pela atenção com que sempre fui tratada.

A querida Professora Márcia Pereira da Silva que ao longo desses anos se tornou minha cunhada e amiga. Descobri que, além de ser uma profissional que é

modelo para muitos, é generosa e sincera e esteve sempre pronta para me ajudar nos momentos mais difíceis, sem nunca querer algo em troca.

Ao colega de Graduação do Curso de História da UNIMONTES e Amigo, Alysson Luiz Freitas de Jesus. Obrigada pelo empréstimo de livros, por sempre me ouvir. Agradeço também pela primeira oportunidade de lecionar a disciplina História Antiga no meio acadêmico. Você é um exemplo a ser seguido pela dedicação e responsabilidade que tem com a História.

Ao Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM de Montes Claros pelo carinho e amizade de alguns colegas. Agradeço as pessoas de Elizabeth Oliveira e Carla Aparecida que na Direção Pedagógica deste educandário, sempre me incentivaram e conseguiram, em muitos momentos, organizar meus horários de aula para que eu pudesse conciliar meu tempo entre o Colégio e os créditos do Mestrado.

Aos funcionários do Departamento de Pesquisa e Documentação Regional da UNIMONTES que me receberam, atenciosamente, várias vezes para a pesquisa das fontes utilizadas. Esse tratamento foi muito importante.

A Carina Costa Cotrim e ao meu cunhado Ítalo Abrantes, pelas palavras de incentivo e força. Pelo carinho e amizade sincera que existe entre nós. É muito bom poder contar com vocês sempre...

À minha família e a família de Luciano por saber da confiança sempre depositada em mim.

A minha Mãe, Maria das Graças Costa Cotrim, mulher, mãe e amiga sempre presente. Se pensei em desistir ao longo desta caminhada, foi em seu exemplo de garra e determinação que me apoiei. A senhora é uma pessoa iluminada. Obrigada por estar sempre por perto.

Ao meu Pai, Ademar Teixeira Cotrim, que através de sua maneira “silenciosa” de demonstrar carinho vibra por mim a cada conquista. Somos parecidos e diferentes ao mesmo tempo e é esta sintonia que faz da nossa amizade, mesmo distante, algo muito especial. Obrigada Painho por ter investido em meus estudos...

Eternos agradecimentos ao meu esposo Luciano Pereira da Silva. Todos os momentos felizes que tenho vivido nos últimos três anos devo a você. Faltam palavras para agradecer o carinho, o respeito, a cumplicidade e dedicação que você tem

dispensado a mim. O Amor que cultivamos a cada dia irá permitir que, juntos, possamos construir uma linda História. O seu apoio foi essencial para a concretização desta dissertação.

As alegrias de ter realizado esta pesquisa compensam os esforços empreendidos.

RESUMO

O século XIX foi marcado por uma série de transformações pautadas no pensamento higienista e na tentativa de fundação de um país *moderno*. Nesse novo projeto civilizatório, o Estado Imperial desenvolveu diversas ações que buscavam ordenar o território e a população. Esta monografia trata do ordenamento no sertão norte-mineiro, região caracterizada e analisada freqüentemente como o lugar da desordem, da barbárie. Foram investigadas as estratégias de ordenamento desejadas e impostas pelo Estado Imperial brasileiro sobre as disposições do território, o comportamento das pessoas e as relações sociais que se produziram no conflito entre a ordem e as necessidades impostas pela sobrevivência da população em geral. No desenvolvimento do trabalho utilizamos uma gama variada de fontes. Através dos Relatórios dos Presidentes de Províncias e dos Códigos de Posturas Municipais buscamos conhecer as ações empreendidas pelo Estado para normatizar o meio urbano, bem como os mais variados aspectos da administração e do cotidiano das cidades. Para investigarmos os papéis desempenhados pelas mulheres utilizamos os relatos dos viajantes. Foram utilizados também processos-crime em que as mulheres figuram como réis, referentes à Comarca de Montes Claros. Nossa intenção foi utilizar o exemplo das mulheres para enfatizar nosso argumento de que o sertão não esteve alheio ao projeto civilizador, ou seja, a existência de diversos processos criminais mostra a ação da justiça e demonstra que a população recorria ao aparato jurídico para resolução dos seus problemas. A análise das fontes utilizadas permitiu inferir que o Estado não estava alheio às questões do sertão norte-mineiro e que, através de diversas ações do poder local, provincial e imperial o discurso normativo foi gradualmente assimilado e implementado na região.

ABSTRACT

The 19th century was marked by a series of ruled transformations in the hygienist thought and in the attempt of foundation of a *modern* country. In this new civilizatory project, the Imperial State developed several actions that tried to order the territory and the population. This monography treats the ordering in the north interior of Minas Gerais, characterized area and frequently analyzed as the place of disorder, of barbarism. The strategies were investigated and imposed by the Brazilian Imperial State about the dispositions of the territory, the people's behavior and the social relationships that were produced in the conflict between the order and the needs imposed by the survival of the population in general. In the development of the work we used a varied range of sources. Through the Reports of the Presidents of Provinces and of the Codes of Municipal Postures we tried to know the actions undertaken by the State to normalize the urban way, as well as the most varied aspects of the administration and the routine of the cities. To investigate the papers carried out by the women we used the travelers' reports. It was also used a process-crime that the women are represented as defendant, regarding the District of Montes Claros. Our intention was to use the women's example to emphasize our argument that the interior was not contrary to the civilizatory project, in other words, the existence of several criminal processes shows the action of the justice and it demonstrates that the population fell back upon the juridical apparatus to solve their problems. The analysis of the used sources allowed to infer that the State was not contrary to the subjects of the north interior and, through several actions of the local power, provincial and imperial the normative speech was gradually assimilated and implemented in the region.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DPDOR - Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da UNIMONTES

AFGC - Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves

RPP/MG – Relatórios dos Presidentes de Províncias de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO A NAÇÃO	8
1.1 A Constituição de 1824	8
1.2 O Código Penal	10
1.3 A Guarda Nacional	11
1.4 As Políticas Higienistas e Sanitaristas	14
1.5 A Província de Minas Gerais	19
1.6 Do Arraial das Formigas à cidade de Montes Claros	22
1.7 Relatórios dos Presidentes de Províncias	26
1.7.1 Obras Públicas	31
1.7.2 Saúde Pública	35
1.7.3 Educação	41
CAPÍTULO 2 – O SERTÃO NORTE-MINEIRO E O ORDENAMENTO IMPERIAL	45
2.1 O Sertão: diversos significados	45
2.2 A ordem e a desordem no Sertão: os Códigos de Posturas Municipais	48
2.2.1 Administração e Serviços Urbanos Municipais	48
2.2.2 Tranqüilidade Pública e Segurança Individual	55
2.2.3 Instrução e Saúde Pública	59
2.2.4 Correspondências Recebidas	63
CAPÍTULO 3 – MULHERES SETANEJAS: ORDEIRAS E DESORDEIRAS	70
3.1 As mulheres e as fontes	70
3.2 Os Viajantes: passagens por províncias e o contato com as mulheres	72
3.3 A ordem social dos lares e o trabalho feminino em Minas Gerais.....	79
3.4 A educação feminina: uma estratégia de ordenamento.....	88

3.5 A imagem das brancas e negras: livres, escravas ou forras.....	92
3.6 O cotidiano feminino no Sertão Norte Mineiro oitocentista.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
FONTES	110
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

O século XIX representa um período de transição para a história em âmbito geral. O conflito entre a tradição e a modernidade, o crescimento de duas grandes correntes interpretativas que chegariam ao século XX – o positivismo e o marxismo, a difusão do pensamento iluminista, enfim, uma grande mudança de paradigma das concepções sobre o homem e sua relação com o meio cresce na Europa e se difunde pelo mundo. A palavra de ordem do período era “modernizar” e/ou “desenvolver”. Tal termo abarcava uma diversidade de significados; desenvolvimento significava civilização, um determinado tipo de estrutura urbana e social, mas também o crescimento de uma economia voltada para o mercado (mais ou menos liberal) no seio de uma sociedade composta por indivíduos que desempenhassem papéis preestabelecidos.

Nesse período, a história mundial registra dois tipos de modernização: as vindas “de baixo” e as oriundas “de cima”; ou seja, a modernização propriamente dita e a modernização conservadora. Os primeiros projetos de modernização foram forjados pela burguesia, aliada à população em geral, que se voltou contra a antiga ordem dos nobres; a exemplo das Revoluções Inglesa, Americana e Francesa. Já por modernização conservadora entendemos a ascensão tardia da burguesia. Explica-se: em alguns Países o grupo social que conhecemos por burguesia alcançou condições de tomar o “poder político” quando a classe trabalhadora internacional já estava organizada (pós-Revolução Industrial inglesa) e era, portanto, um aliado “perigoso demais”. Assim, a revolução modernizadora foi empreendida pelo Estado e, de certa forma, imposta à população. Esse último caso pode ser exemplificado pelo Japão e pela Alemanha.¹

No caso brasileiro, mesmo que o projeto de modernização não possa ser comparado ao inglês, norte-americano, francês, japonês ou alemão, é pertinente a afirmação de que o Brasil se aproxima muito mais daqueles que tiveram uma

¹ Para maiores informações ver Eric J. HobsBawn. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

modernização conservadora. Entre nós, a intenção de modernização partiu de um projeto do Estado e não da população. O Estado Imperial buscou ordenar o território e a população, com o intuito primeiro de alcançar aquilo que entendia por modernidade².

Este trabalho é fruto de nossa intenção de conhecer, compreender e analisar a história de Minas Gerais, especificamente da região norte do estado. Acreditamos na importância de se investigar o ontem para se compreender o hoje e que estruturas presentes na vida social atual foram engendradas em tempos passados; no caso brasileiro, sobretudo nos últimos dois séculos. Nesse sentido, é possível afirmarmos que os elementos que compõem o desenvolvimento sócioeconômico do Brasil dos dias de hoje começaram a ser gestados a partir do século XIX, em virtude do projeto imperial de construção de um país moderno³.

Elegemos como objeto de estudo desta investigação as estratégias de ordenamento desejadas e impostas pelo Estado Imperial brasileiro sobre as disposições do território, o comportamento das pessoas e as relações sociais que se produziram no conflito entre a ordem e as necessidades geradas pela busca de sobrevivência da população em geral.

Partimos do pressuposto de que a História não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos e nem é conduzida essencialmente por grandes reis ou governantes. Da perspectiva da História Social, essa investigação nos remete às relações cotidianas estabelecidas entre a população norte-mineira e com as normas e determinações do Estado. Para a historiadora Hebe Castro, a História Social passa a ser encarada como perspectiva de síntese a partir de sua valorização, como

² Não desconhecemos a diferença entre os termos moderno, modernidade e modernização, bem como suas inúmeras interpretações. Para este trabalho, tomamos como modernidade o mundo que se inaugura a partir dos novos paradigmas do século XIX, a perda da tradição, dos valores que eram tão caros ao homem e que, naquele momento, não faziam mais sentido diante das mudanças consecutivas dos novos tempos. Chamamos de modernização as políticas administrativas, econômicas e sociais que resultaram na modernidade. Por fim, o termo “moderno” pode significar o *status* daquilo que se adequou à modernização ou ainda tudo o que se refere ao período que historicamente denominamos de “Mundo Moderno” (período do absolutismo, do Antigo Regime). Muito em virtude do termo “moderno” significar coisas diferentes em conteúdo e tempo histórico, optamos por utilizar a expressão “país moderno”, ou simplesmente “moderno” como sinônimo de modernidade. Para bibliografia que trata da conceituação dos termos ver: ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 12ª ed, 1999.

³ Segundo Rist (1997,p.) desenvolvimento consiste na fixação de práticas, às vezes aparentemente conflituosas, que requerem, para a reprodução da sociedade, a transformação das relações sociais e a destruição do ambiente natural. Desta forma, direciona-se para a produção de bens e serviços. (tradução livre)

reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. A autora também afirma que, ao tratarmos de História Social, é impossível não fazermos referências ao movimento dos *Annales*⁴.

O período de transição entre os séculos XIX e XX é marcado por uma renovação nos domínios da História. A historiografia positivista do século XIX, que atestava um conhecimento histórico como reflexo fiel dos fatos, em uma recepção passiva, sem a preocupação em interpretá-lo, defronta-se com a emergência de novas discussões epistemológicas, aliadas a uma reação sistematizada em uma geração de escritores, intelectuais e historiadores. O impulso de renovação que se instaurou com o Movimento dos *Annales*, no dizer do historiador Peter Burke⁵, contribuiu de forma notável e significativa para a construção de uma "Nova História", que intentava ampliar o "território" do historiador em meio a um ambiente plural e de construções multifacetadas. As contribuições gestadas no seio desse movimento, por sua vez, permitiram invadir campos inexplorados do comportamento humano, dar vozes a grupos sociais alheios às pesquisas de historiadores tradicionais, bem como refletir o paradigma de um novo estilo de se fazer História aliado à ampliação de seus temas e a uma colaboração interdisciplinar.

Aliados a uma vertente de análise balizada mais pelos ideais socioeconômicos, os historiadores dos *Annales*, ao longo dos anos, têm ampliado seus objetos, temas e fontes. Nas últimas décadas do século XX, os historiadores visaram trabalhar uma História Social que se aproximava, com frequência, dos domínios da cultura.

É a partir dessa renovação que ocorre nos domínios de atuação do historiador que passamos a analisar o comportamento do homem como reflexo da sociedade em que vive. Dessa forma, podemos identificar as transformações que incidem sobre homens e mulheres, conferindo ênfase à história social e em aspectos do cotidiano, confrontada com a política de ordenamento social do Oitocentos.

O sertão norte-mineiro Oitocentista é o espaço privilegiado de análise desta dissertação. Além da abordagem historiográfica, procuramos travar um diálogo com as

⁴ CASTRO, 1997, p.45-46.

⁵ BURKE, 1997.

fontes para desvendarmos as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos homens, mulheres e o reflexo das políticas de ordenamento que estavam sendo implementadas lentamente no país, sobretudo o impacto para esse universo sertanejo.

Empenhamo-nos em usar uma gama variada de fontes na escritura deste trabalho. O primeiro capítulo aborda as estratégias institucionais de ordenamento implementadas pelo Estado sobre o território. A Constituição de 1824, o Código Penal e a Guarda Nacional, as Políticas higienistas e sanitaristas traduzem os passos do Estado Imperial no sentido de instalar uma ordem para o país.

Além da bibliografia, utilizamos os Relatórios dos Presidentes de Províncias. Através dos Relatórios é possível conhecer as ações empreendidas pelo Estado para normatizar o meio urbano, sobretudo no que diz respeito ao espaço regional. Esses Relatórios instigam a curiosidade do pesquisador, pois a análise desses documentos permite vislumbrar as preocupações mais latentes dos presidentes de cada província, além da diversidade dos temas retratados. Em virtude da extensa quantidade de temas e datas de tais Relatórios, selecionamos os assuntos que mais se aproximavam da realidade do sertão norte-mineiro e utilizamos datas esparsas, uma vez que trabalhamos no sentido da permanência das relações entre as pessoas e a ordem Imperial, obviamente no registro da longa duração.

No segundo capítulo deste trabalho, por meio da análise dos Códigos de Posturas Municipais, verificamos o reflexo das ações empreendidas pelo Estado Imperial brasileiro para normatizar e ordenar o espaço público no sertão de Minas Gerais. Os Códigos de Posturas Municipais refletiam interesses de ordens diversas, nos mais variados aspectos da administração e do cotidiano das cidades; como, por exemplo, o fator da insalubridade ligado ao lixo despejado nas ruas, o trânsito de escravos em diversos espaços nos centros urbanos, a criação de animais, as normas para edificações, os trajés e a moral dos habitantes.

No terceiro capítulo, direcionamos nossa pesquisa para o cotidiano feminino. Escolhemos as mulheres dentre uma gama de outros recortes possíveis para o sertão (como as crianças, os mendigos, as prostitutas), sem perdermos de vista que escrever a história das mulheres é também escrever a história dos homens. Nesse sentido, o nosso empenho consiste na interação das mulheres à história geral, como propôs

Bridget Hill.⁶ Para a autora, homens e mulheres interagem e inserem-se no âmbito da história geral, ou seja, no contexto histórico da sociedade em que vivem.

Em busca das mulheres do sertão, utilizamos os viajantes como fonte de informação. Ao debruçarmo-nos sobre a literatura de viagem produzida acerca do Brasil do Oitocentos, pretendemos mostrar as relações sociais entre homens e mulheres que transitavam pelo norte de Minas Gerais.

No tratamento dos mais diversos temas relativos ao Brasil e nas múltiplas áreas do conhecimento, os relatos legados pelos viajantes são cada vez mais utilizados como referência valiosa de informações e documentos históricos. Os viajantes que transitaram pelo Brasil durante o século XIX funcionaram como “testemunhas oculares” de uma época, de uma sociedade em constante ebulição; resgataram inúmeras impressões dos povos, seus costumes, possibilitando ao observador, dessa forma, inferir interpretações particulares e realizar diversas (re) leituras.

Através de um pequeno trecho, a historiadora Ilka Boaventura Leite deixou transparecer uma característica importante acerca da literatura de viagem sobre o Brasil.

O material escrito e iconográfico deixado pelos viajantes estrangeiros é bastante extenso e ainda está para ser recuperado em sua totalidade. As bibliografias existentes são incompletas, e muitas obras raras, artigos de jornais, revistas e manuscritos apresentam grande dificuldade de localização.⁷

A historiadora Laima Mesgravis chama-nos a atenção, em uma passagem esclarecedora, para outro aspecto a respeito da contribuição dos viajantes como fonte de informações, sobre o Brasil do século XIX:

Ainda há muito que fazer do ponto de vista da crítica a esta fonte importante mas eivada de problemas interpretativos sobre sua validade devido às condições de sua elaboração. É preciso lembrar tratar-se de viajantes com problemas de comunicação devido à língua, de tempo de permanência nos lugares visitados e de possibilidade de aceitação pela sociedade local.⁸

⁶ HILL, 1985.

⁷ LEITE, 1996, p. 20.

⁸ MESGRAVIS, 2001, p. 49.

Desse modo, ao empreender uma análise sobre o material legado pelos viajantes, é preciso atentar para um cuidado especial na seleção dos registros e suas impressões.

Em busca do universo feminino e sua relação com a ordem pretendida para o sertão norte mineiro utilizamos também a imprensa. Para Montes Claros, os exemplares de jornais mais antigos desse período, remontam ao ano de 1884. Como objeto de investigação, foram selecionados os materiais existentes até o ano de 1889: trata-se de exemplares inseridos no período compreendido entre 24 de fevereiro de 1884 a 24 de fevereiro de 1885. Não há arquivo para os anos de 1886, 1887 e 1888.

O jornal em questão era o Correio do Norte que se declarava como um Semanário político, literário e de notícias que contemplava informações locais e sobre municípios vizinhos, além de notícias da província, da Corte e do Império. Percebemos que o discurso masculino que tradicionalmente reservava às mulheres somente funções restritas ao espaço dos lares, também está presente neste meio de comunicação. Isso pode ser comprovado pela escassa presença da figura feminina nas diversas notícias publicadas em todas as seções do referido jornal.

Utilizamos um outro *corpus* documental nesse trabalho, também sob a guarda do DPDOR – UNIMONTES: processos-crime que envolveram mulheres como réis. A intenção é utilizar o exemplo das mulheres para apresentar o argumento de que a população do sertão norte mineiro, no período dos oitocentos, envolveu-se em crimes e afastou-se da ordem tida como oficial, como em outros locais; entretanto, a existência de diversos processos criminais denota que a região estava inserida, como outras, no ordenamento proposto pelo Estado.

Convém ressaltarmos que, no decorrer do trabalho, adotamos a estratégia de, com freqüência, transcrever o documento histórico (Relatórios dos Presidentes de Província, Códigos de Posturas e processos-crime) literalmente, respeitando as características da língua escrita da época. Além disso, na transcrição de alguns desses documentos, frases são omitidas devido à deterioração do material.

Ao longo deste trabalho de pesquisa, esforçamo-nos para travar um diálogo permanente com as fontes e a bibliografia utilizada. Recorremos todo o tempo a alguns traços da sociedade colonial que forjaram ou influenciaram as características da

sociedade no Império. Além disso, é importante a constatação de que muitos dos fenômenos investigados nesta pesquisa compunham um cenário maior do que apenas a realidade do sertão norte mineiro. Tal constatação justifica a utilização de bibliografias referentes a diversas regiões do Brasil, como por exemplo, o trabalho da estudiosa Maria Odila Leite da Silva Dias sobre São Paulo. A obra de Dias, “Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX”, tem como tema o conflito para sobreviver de mulheres que viviam nas fímbrias do sistema, que se instalavam nas frestas sociais às margens do trabalho significativo⁹. Não desconhecemos, portanto, os entraves que se colocam a todo o momento no trato com as fontes.

O pressuposto da difícil tarefa de trabalhar as fontes, sobretudo devido à própria natureza fragmentada e por estarem, muitas vezes, comprometidas com apreciações de valor, resulta em exercício de “garimpo”, exige uma coleta minuciosa e paciente.

Por fim, é importante registrarmos que o cruzamento da bibliografia e das fontes regionais com as questões nacionais foi essencial para este trabalho. Destacamos em primeiro lugar a escassez e a deterioração das fontes no que diz respeito à região que elegemos como objeto de estudo¹⁰ e, em seguida, a necessidade de articularmos as especificidades locais, como também as similitudes apontadas pelas bibliografias que tratam de outras localidades. Desse modo, a região norte mineira pode ser compreendida dentro de um projeto nacional de ordenamento territorial, urbano e social.

⁹ BOSI, 1984, p. 8.

¹⁰ Acerca da preservação dos documentos da região norte mineira convém reconhecer o esforço de um grupo de profissionais ligados ao Departamento de História e/ou ao DPDOR – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Há alguns anos, professores do Departamento de História da referida Universidade conseguiram verba da FAPEMIG para recuperar, microfilm, digitalizar e disponibilizar documentos do Fórum Gonçalves Chaves. Desde então, outros docentes juntaram-se ao esforço e outros Projetos foram aprovados por instituições de fomento para a conservação de outros acervos documentais também sob a guarda da Unimontes. Sabemos que ainda há muito para se fazer, sobretudo numa região em que a maioria dos registros históricos permanecem desconhecidos e sob a guarda de particulares, em condições pouco favoráveis de conservação.

CAPÍTULO 1 CONSTRUINDO A NAÇÃO

1.1 A Constituição de 1824

O período compreendido entre a instalação da corte na América Portuguesa e a proclamação da República em 1889 marca uma fase de

tensões e contradições no interior das elites, que garantiu a consolidação de uma estrutura interna e a projeção externa do país, sob a forma de um projeto que buscava na civilização europeia o caminho para construir a nova nação nos trópicos¹¹.

A construção do novo “império” fazia o país conviver com a indispensável influência Ilustrada do século XVIII para a acomodação dos setores sociais e urbanos nos moldes europeus. Estava instaurado, portanto, o paradoxo que iria marcar profundamente a história do Brasil, ou seja, a escravidão e a exclusão social ao lado da tradição intelectual herdeira do século das Luzes.

Esse contexto gerava uma dicotomia entre o real e o ideal. O “país ideal” apresentava-se moldado pelo institucional, pelas leis, códigos, normas assentadas na Constituição outorgada de 1824. Já o “país real” era marcado por tensões, instabilidade política e escravidão. O “país real” representava

a realidade da corruptora estrutura escravocrata; da precária economia agrária; das cidades carentes de abastecimento, de higiene e de obras públicas; das massas destituídas e analfabetas; das parentelas e dos favores; dos privilégios e das proteções¹².

A primeira Constituição do Brasil, imposta à população em 1824, foi elaborada por um Conselho de Estado nomeado pelo Imperador. Nesse planejamento político-administrativo de ordenamento do território nacional, o texto constitucional já delineava o caráter autoritário dos poderes centrados em uma monarquia hereditária,

¹¹ NEVES e MACHADO, 1999, p. 19.

¹² NEVES e MACHADO, 1999, p.190.

centralizado na figura de D. Pedro I. A centralização do poder efetivava-se pela divisão dos quatro poderes políticos formulados por Benjamin Constant: Poder Legislativo, Poder Moderador, Poder Executivo e Poder Judiciário.

Constituindo-se como grande diferencial em relação às outras Constituições, o Poder Moderador era exercido privativamente pelo Imperador, fornecendo poderes absolutos ao monarca. Por meio do Poder Moderador, o Imperador agia sobre os outros poderes tendo autoridade para, por exemplo, dissolver a Câmara, suspender os magistrados, escolher e demitir os ministros de Estado. Pela Constituição Imperial, o território estava dividido em Províncias, que eram as antigas Capitâneas. A estrutura administrativa subordinava totalmente as Províncias ao poder central. De acordo com Silva, isso se dava, pois, o Presidente da província e o Chefe de Polícia eram escolhidos e nomeados pelo Imperador, com atribuições não somente policiais, como judiciais até 1870. Do Chefe de Polícia dependiam órgãos menores com ação nas localidades: os delegados de polícia, os inspetores de quartelões, os carcereiros, entre outros¹³.

Com relação à participação da população na escolha de representantes, a Carta outorgada estabelecia eleições indiretas e censitárias. O Poder Legislativo estava estruturado em uma Assembléia Geral composta pela Câmara dos deputados, eletiva e temporária e pela Câmara dos senadores, composta por membros vitalícios nomeados pelo Imperador dentre membros de uma lista tríplice eleita nas Províncias.

Apesar da existência de eleições, a organização política estava centrada na pessoa do Imperador. Tal característica era reforçada pelo Senado e pelo Conselho de Estado, instrumentos do aparelho político do governo central.

[...] dois órgãos concorriam para reforçar a ação do poder soberano: o Senado e o Conselho de Estado. Aquele, essencialmente conservador, funcionava como órgão de reação contra os movimentos liberais da Câmara dos Deputados. O Conselho de Estado era um órgão consultivo, que tinha enormes atribuições: aconselhava o Imperador nas medidas administrativas e políticas e era o supremo intérprete da Constituição¹⁴.

¹³ SILVA, 2001, p. 75.

¹⁴ SILVA, 2001, p. 76.

A Constituição de 1824 estabelecia distinções entre a condição social dos nascidos no país. Em consonância com a legislação imperial, os libertos nascidos no Brasil seriam designados como crioulos, entretanto, aqueles oriundos da África seriam considerados como estrangeiros, podendo requerer a naturalização. Aos libertos, crioulos ou naturalizados recaíam limitações ao exercício dos direitos políticos. Somavam-se às limitações políticas as restrições à circulação noturna e ao porte de armas. Dessa forma, as idéias Ilustradas do liberalismo setecentista não encontravam terreno fértil para serem postas em prática, uma vez que esbarravam nas próprias limitações estruturais e ideológicas de grande parte da população que vivia sob condição servil.

Este contexto instaurado nos centros urbanos provocava um fosso de desigualdades no seio da população. O empreendimento de construção de um Brasil moderno continuava em ebulição, enquanto o povo se tornava cada vez mais alheio à esse projeto. Dessa forma, percebemos que o desejo da elite imperial de “civilizar” o país, impondo reformas em um contexto histórico-social adverso, priorizando interesses particulares, esbarrava nas formas de sobrevivência da população.

1.2 O Código Penal

A partir de 1808, a transferência da Corte para a América Portuguesa imprimiu alterações significativas sobre o comportamento particular das pessoas e também sobre os aspectos sócio-políticos, econômicos, territoriais e culturais da “nova” sociedade. Os problemas demográficos advindos da chegada da Corte, as deficiências urbanas, as exigências higiênicas dos indivíduos, que agora ocupavam os grande sobrados, exigiam do Estado reformas urgentes.

O projeto da elite imperial de construção de um país moderno e de uma sociedade civilizada, que atendesse a conformação do “velho mundo europeu”, necessitava da disposição de cada um de seus membros em lugares específicos. Nesse empreendimento, o Estado assumiu relevante importância, pois, além de regular as práticas de sociabilidade em diversas partes do território, era preciso também

fomentar as políticas de ordenamento do espaço urbano, no intuito de administrar e normatizar as relações sociais.

Com a chegada de novos portugueses ao Brasil, ainda na condição de Colônia, não havia um conjunto de leis específicas do país, seguia-se a Legislação que vigorava em Portugal. No século XV, durante o reinado de D. Afonso V, as leis vigentes atendiam as Ordenações Afonsinas. Em 1521, o rei D. Manuel promulga as Ordenações Manuelinas. Já nas primeiras décadas do século XVII, pelo fato de ter sido promulgadas por Felipe I, rei de Portugal e Espanha entram em vigor as Ordenações Filipinas. Apesar do discurso proposto pelas Ordenações abranger as mais diversas questões referentes à política e ao cotidiano, o contexto histórico de emancipação política do país exigia mudanças. Segundo Caleiro, a Constituição do Império do Brasil de 1824, artigo 179, apontava para a urgência da elaboração de um Código Criminal substituindo às Ordenações do Reino que não mais se coadunavam com a fachada liberal do nascente Império Brasileiro¹⁵. Em dezembro de 1830, o Código Criminal do Império foi sancionado. Os anos que antecederam a consolidação desse Código, assinalam a preocupação do Legislativo na direção dos trabalhos e os debates em torno das questões sobre a aplicação da pena de morte que, a partir de 1830, seria aplicada apenas aos escravos do sexo masculino.

1.3 A Guarda Nacional

No ordenamento proposto pelo Estado Imperial, outra estratégia utilizada foi a Guarda Nacional, criada em 1831. Formada por pessoas de posses, constituiu-se como um organismo paramilitar como o objetivo de reprimir as manifestações contrárias ao poder estabelecido. Assim, transformou-se em uma força repressiva da aristocracia rural. A lei de criação da Guarda Nacional no Brasil é semelhante à criada na França. No artigo primeiro da Guarda Nacional percebe-se todo o seu programa de ação em que propunha defender a Constituição, a Liberdade, a Independência, e a Integridade

¹⁵ CALEIRO, 2004, p. 143.

do Império; para manter a obediência às leis, conservar, ou restabelecer a ordem e a tranqüilidade pública, e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas¹⁶.

A Guarda era uma milícia em escala nacional, organizada por províncias e municípios, embora se mantivesse subordinada ao presidente da província e ao Ministro da Justiça. As Câmaras Municipais que elaboravam os Códigos de Postura e a Guarda Nacional firmaram-se como duas importantes estruturas constituintes da esfera de poder local, provincial e Imperial.

A criação da Guarda Nacional aconteceu em um momento delicado da História do Brasil: o período de transição da menoridade de D. Pedro II para o Segundo Reinado. Nesse contexto, a atuação da Guarda Nacional, tanto nos municípios, paróquias, quanto fora das províncias, está subordinada às autoridades que poderiam requisitar seus serviços.

Criada como instrumento das classes conservadoras, encarregava-se a milícia de manter ou restabelecer a ordem e a tranqüilidade públicas do Império. Inicialmente preservaria a Nação dos perigos do republicanismo, que certamente traria consigo a quebra das estruturas oligárquicas e coloniais e acarretaria a “subversão e a anarquia”, segundo as palavras de Diogo Antônio Feijó, em julho de 1831¹⁷.

Tal Guarda, assim como a Constituição e o Código, eram um instrumento ou forma de obtenção de determinado ordenamento social. A criação da Guarda Nacional foi um dos atos militares mais importantes do período regencial; sua influência e repercussão vão além dos limites do Império e chegam até a República, destaca-se a sua participação na Guerra do Paraguai e na Revolta da Armada.

Filha dos ideais revolucionários, franceses, a Guarda Nacional, criada pelos liberais, tornou realidade o lema: “Nação em Armas”. Solução de um momento de crise encarnava o princípio democrático de que a defesa da nação é da responsabilidade de todos os cidadãos. As barreiras mentais entre a sociedade militar e o país, no período nativista regencial, mantiveram a situação de desfavor e desprestígio que acompanhavam o soldado de 1ª linha, condicionando a valorização do cidadão soldado que então surgia Coroando ideologicamente aquele

¹⁶ HOLANDA, vol.4, p. 277.

¹⁷ HOLANDA, 1972, tomo II, v.4, p. 278.

sentimento antiportuguês, estavam as idéias revolucionárias francesas e americanas¹⁸.

Para Holanda, os ideais apresentados acima explicam a absorção do poder militar pelo poder civil na primeira Constituição brasileira. Segundo o autor, a Guarda nacional configurava-se como uma milícia cidadã, força de maior confiança para a solução das crises internas¹⁹.

A atuação da Guarda Nacional no sertão norte-mineiro do Oitocentos pode ser percebida através da observação de alguns documentos. No ano de 1845, o presidente da Câmara de Montes Claros de Formigas, Antônio Gonçalves Chaves, ordena em documento que o guarda nacional João Bragança e os oficiais da Polícia procedam ao patrulhamento das noites a qualquer hora e cumpram seus deveres sobre as pessoas que se acharem armadas ou que se fizerem desrespeitosos por seus trajes ou em lugares²⁰.

No ano seguinte, 1846, a Câmara do mesmo município recebe solicitação do governo provincial interessado em obter informação sobre a Guarda Nacional norte-mineira.

Ordeno que com urgência passem a fazer, e me apresentem um novo plano de organização de toda a Guarda Nacional, indicando o número de Batalhões, em que pode ser dividida, suas Paradas e suas respectivas Companhias, e tudo o mais que for conveniente a regularidade do serviço²¹.

O documento reproduzido acima revela uma preocupação com a organização das forças paramilitares no período Imperial brasileiro. Observamos que, mesmo sendo o sertão norte-mineiro uma região geograficamente distante dos grandes centros de decisões políticas, o governo provincial queria estar bem informado sobre o funcionamento desse serviço; de modo que, se a Guarda Nacional não estivesse coerente com o que estava previsto em lei geral, era solicitada uma reforma. Em resposta ao caso referido anteriormente, o presidente da Câmara de Montes Claros de

¹⁸ HOLANDA, 1972, tomo II, v.4, p. 275.

¹⁹ HOLANDA, 1972, tomo II, v.4, p. 275.

²⁰ DPDOR/APMC, Guarda Nacional, nº 04.15.03/000.002.

²¹ DPDOR/APMC, Guarda Nacional, nº 04.15.03/000.010.

Formigas recebeu um comunicado do governo provincial informando que já havia recebido a cópia do Plano da nova organização da Guarda Nacional e aprovado a mesma, ficando por consequência a Legião composta de quatro Batalhões, sendo o primeiro de seis companhias, o segundo de quatro, o terceiro de seis e o quarto de quatro²².

1.4 As Políticas Higienistas e Sanitaristas

As relações entre as políticas higienistas, sanitaristas e o desenvolvimento político-social são evidentes no contexto Europeu pós-iluminista que, posteriormente, irradiou idéias para os demais continentes, influenciando a construção da ordem, inclusive no Brasil.

Até o início do século XIX, a cidade era tida como o lugar do Rei, da política. O crescimento das cidades e as consequências da industrialização produziram nos centros urbanos europeus os sintomas da doença, do inchaço, do vício. Nesse contexto, há uma preocupação do Estado aliada à intervenção dos médicos higienistas, no intuito de se construir uma nova disciplina para o meio. Segundo Rosen, “o conceito de medicina social apareceu como resposta aos problemas de doença criados pela industrialização²³”. É interessante salientarmos como a história da medicina social aparece intimamente ligada à história da ação social em relação aos problemas de saúde e do comportamento diário das pessoas. Faz-se necessário ressaltarmos, portanto, a intrínseca relação entre os problemas sociais e a ação médica.

Em fins do século XVIII e início do século XIX, no período em que acontece a valorização do conhecimento racional, a medicina era vista como algo puramente técnico; o ser humano era reduzido a uma simples lente de microscópio. Contudo, “as idéias médicas têm sua origem não só na técnica, mas em grande parte na imaginação e julgamentos humanos”.²⁴

As estruturas da velha ordem colonial brasileira, as ambigüidades latentes geradas pelo sistema escravista, a imagem do senhor de engenho e da casa grande

²² DPDOR/APMC, Guarda Nacional, nº 04.15.03/000.011.

²³ ROSEN, 1979, p.138.

²⁴ ROSEN, 1979 p. 25

que, posteriormente, cedeu lugar aos sobrados, subsistiram até o Oitocentos. Essa transição espaço-temporal do período Colonial para o Império não sinalizou uma ruptura dinâmica com a tradição da Colônia. O resultado do modo de vida dos indivíduos e do sistema escravista, a herança da desordem colonial gerou a necessidade de se ordenar os indivíduos e o espaço territorial, no sentido de se obter comportamentos e imagens apropriadas ao brasileiro e ao país que se pretendia moderno. Segundo Jurandir Freire Costa, outra estratégia importante para contornar a desordem social e urbana no século XIX foi a intervenção dos médicos higienistas no cotidiano da população. Conforme já mencionado, com a chegada da Corte à América Portuguesa, imprime-se uma dinâmica especial ao incipiente desenvolvimento urbano. A pressão populacional exigia uma infra-estrutura adequada para acolher milhares de pessoas que desembarcavam no porto do Rio de Janeiro. As modas inglesa e francesa passaram a influenciar não somente os novos comportamentos, mas também a arquitetura doméstica. Nesse contexto, a higiene ganhou força, pois foi impulsionada pelo interesse político do Estado na saúde da população, com vistas à promoção do brasileiro apto ao trabalho e a bem representar o país segundo os códigos e as concepções morais dominantes no período.²⁵

O nosso interesse, portanto, é compreender a influência da política higienista no ordenamento do espaço a partir do século XIX. Segundo Rosen, “no século XVIII, vários médicos reconheceram a necessidade de abordar a medicina e a higiene levando em consideração sua inserção no meio social. Mas coube ao século XIX desenvolver a idéia de medicina como ciência social²⁶”. No Brasil, através da intervenção dos higienistas no território, vai se construindo o perfil sanitário das cidades, no intuito de minimizar a desordem oriunda dos hábitos coloniais.

Embora já houvesse a preocupação de alguns setores da sociedade, como médicos e engenheiros, com a organização do meio social desde o século XVIII, essa preocupação se tornou mais latente no século XIX, período em que estudiosos elaboraram inúmeras estratégias para promover a transformação do meio em um ambiente mais “adequado” para se viver. A cidade vai ser pensada como espaço que,

²⁵ COSTA, 1983 p.32.

²⁶ROSEN,1979 p.78 .

transformado, se tornaria um local/meio ideal para se formar homens saudáveis, moralizados e trabalhadores, os bons cidadãos.²⁷

A participação dos médicos foi fundamental nesse processo de higienização das cidades e, por conseguinte, das famílias. A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria.²⁸ É importante ressaltarmos que esse projeto de higienização imposto à população pretendia criar uma ordem para as cidades. Dessa forma, paralelo às alterações dirigidas à arquitetura das casas, praças, ruas; a família e a intimidade de seus indivíduos também foram atingidas.

A intervenção dos médicos higienistas no cotidiano dos indivíduos revelava um projeto de modernização desejado pela elite com a ordenação da cidade. Assim, as medidas higiênicas foram sendo introduzidas e/ou impostas, paulatinamente, na sociedade. “A casa teve seu perfil arquitetônico modificado, sobretudo, para aumentar o intercâmbio entre o ambiente doméstico e o meio social. A intimidade transformou-se para permitir um fluxo afetivo mais livre entre os próprios membros da família”.²⁹

É interessante observarmos como se processaram a organização e o funcionamento da residência colonial, a fim de investigarmos as relações entre os indivíduos e o ambiente social. Nesse contexto, sob jugo patriarcal, havia ou pretendia-se uma delimitação bastante rígida entre as funções desempenhadas por homens e mulheres, no interior ou fora das residências. O homem permanecia bastante tempo na rua, enquanto que as mulheres deveriam passar maior tempo no interior da habitação, cuidando dos afazeres domésticos. Quando chegava alguma visita em casa, era comum a crença de que as mulheres deveriam correr para seus aposentos, reforçando ainda mais sua condição de reclusas e submissas. O contato das mulheres com o mundo exterior era, ou deveria ser, bastante tímido.³⁰ Através da edificação das residências também é possível verificar a existência de jardins, pomares que permitiam maior isolamento no fundo das casas e a presença das varandas, construídas também

²⁷ BRESCIANI, 1991, p.48.

²⁸ COSTA, 1983, p.48

²⁹ COSTA, 1983, p. 79

³⁰ Não desconhecemos que muitas mulheres fugiram do padrão aceito moralmente no período, muitas vezes mesmo a estrutura familiar não correspondia ao esperado socialmente, em virtude, dentre outros, das exigências da sobrevivência e das poucas condições materiais.

para permitir uma “distância social”. O isolamento das mulheres e sua exclusão do convívio com os hóspedes do marido ou visitantes eram fatos correntes ainda nas primeiras décadas do século XIX.³¹ O sentimento de intimidade familiar não existia, o convívio doméstico e a socialização das conversas à mesa eram mínimos. Sobre a localização, dimensão, as características da edificação das casas coloniais, percebe-se que

(...) a rusticidade do material e técnicas de construção; a precariedade das instalações de água e esgoto; a pobreza de móveis e outros utensílios domésticos; a presença de escravos e a auto-suficiência econômica eram indícios do parco desenvolvimento urbano, econômico e social da Colônia.³²

O ideal de família colonial estruturava-se em torno de uma hierarquia centrada na figura do pai que representava o princípio de unidade da propriedade, da moral, da autoridade, da hierarquia, enfim, de todos os valores que mantinham a tradição e o *status quo* da família³³. O homem exercia as funções de pai, marido e chefe da casa, cabendo-lhe também a participação nas dimensões sócio-política e econômica.

Se durante o período da Colônia a família deveria viver mais tempo no interior da habitação, a fase higiênica (no Império) já denota um período em que mulheres e crianças começaram a ganhar o espaço da rua. Dessa forma, percebe-se que com a intervenção dos médicos higienistas, “a família não só podia como devia expor-se ao mundo. Mas, sob a mira do controle do médico, que era flexível, versátil, distribuidor de responsabilidade e não apenas monopolizador de proibições”.³⁴

No Império, à semelhança do período colonial, o Brasil ainda registrava dificuldades relativas ao saneamento e à cultura material; mas aumentava a complexidade da tessitura social, já que era visivelmente mais ambígua no que se refere à coexistência de um projeto da elite para modernizar o país e a grande massa de negros (escravos ou não) que coloria o cenário urbano, mas legados às margens da sociedade.

³¹ COSTA, 1983, p.101.

³² COSTA, 1983, p. 110.

³³ COSTA, 1983, p.95.

³⁴ COSTA, 1983, p. 138.

É nesse momento que os médicos higienistas interviram no cotidiano dos indivíduos e estimularam uma convivência familiar harmoniosa. Nas primeiras décadas do século XIX, a medicina já era uma aliada do Estado e das famílias, na promoção da saúde e na organização de normas domésticas de sobrevivência, com vistas ao ordenamento social.

A tentativa higiênica de construir uma nova intimidade familiar desestruturou as relações da casa com o universo social. O recato com que a família abordava e se deixava abordar pela cidade foi atacado pela medicina a serviço da urbanização e do Estado.³⁵

Nesse contexto, percebe-se que a intervenção dos higienistas no seio familiar começou a introduzir uma nova disciplina. O convívio doméstico, as relações estabelecidas entre os moradores das casas e o ambiente social externo recebem influência da atuação desses profissionais. Além da casa, homens, mulheres e crianças também estavam no raio de atenção dos médicos.

O incipiente desenvolvimento urbano, o ordenamento do território e de seus membros imprimia novo dinamismo à vida social e privada, tanto de homens como de mulheres. As “mulheres enclausuradas”, por exemplo,

tornavam-se “antifuncionais”. A corte requeria a “mulher de salão”, a “mulher da rua”. Os grandes negócios e o pequeno comércio exigiam uma e outra respectivamente. A mulher de posses deveria saber receber as visitas do marido, estar presente à mesa e às conversações.³⁶

Portanto, a atuação dos médicos higienistas conferia mudanças significativas no comportamento das pessoas. Os antigos hábitos coloniais, paulatinamente, foram sendo abandonados e, o corpo, as vestimentas, a arquitetura doméstica seguiam europeizando-se; a cidade passou a exercer influência importante sobre a família.

A compreensão da existência de estratégias políticas de ordenamento do espaço territorial e de seus membros, via Estado, projetadas especialmente pela Corte

³⁵ COSTA, 1983, p. 133.

³⁶ COSTA, 1983, p.119.

Imperial, leva-nos a indagação que norteou esta investigação: como políticas de ordenamento social pensadas a partir de pólos urbanos foram desenvolvidas na região norte-mineira durante o Oitocentos?

1.5 A Província de Minas Gerais

Até a primeira constituição republicana, datada de 1891, a divisão territorial - administrativa do Brasil estava assentada na distribuição em Províncias³⁷. Um dos aspectos que caracterizou a diversidade e formação de cada província foi sua história econômica. Em Minas Gerais, durante o Setecentos, a riqueza do ouro constituiu-se como importante fonte de riquezas e marco da fisionomia econômica. A região adquiriu importância de maneira rápida e atraía pessoas de todos os lugares. Paulistas, baianos, portugueses vinham para essa província no intuito de explorar as minas e obter lucros. A atividade mineradora diferia de outros ramos, como por exemplo, a agricultura, pelo fato de que o trabalho não se esgotava apenas na extração do ouro; envolvia uma demanda por organização, administração, cobrança de tributos e comercialização. Além disso, esse trabalho, diferentemente do agrícola, não gerava os frutos para subsistência imediata. Devido às características da exploração do ouro, essa atividade entrou em estágio de escassez e decadência muito rápido, sendo que no início do século XIX, Minas Gerais já enfrentava grave crise econômica.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda traça o perfil que a capitania de Minas Gerais apresenta quando da chegada da Corte ao Brasil em que “é bastante desalentador, como se vê o depoimento de quantos a descreveram na época. A nota comum em todos esses testemunhos é a pobreza ou mesmo a miséria, que se apresenta em contraste com um passado rico e esplendoroso³⁸”. É importante salientarmos que esse quadro não é característico apenas de Minas Gerais, mas uma

³⁷ No período que antecede imediatamente a Independência, no Primeiro Reinado e na Regência é que a presença do Estado deverá impor-se de modo mais completo, tendendo a uma relativa uniformidade para as Províncias. Se as Capitânicas se distinguiram às vezes umas das outras, as províncias já caminharam para uma certa igualdade, pois são mais gerais as normas que devem regê-las. Daí a importância do período que se estende de 1808 até o início do Segundo Reinado, quando se consolida a ordem que vai dar estabilidade a essa fase da história política. (HOLANDA, 1972, p. 364).

³⁸ HOLANDA, 1972, p. 369.

realidade que está reproduzida também em outras localidades, como é o caso, por exemplo, da Bahia³⁹.

Apesar da exploração do ouro ter se esgotado rapidamente, diversas características oriundas dessa atividade econômica continuaram compondo o cenário da Província de Minas Gerais. Dentre essas características, podemos destacar a urbanização, legada da exploração do ouro e que distinguia Minas de outras regiões.

O caráter urbano da formação mineira é mesmo outra nota distintiva das capitanias. Enquanto em regiões como o Rio, Bahia ou Pernambuco a exploração de certo produto formava pequeno grupo em torno da fazenda, grupo que crescia lentamente, em Minas os agrupamentos humanos apresentavam logo certa densidade. Se a lavoura impunha o latifúndio, a pecuária exigia espaços bem amplos para a sua expansão. Não impunham a existência da cidade⁴⁰.

A urbanização em Minas, herança do processo minerador, é acompanhada de outras particularidades. A organização da empresa aurífera demandava um rígido controle do Estado a fim de evitar a escamoteação do que lhe era devido. Ao contrário das regiões de economia essencialmente rural, baseadas em fazendas dominadas por um senhor praticamente independente, em que o Estado é, às vezes, até mesmo entidade vaga, nas cidades das Minas houve o núcleo urbano com a máquina administrativa bem instalada⁴¹.

Nem todas as regiões de Minas prosperaram de maneira harmônica com a instalação da atividade mineradora. As pessoas que afluíram para essa região formaram núcleos povoadores e com o passar dos tempos surgiram as vilas.

Minas só teve uma cidade, ao longo de todo o período de dependência portuguesa: Mariana, antiga Vila de N. S. do Carmo, elevada a essa condição pela carta régia de 1745. Teve algumas vilas, em número, entretanto inferior ao de concentrações populacionais que podiam ter recebido o título. Basta que se atente ao fato de que a Capitania teve até 1808 apenas quinze, Ouro preto e Sabará, São João Del-Rei, Serro e Caeté, Pitangui, Minas Novas, Itapeçerica, Barbacena e Queluz,

³⁹ Escrevendo em 1808 na Bahia, Luís dos Santos Vilhena dizia que o Brasil era “a morada da pobreza”, bem como “o berço da preguiça e o teatro dos vícios”; para ele, “o povo a exceção de alguns lavradores aparatosos, como os senhores de engenho, é uma congregação de pobres”. (Holanda, 1972, p. 369).

⁴⁰ HOLANDA, 1972, p. 371.

⁴¹ HOLANDA, 1972, p. 371.

Campanha e Paracatu, São Sebastião do Paraíso e Baependi -, enquanto o Brasil apresentou o número de 213 vilas. Em 1808, temos, pois, uma cidade de 15 vilas que se distribuem pelas quatro comarcas de Ouro Preto, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro. Considerações de natureza política e administrativa explicam esse número reduzido de unidades, que não traduz o quanto real, uma vez que a urbanização aqui é mais efetiva que no resto do país⁴².

O ouro abundante não foi condição para que todas as vilas prosperassem da mesma maneira. A região Norte de Minas Gerais, por exemplo, servia de passagem para mineiros e baianos que, além de buscarem o tão precioso metal, serviam gêneros alimentícios para a região aurífera.

Como todo território nacional, o panorama da província de Minas Gerais começa a transformar-se a partir de 1808, com a vinda da Corte para o Brasil. Essas transformações são impulsionadas por uma série de ações do Estado que visavam intervir na situação desalentadora e de grave crise econômica, como já foi descrito anteriormente. Além disso, convém salientarmos que, com o processo de decadência da exploração aurífera, outras atividades econômicas que requerem uma dinâmica diferente de funcionamento passam a predominar na província. De acordo com Holanda, no governo de D. João VI, as estradas que antes eram impedidas para evitar o descaminho do ouro, agora são permitidas; admite-se a vinda de estrangeiros e instalam-se fábricas. Do mesmo modo, a abertura dos portos e a liberação da indústria, medidas de alcance nacional, pretendem romper com o isolamento até então característico do Brasil⁴³.

Nesse contexto, com relação à economia, ganha destaque a pecuária. Se antes ela configurava-se mais como uma atividade de apoio ao trabalho minerador, agora ela apresenta-se como ramo central da economia. Tendo em vista condições naturais favoráveis, como clima e pastagens, sobretudo ao Sul do estado, Minas torna-se uma grande produtora de gêneros relacionados à criação do gado.

De acordo com o estudioso Antônio Ferreira Cabral, essa situação também está presente no Norte de Minas Gerais e, em especial, na cidade de Montes Claros. A

⁴² HOLANDA, 1972, p. 372.

⁴³ HOLANDA, 1972, p. 375-376.

ausência do ouro fez emergir muitos criatórios de gado de prestígio na região. Muitas pessoas de cidades vizinhas vieram para essa localidade, gerando um aumento populacional e o crescimento do número de casas e prédios; com isso, deram origem ao enriquecimento dos grandes fazendeiros com o prestígio de uma classe que se configurava como importante aristocracia rural. Esses fazendeiros enriquecidos sustentaram uma estrutura de poder calcada no “mandonismo local” e na troca de favores convertendo-se em verdadeiros coronéis.

As mudanças econômicas sentidas por uma determinada região também vão provocar uma oscilação no grau de importância de determinadas cidades. Localidades que, dentro de um certo contexto, ocupam papel de destaque na economia do estado e até mesmo do país, em outras situações já não se apresentam como centros econômicos importantes. Tal fenômeno também está presente em Minas Gerais no decorrer do século XIX e é descrito pela historiadora Jonice dos Reis Procópio Morelli. Para a autora, a partir da década de 1830 houve uma progressiva ascensão de Montes Claros devido a fatores como a mudança do eixo econômico regional e provincial. Essa mudança provocou, por exemplo, a diminuição do comércio pelo Rio das Velhas, importante rota comercial, enquanto a cidade de Sabará destacava-se como centro difusor de riquezas⁴⁴.

1.6 Do Arraial das Formigas à cidade de Montes Claros

A ocupação e povoamento do Norte de Minas Gerais estiveram relacionados com a criação de gado e com as expedições bandeirantes formadas principalmente por paulistas. Vários nomes que compunham o empreendimento das bandeiras são conhecidos pelo desbravamento da região durante a busca pelas famosas esmeraldas e das diversas lutas travadas contra os índios. Em meio aos homens que ilustraram essa história, ressaltamos Fernão Dias Paes, Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira.

Dentre os objetivos que eram inerentes a cada bandeirante, destaca-se o desejo de fundar povoados. A formação histórica e o povoamento do sertão norte-

⁴⁴ MORELLI, 2002, p. 53.

mineiro devem muito à atuação desses homens que ali chegavam e faziam prosperar suas atividades econômicas. Nesse contexto, conferimos ênfase à expedição de Matias Cardoso de Almeida que desde fins do século XVI transitou pela região mineira, fixou-se às margens do rio São Francisco e mais tarde fundou um arraial com o seu nome.

De acordo com o antropólogo João Batista de Almeida Costa, com a fixação de Matias Cardoso nas margens do rio São Francisco e de diversos membros de seu grupo em vários pontos desse território, foram implantados na região os currais de Minas, já descritos por Antonil em fins do século XVII e que foram responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios das minas⁴⁵. Ao realizar uma pesquisa sobre o processo de formação de Minas Gerais e o histórico preconceito pelo qual se compara com outras regiões do estado, Costa estudou as regiões de Matias Cardoso, no Norte de Minas Gerais e Mariana, na Zona da Mata mineira. O trabalho desse autor, culminou na sua tese de doutorado apresentada à Universidade de Brasília em 2002 e fornece significativas contribuições para os pesquisadores ou estudiosos que queiram aprofundar seus conhecimentos sobre a história de Minas Gerais. É interessante analisarmos que, sob a ótica desse pesquisador, a formação das Minas Gerais ocorreu da junção do sertão e sua atividade agropastoril, com a região mineradora e suas riquezas; cumpre ressaltarmos a importância da região Norte do Estado que durante muito tempo garantiu a subsistência da população da área mineradora com seus gêneros alimentícios.

O bandeirante Antônio Gonçalves Figueira, também conhecido por percorrer a região mineira e baiana, fundou vários povoados, além de driblar as emboscadas dos indígenas. Em uma expedição em que chegara a Jaíba e Olhos d' Água, obteve por alvará de 12 de abril de 1707 uma sesmaria de légua e meia de largo por três de comprimento, nas cabeceiras do Rio Verde, onde se instalou, para formar a fazenda Montes Claros, distante das margens do citado rio, ou seja, no Rio Vieira, afluente do primeiro. A principal atividade era a criação de bovinos, com o objetivo de comercialização com outras localidades. Para chegar aos mercados consumidores foi necessária a abertura de diversos caminhos. Em decorrência destas atividades

⁴⁵ COSTA, 1999, p. 36.

formavam-se vias de comunicação entre a fazenda Montes Claros, Pitanguí, Serro e a Tranqueira, na Bahia, entre outros⁴⁶.

No ano de 1768, o alferes José Lopes de Carvalho comprou a fazenda dos herdeiros de Gonçalves Figueira que havia se mudado para Santos. Sob nova administração, a fazenda desenvolveu-se formando um povoado.

Em 13 de outubro de 1831 o Arraial de Formigas foi elevado à categoria de Vila. Na década de 1850, a vila tornou-se cidade, com o nome de Montes Claros. O processo de ascensão da cidade de Montes Claros da condição de vila para cidade se deu através de transformações lentas.

Reconhecemos algumas características do Arraial de Formigas através dos relatos do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire. Em 1817, o viajante ficou impressionado com a praça do povoado de Formigas e a descreveu como um quadrilátero alongado, mais ainda em formação, pois, faltava-lhe um dos pequenos lados, justamente aquele que viesse do Tijuco. Naquela praça achavam-se construídas a maioria das casas do povoado, quase todas pequenas, mais ou menos quadradas, baixas e cobertas de telhas. Saint-Hilaire também aponta que, além da praça, há ainda em Formigas algumas ruas paralelas a dois dos lados da própria praça. Uma dessas ruas é chamada de Pedregulho, a primeira a formar-se na povoação, devido à proximidade do rio Vieira, com acesso franco às suas aguadas. O viajante francês admite que a povoação era uma das mais belas da Província de Minas e o que lhe causara maior admiração, foi a vastidão da praça que era digna de uma das maiores cidades⁴⁷.

Entretanto, o olhar crítico do viajante também aponta alguns traços negativos sobre a população sertaneja que ali vivia.

Não existem minas nos arredores de Formigas, e é principalmente a sua localização privilegiada numa estrada muito freqüentada e no começo do sertão que atrai as pessoas para ali. Parece também que muitos criminosos, perseguidos pela Justiça, vêm procurar refúgio nesse lugar afastado, contribuindo assim para aumentar a sua população. Seus habitantes não gozam absolutamente de uma boa reputação, e na época em que estive lá houve um assassinato motivado

⁴⁶ BRASIL, 1983, p. 21.

⁴⁷ VIANNA, 1972, p. 141,146.

pelo ciúme. O criminoso fugiu com a sua amante, que não passava de uma prostituta, e não consta que tenha sido tomada qualquer providência para prender o culpado⁴⁸.

O século XIX foi palco de significativas alterações nas relações político-econômicas do sertão norte-mineiro. Esse cenário marcado pelo processo de ordenamento do Estado Imperial que foi sendo implantado no país e o estabelecimento de um poder público mais efetivo configura-se como recorte temporal desta pesquisa.

Durante o Oitocentos, no que se refere às questões políticas, os municípios perderam autonomia, o que levou as lideranças políticas do Norte de Minas Gerais a estabelecerem um maior vínculo com a política Imperial, por meio de uniões e acordos. Isso significou uma importante mudança para a estrutura político-econômica do Norte, em especial à cidade de Montes Claros que, ao contrário do sempre destacado isolamento percebido ao longo do Setecentos, mostrava-se agora mais integrado ao jogo político nacional.⁴⁹

O período inicial de ocupação do território e da formação da sociedade norte mineira é assinalado pela presença de paulistas e baianos que se dedicaram à produção de gêneros alimentícios para o sistema açucareiro do recôncavo baiano e para a cidade de Salvador. Essa dinâmica, portanto, conhece relevante alteração quando da descoberta do ouro no sertão dos Cataguá. A dependência dos mineradores por gêneros alimentícios levou os criadores de gado dos chamados Currais da Bahia a voltarem suas atividades produtivas para o abastecimento da zona de mineração aurífera⁵⁰.

A ocupação e o povoamento do sertão norte-mineiro teve como fator impulsionador as atividades econômicas desenvolvidas na região. Por não se tratar de um espaço tradicionalmente rico em jazidas minerais, a base da colonização nessa região foi a pecuária. Sobre esse tema, o antropólogo João Batista de Almeida Costa também ressalta que “o comércio estabelecido com a região mineradora propiciou que parte do produto explorado nas Minas Gerais aqui viabilizasse a ampliação da forma de

⁴⁸ SAINT-HILAIRE, A, 2000, p.326.

⁴⁹ BIEBER citado por JESUS, 2005 p. 25.

⁵⁰ COSTA, 2004, p.7.

ocupação e do modo de produção, alargando ainda mais as possibilidades econômicas regionais”.⁵¹

Historicamente, em diversas regiões do interior do Brasil, reconhecemos características bastante peculiares quanto ao exercício dos poderes público e privado. A relação de favores, o mandonismo local e a utilização do poder em proveito próprio, durante muito tempo atemorizaram as camadas inferiores dos sertões do país e ditaram as normas e regras a serem seguidas pela população. Em suas pesquisas sobre o desenvolvimento social⁵² do Norte de Minas Gerais, João Batista de Almeida Costa se valeu das contribuições da antropologia para desvendar a trama da realidade regional. Ao trabalhar com a perspectiva do nativo, o autor percebeu que essa população, “excluída das benesses geradas pelo capitalismo ou pelo desenvolvimento econômico da região, levou suas vidas por caminhos alternativos, criando lógicas e estratégias de sobrevivência” diferenciadas das regiões pólo de desenvolvimento nacional⁵³.

Acreditamos que durante o Oitocentos, a população do sertão norte-mineiro, ainda que estivesse geograficamente distante da Corte Imperial, não estava totalmente alheia das decisões tomadas pelo poder público. Isso pode ser comprovado mediante a preocupação com o local, expressa nos Relatórios dos Presidentes de Províncias e nos Códigos de Posturas Municipais.

1.7 Os Relatórios dos Presidentes de Províncias

Com a chegada da Corte, o cenário urbano foi inundado de viajantes, pintores e retratistas; através de seus traços será construída uma imagem de nação sob o olhar do estrangeiro. Nesse contexto, “a imagem da Corte era uma imagem não somente pública, mas publicada nos jornais e nas exposições universais, a imagem do Império ainda tinha como modelo à família imperial⁵⁴”. É interessante observarmos que os membros da família imperial não foram os únicos a estarem no centro da atenção

⁵¹ COSTA, 2004, p. 9.

⁵² Estratégia política através da qual os grupos humanos desenvolvem a capacidade de resolver seus problemas e consolidar o bem estar socialmente definido pela otimização dos recursos sociais; revertendo-os em benefício da totalidade social em todos os seus aspectos. p.5.

⁵³ COSTA, 2004, p.4.

⁵⁴ MAUAD, 1997, p. 185.

dos estrangeiros. A paisagem imperial, as ruas, os becos, os largos, as praças, as mulheres e os homens também sintetizavam as representações do Império. O olhar do viajante, testemunha ocular desse universo repleto de contradições, confere aos relatos ou material iconográfico as impressões fiéis de quem estava bastante atento a todos os detalhes.

Reunindo uma gama variada de temas, as imagens refletiram cenas cotidianas e os registros das solenidades do Império em diferentes províncias. Através da cultura visual expressa em jornais, revistas e fotografias foram sendo construídas a imagem de uma nova nação.

Para Mauad pode-se depreender dos textos de viajantes, por exemplo, uma imagem denegrada da cidade do Rio de Janeiro, capital do Império: “a sujeira da cidade, o movimento do mercado, o pregão dos ambulantes, o trânsito dos bondes, as ruas estreitas e sinuosas, e as moradias precárias, que já ocupavam os morros (...)”.⁵⁵

No contexto da segunda metade do século XIX, a reprodução visual da paisagem permite-nos vislumbrar os liames de uma sociedade ainda distante do modelo civilizatório europeu. Os centros urbanos em diversas províncias e, em especial a cidade do Rio de Janeiro que sintetizava as representações do Império, transformaram-se em ambientes assinalados por diferenças sociais.

A Constituição de 1824, o Código Penal e a criação da Guarda Nacional são materializações do ordenamento que foi, gradualmente, sendo imposto ao território brasileiro. Uma das maneiras mais ricas de se estudar esse ordenamento é a análise dos Relatórios dos Presidentes de Província. Assim como havia diversidade de costumes entre as províncias, as informações contidas em cada Relatório também apresentavam suas especificidades. Sobre a província de São Paulo, o historiador Frédéric Mauro ressaltou a importância desses documentos para melhor compreensão da dinâmica dos centros urbanos.

No relatório que o presidente fazia todos os anos à assembléia provincial, podem-se encontrar muitas informações sobre o equipamento urbano: iluminação e pavimentação das ruas, prisão,

⁵⁵ MAUAD, 1997, p.207.

mercados, matadouros, abastecimento de água, jardim botânico, teatro, inundações.⁵⁶

O conhecimento de como funcionava o ordenamento das cidades durante o século XIX interessa-nos não somente pelo que se refere à infra-estrutura e à função do Estado nesse empreendimento de construção de um Brasil moderno, mas também pela reprodução das relações sociais que se deram nessa teia social, gerando desigualdades de ordens diversas. Em seus estudos sobre a província da Bahia no século XIX, o historiador Frédéric Mauro comentou de maneira interessante à fusão que se processou entre a sociedade Colonial e a nascente “civilização” Imperial. “Uma espécie de distância social se estabeleceu entre ricos e pobres, brancos e pessoas de cor, grandes residências e casebres⁵⁷”. Segundo Mauro, sobre a cidade na Bahia, é curioso observarmos que “a parte bem construída foi feita essencialmente para a classe dominante: os jardins públicos, os lugares sombreados, os bancos e os monumentos eram reservados aos belos senhores de botas finas, gravata e chapéu, que deixavam a esposa e os filhos em casa⁵⁸”.

A perspectiva de edificação das cidades denota o antagonismo latente que havia na disposição do espaço urbano. Assim como na Bahia, outro ambiente que desperta atenção de estudiosos quanto à organização das casas, ruas, jardins e passeios públicos é a cidade do Rio de Janeiro. As casas do Rio, construídas em terreno úmido, não tinham fossas. Os detritos domésticos eram lançados de forma indiscriminada nas ruas pelos escravos que carregavam seus barris em um movimento que despertava a atenção e o olhar perplexo dos passantes.

Em geral as ruas não eram pavimentadas. As que o eram estavam semeadas de buracos e de rachaduras, e que podiam ser bastante perigosas. Em vez de ser abaulado como na Europa, o calçamento descia a partir de cada lado das casas, com um único canal, verdadeiro esgoto.⁵⁹

⁵⁶ MAURO, 1991, p. 141.

⁵⁷ MAURO, 1991, p.123.

⁵⁸ MAURO, 1991, p.124.

⁵⁹ MAURO, 1991, p.21.

Essas idéias refletem uma certa permanência das condições coloniais durante o período Imperial. As descrições da real situação das cidades mencionadas anteriormente revelam a necessidade de políticas públicas com vistas ao ordenamento do espaço urbano, como desejavam a elite e o Estado ao se aproximarem do discurso da modernidade tão em voga na Europa.

Os Relatórios dos Presidentes de Província são comunicações anuais em que os funcionários do governo apresentavam uma síntese das atividades realizadas em cada província. Essas mensagens informavam aspectos variados da organização territorial do espaço público e do comportamento de seus indivíduos.

Sobre a direção da administração provincial, Sérgio Buarque de Holanda analisa que ela foi regulamentada pela lei de 20 de outubro de 1823, em caráter provisório. A Constituição do Império estabelecia que a administração seria realizada por um presidente nomeado pelo Imperador, que poderia também removê-lo. A Constituição reconhecia o direito de todo cidadão intervir nos negócios de sua Província, além de garantir o exercício desse direito às Câmaras dos distritos e ao Conselho Geral da província que deveria constar de 21 membros nas mais populosas, como é o caso de Minas⁶⁰. Entretanto, esse processo sofreu algumas alterações com a edição do Ato Adicional, de agosto de 1834, em que

substitui os Conselhos Gerais pelas Assembléias Legislativas. A de Minas será de 36 membros; a legislatura provincial de dois anos. Amplia-se a esfera do Legislativo na área da Província, em atenção ao espírito federalista que enforma a política da Regência. O presidente continua de nomeação. O que é disposto do Ato Adicional é complementado pela lei de outubro de 1834, que dá Regimento aos presidentes de Província⁶¹.

É importante salientarmos que esses documentos trazem o discurso político da época em questão. Os presidentes das províncias prometiam, por meio dos Relatórios descrever o estado em que se encontrava a administração local, além de se mostrarem, obviamente, preocupados com a melhoria da qualidade de vida dos membros da província. Logo, fazem-se necessárias uma leitura cuidadosa e uma

⁶⁰ HOLANDA, 1972, p.388.

⁶¹ HOLANDA, 1972, p.388.

análise crítica das informações contidas nesse *corpus* documental, uma vez que se trata, mesmo considerando as particularidades do narrador, da visão oficial do local e dos indivíduos.

É evidente que o ordenamento proposto pelo Estado e percebido nos relatórios dos presidentes de províncias teve impacto diferenciado nas diversas regiões do Brasil. Em locais, até certo ponto “esquecidos” pelo Estado, como o Norte de Minas Gerais, tais políticas parecem ter tido alcance limitado.

A transição dos séculos XVIII para o XIX assinalou um momento conturbado de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais em diversas partes do país. Os acontecimentos que marcaram esse período não ocorreram de forma idêntica e simultânea nas diversas regiões do Império.

O Estado Imperial brasileiro agia no sentido de implementar a construção de um país moderno, preocupado em manter a ordem pública. Este projeto “civilizador” irradiava-se da Corte Imperial. Esta imagem de ordem e tranqüilidade pública foi sendo construída em diversas províncias, como pode ser verificado no discurso do presidente da província de Minas Gerais, Bernardo Jacintho da Veiga, no ano de 1840:

Desde o encerramento da ultima Sessão da Assembléia nenhum acontecimento occorreo que privasse os Mineiros dos benefícios da paz, e segurança publica, que constantemente tem gosado. É sem duvida muito lisongeiro n`esta parte o estado da Provincia, e tenho bem fundadas rasões para esperar que assim se conserve, confiando sobre tudo no character de seus briosos habitantes, cuja firmeza e adhesão aos princípios conservadores da ordem publica, longe de abalar-se, cada vez mais se consolida pelos exemplos funestos, que infelizmente lhes tem apresentado outras Provincias do Brasil⁶².

De acordo com o contexto histórico da época, cada província apresentava o seu ritmo de desenvolvimento peculiar, o que pode ser verificado nos Relatórios dos Presidentes de Províncias. Os mesmos eram estruturados em itens que se reportavam às instituições públicas e às necessidades da população, a exemplo de “obras públicas”, “saúde”, “instrução pública”.

⁶² RPP/MG, 1840, fl. 2, Fala do Presidente da Província Sr. Bernardo Jacintho da Veiga.

1.7.1 Obras Públicas

Através da leitura dos Relatórios dos Presidentes de Províncias é possível perceber a preocupação e o empenho de muitos governantes no que se refere à construção de obras públicas e ao embelezamento das cidades. Apesar do Rio de Janeiro ter sido palco pioneiro dessas transformações, mesmo ali é notória a ausência de muitos serviços públicos e a precariedade da pavimentação. Segundo o viajante francês Charles Expilly, o Largo do Paço, local em que se erguia o palácio do imperador, era uma praça ampla, mas de uma “sujeira inaudita”.⁶³ Dessa forma, as ruas, jardins, passeios públicos e as casas apresentavam paulatinamente algumas mudanças, mas ainda era forte a herança dos costumes coloniais.

No Rio de Janeiro, por exemplo, “a iluminação das ruas era relativamente bem feita. Em 1858 havia ainda algumas centenas de velhos lampiões de pavio de óleo que soltavam fumaça e crepitavam. Mas o gás invadiu quase tudo: os teatros desde 1850, os edifícios públicos, as lojas, as ruas. O Barão de Mauá, grande homem de negócios, criou uma companhia de gás”.⁶⁴ Pelo fato de ser a capital do Império, algumas inovações ocorreram mais rápidas nesse ambiente. Ainda sobre a província do Rio de Janeiro, é importante salientarmos que ela funcionava como centro difusor e irradiador de influências e novos modelos arquitetônicos para diversas regiões. Sabemos que após a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, em 1850, o fim do tráfico negreiro implicou em relevantes conseqüências para o país, principalmente para a capital do Império. Com o encerramento dessa atividade, muitos recursos foram destinados ao investimento em infra-estrutura, edificação de novos prédios públicos e inovações nos transportes, sobretudo no que se refere à construção das linhas ferroviárias. A historiadora Lilia Moritz Schwarcz informa-nos, em uma passagem de sua obra, que

a corte ganhou, ainda, outras melhorias: arborização (a partir de 1820), calçamento com paralelepípedo (1853), iluminação à gás (1854), rede de esgoto (1862), abastecimento domiciliar de água (1874) e bondes puxados a burro (1859). Esse era o tempo do bonde a tração animal, que substituíra, com vantagens, as antigas gôndolas, cadeirinhas e

⁶³ MAURO, 1991, p. 19.

⁶⁴ MAURO, 1991, p. 24.

liteiras levadas por escravos. Mesmo assim, novos problemas apareceram: só se subia nos bondes calçado e os animais, posto que domesticados, às vezes teimavam e “reagiam” ao itinerário.⁶⁵

O modelo era a Paris burguesa e neoclássica, entretanto, a realidade mostrava os bairros elegantes ainda permeados pela presença dos escravos. Nesse sentido, cabe ao estudioso um cuidado especial com os possíveis anacronismos. É importante ressaltarmos que o Rio de Janeiro transitava por significativas transformações urbanas; contudo, não podemos falar na existência de uma cidade moderna e urbanizada, mesmo porque os traços rurais e a escravidão ainda marcavam sua paisagem.

No mesmo período, as informações sobre a província de São Paulo denotam um grande esforço para a edificação de obras públicas. O governo da província atuava cada vez mais de forma dinâmica, no intuito de melhorar o embelezamento e os serviços das cidades. É importante salientarmos que só os recursos do município não eram suficientes para realizar tais obras. Dessa forma, vários recursos financeiros eram disponibilizados aos presidentes de província através da criação de leis do orçamento próprias para essa finalidade. Alguns recursos de que dispunha o presidente da província paulista eram distribuídos para vários municípios e investidos em infraestrutura; podemos citar a construção de estradas, pontes, cadeias, currais, matadouro público, jardim botânico, entre outros. Nos Relatórios é bastante comum a referência a engenheiros estrangeiros contratados para realizar o projeto das obras públicas, particularmente franceses. Na província de São Paulo, em 1847, Alphonse Milliet foi contratado para fornecer à cidade cento e sessenta lampiões a gás hidrogênio, que deveriam ficar acesos todas as noites, a não ser nas ocasiões de lua cheia.⁶⁶

A exemplo do que acontecia no Rio de Janeiro e em São Paulo, em Minas Gerais também é recorrente a discussão do serviço público de iluminação. Em 1840, discorrendo sobre um processo de licitação ocorrido em praça pública, diante da Câmara da Villa de São Romão, Bernardo Jacintho da Veiga informa-nos que

⁶⁵SCHWARCZ, 1998, p. 106.

⁶⁶MAURO, 1991, p. 141

diversos licitantes que pretendião arrematar a iluminação dos 40 lampiões, que o governo mandou collocar n'esta Cidade, foi conferida a um d'elles a arrematação pela mesma quantia de Rs. 2:000, que para isso foi consignada na Lei nº 154. O seu numero porem ainda é diminuto para preencher o fim, que se teve em vistas: grande parte da Cidade fica privada desse beneficio, e mesmo nas ruas onde se collocarão os lampiões achão-se elles tão distantes uns dos outros, que as não illuminão como se fez necessário”.⁶⁷

A iluminação pública foi um tema privilegiado na análise do governo provincial. Os relatos contemplaram informações sobre a capital e diversos municípios. José Ricardo de Sá Rego, presidente da província mineira, em 1851, comunicou que o estado era precário nesse serviço. Além do número de lampiões ser pequeno, a distância entre eles comprometia a qualidade da iluminação. A orientação do governo era para que fosse alterado o sistema pelo qual tal serviço era desempenhado, pois, somente por meio de arrematação poder-se-ia conseguir algum resultado, estabelecendo-se condições que assegurassem o cumprimento do contrato, além de realizar a inspeção necessária, a fim de que essas condições se fizessem efetivas nos casos competentes.⁶⁸

A análise dos Relatórios dos Presidentes de Províncias permite-nos conhecer as estratégias, os avanços e os recuos do ordenamento proposto pelo Estado brasileiro para diversas atividades. Percebemos que as ações empreendidas pelo governo enfrentaram uma série de limitações. As dificuldades eram de ordem moral, regional, institucional, técnica e, inclusive, financeira, pois faltavam recursos para investimentos. No que se refere às obras públicas, isso fica bem claro à medida em que, por exemplo, em 1853, não havia um órgão especial incumbido de auxiliar o governo, “e a Assembléia na decretação, execução e fiscalização das obras públicas, a fim de proceder-se com o método, e ordem, que nesta como em todas as matérias são condições essenciais para o progresso”. Contudo, o presidente da província não sugere a criação dessa repartição especial, alegando que exigiria “despesas injustificáveis diante das quantias que poderiam ser investidas nas mesmas obras”.⁶⁹

⁶⁷ RPP/MG, 1840, fl. 25, Fala do Presidente da Província Sr. Bernardo Jacintho da Veiga.

⁶⁸ RPP/MG, 1851, fl. 20, Fala do Presidente da Província Sr. José Ricardo de Sá Rego.

⁶⁹ RPP/MG, 1851, fl. 26, Fala do Presidente da Província Sr. José Ricardo de Sá Rego.

Os Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais revelam que os investimentos em infra-estrutura não aconteceram de forma homogênea em todos os municípios, mas afirmam que as Câmaras empreendiam todos os esforços possíveis para que os pedidos da população fossem atendidos, pelo menos em parte.

Tem-se construído fontes, calçadas e pontes; tem-se começado mesmo a edificação de algumas Cadeias, e feito reparos em outras; restando, porém ainda muito à emprender-se, pouco, ou nada se há feito quanto à Estradas, não podendo ser mais perigoso, e lamentável o estado de ruína, a que ellas tem chegado. Destas obras Municipaes duas espécies há, que reclamão vossa particular attenção; as Cadeias, e as Estradas. Sem as primeiras, quando não seja impossível, é por certo muito difícil proceder-se com regularidade na Administração da Justiça Criminal; sem as segundas, em um Paiz, como o nosso, onde as Instituições, e as Leis ordenão o compareciemtno dos Cidadãos, para preencherem tão multiplicados e variados deveres, o serviço público não pode deixar de padecer.⁷⁰

Nota-se que um dos grandes desafios dos poderes públicos, no Império, mas que também percebemos na atualidade, é a carência de verbas para investimentos públicos e a ausência de uma boa administração. Dentre as obras públicas que despertam atenção nos Relatórios dos Presidentes de Província, destacam-se as relacionadas ao transporte, principalmente devido à valorização do comércio em nossa história e nesta região. Segundo José da Costa Machado de Souza, presidente da Província de Minas Gerais, um estudo topográfico realizado em 1868 sobre a região revelou que a mesma possuía

um clima bellissimo, onde nem o calor ou o frio é excessivo, cujo terreno presta-se à cultura do café, do algodão, da canna e do fumo, principaes gêneros da exportação do Brasil, produzindo com abundancia todos os que são precisos à alimentação, e além disso possuindo debaixo da terra immensas riquezas, desperta no espírito do observador esta convicção – sua prosperidade, seo futuro grandioso só depende de melhoramentos materiaes e com especialidade de boas vias de communicacão e da navegacão dos seus rios.⁷¹

⁷⁰ RPP/MG, 1837, fl. 28-29, Fala do Presidente da Província Sr. Antônio da Costas Pinto.

⁷¹ RPP/MG, 1868, fl. 13, Fala do Presidente da Província Sr. José da Costa Machado de Souza .

Através dos relatos dos Presidentes de Províncias fica notória a necessidade que o governo Imperial demonstrava em estar sempre bem informado sobre o que acontecia nas províncias, acerca dos mais variados assuntos. Os Relatórios deveriam informar, por exemplo, sobre todas as obras públicas, os empreendimentos, as obras que por ventura tivessem iniciado e as concluídas. Com relação à Província de Minas Gerais, é esclarecido no Relatório que:

É pela falta de meios de comunicação, que não tem sido possível corresponderem se promptamente as Authoridades de uma mesma Comarca, e até de um mesmo Termo, com manifesto prejuizo publico, e particular. Urge, pois, a necessidade de remédio. Algumas tem enviado os Relatórios; d'outras porém, ou seja pela estreiteza do tempo, ou seja pelas distancias, não se tem recebido até o presente. Limitar-me hei por tanto a informar-vos, segundo os documentos, que existem, dos melhoramentos projectados, ou que se começam a executar, e daquelles que as Câmaras asseverão ser urgentemente reclamados.⁷²

O governo mineiro, através dos Relatórios dos Presidentes de Província, solicitava informações sobre diversos aspectos do território. A ausência dessas notícias dificultava a administração.

Nas informações mencionadas sobre o Rio de Janeiro, percebemos que a capital do Império apresentava significativo avanço nos setores públicos urbanos. Entretanto, no período citado, não reconhecemos essa semelhança para a província de Minas Gerais. Nesse contexto, a carência de serviços de comunicação, a distância e a precariedade das estradas dificultavam a comunicação entre os governos.

1.7.2 Saúde Pública

Durante o século XIX, o poder público foi obrigado a mobilizar considerável esforço para combater a diversas enfermidades.

Na província de São Paulo, a varíola e o cólera eram tão cruéis como em cidades do litoral. Em 1838, em São Paulo, a epidemia foi tal que a prefeitura transformou a câmara municipal em enfermaria. Contudo, a luta contra as doenças já

⁷² RPP/MG, 1837, fl. 29, Fala do Presidente da Província Antônio da Costa Pinto.

começava a ser organizada de forma racional. “Por ocasião da epidemia de cólera de 1855, a cidade foi dividida em quatro zonas sanitárias, e em cada uma delas havia farmacêuticos e médicos nomeados com a incumbência de lutar contra o flagelo e de fazer relatórios diários ao presidente da província”.⁷³

Em Minas Gerais, de acordo com os Relatórios, percebemos que na mesma época a ameaça das epidemias apresentava-se menor. É comum, inclusive, a demonstração, por parte do poder público, de uma preocupação maior com as “doenças de comportamento”, ou seja, com os hábitos considerados imorais e prejudiciais à saúde do homem de bem.

Sabeis pela experiência, Senhores, que habitamos um Paiz geralmente saudável, e de um clima muito ameno. Entre nós são quase desconhecidos as enfermidades endêmicas, mas a imoralidade, a miséria, às vezes o contágio das bexigas, e as febres intermitentes, conhecidas nas margens de alguns rios, e lugares pantanosos, roubão prematuramente à Sociedade um número considerável de indivíduos.⁷⁴

O trecho acima demonstra apenas uma das várias inquietações expressas nos Relatórios quanto a moral e o comportamento de seus habitantes. Através da fala do Presidente da Província de Minas Gerais em 1837, identificamos que esse tema também era discutido como a necessidade de se realizar uma “reforma nos costumes”. Antônio da Costa Pinto percebe que não bastava a existência da legislação, era preciso que a população também aderisse aos novos hábitos higiênicos constantemente relacionados às questões morais. “A reforma dos costumes havemos de conseguir a pouco e pouco; e bem que tenhamos já muitas Leis, que, se fossem pontualmente executadas, nos teriam dado, nesta parte vantajosos resultados, todavia temos de lutar ainda por muito tempo com os terríveis efeitos da immoralidade”⁷⁵. O ordenamento proposto pelo governo utiliza as Leis e Posturas previstas para combater a pretensa imoralidade e doenças da população.

⁷³ MAURO, 1991, p. 142-3.

⁷⁴ RPP/MG, 1837, fl. 14, Fala do Presidente da Província Sr. Antônio da Costa Pinto.

⁷⁵ RPP/MG, 1837, fl. 15, Fala do Presidente da Província Sr. Antônio da Costa Pinto

A análise dos Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais revela a preocupação do Estado com a saúde pública, tendo em vista inclusive o aumento progressivo da população e a melhoria da qualidade de vida. Percebemos que os poderes públicos estarão mobilizados em proporcionar um grande número de vacinas, além dos cuidados médicos, com o saneamento e a criação dos Hospitais de Caridade.

A fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo presidente Quintiliano José da Silva em 1846 também aborda, entre outros temas, os cuidados com a saúde pública. Neste ano, para o município de Montes Claros de Formigas, percebe-se que as “enfermidades mais conhecidas são as febres intermitentes, e pleurizes, cujo tratamento fica a mercê da natureza, porque nem hum Médico, ou Cirurgião existe em todo o Termo”⁷⁶. Nesse contexto, é importante ressaltarmos que a análise dos relatórios dos Presidentes de Província permite-nos conhecer o cotidiano dos Municípios e que as informações podem retratar experiências semelhantes ou bastante diferentes. A ocorrência das enfermidades e a ausência de Médicos, assim como aconteceu em Montes Claros, por exemplo, também eram uma constante em Araxá e no Serro.

No mesmo Relatório encontramos para o Município de Diamantina a presença de alguns médicos e uma explicação sobre as doenças baseadas no clima e as vinculadas ao mau comportamento da população.

Existem no Município dous climas diversos entre si; o do Sertão, que é extremamente quente, e o do paiz alpino, que abrange a maior parte do Município, he temperado, e summariamente agradável: he o clima da Europa Meridional. Sendo diferentes estes climas thermometricamente falando, são comtudo semelhantes na sua muita salubridade. Por isso à excepção de hum, ou outro ponto, em que se observa o bócio, de hum, ou outro lugar das margens do Rio Gequitinhonha, onde se vêem as intermitentes paludosas, nenhuma enfermidade endêmica existe, e as que apparecem são todas obras dos excessos humanos. Há no Município quatro Médicos, hum Cirurgião, e vários Licenciados do Protomedicato, não julgando a Câmara suficiente este numero para satisfazer a todas as necessidades da humanidade sofredora⁷⁷.

⁷⁶ RPP/MG, 1846, fl. 57, Fala do Presidente da Província Sr. Quintiliano José da Silva.

⁷⁷ RPP/MG, 1846, fl. 38-39, Fala do Presidente da Província Sr. Quintiliano José da Silva.

O presidente da província de Minas Gerais informa que no Município de Barbacena, em 1846, havia quatro médicos e dois cirurgiões e que esses profissionais eram em número suficiente para atender à população. Os charlatões eram em sua maioria ignorantes que manipulavam em boticas irregulares, e logo que sabiam de cor um certo número de receitas, exerciam a sua carreira, ceifando muitas vidas⁷⁸. Com relação ao trabalho das parteiras, notamos que também era uma atividade que exigia muitos cuidados.

Tão ignorantes pela maior parte, que nem ler e escrever sabem, he-lhes contudo permitido entre nós o exercício da difícil, e laboriosa arte obstétrica, e assim vão muitas vezes cantando males duplos, matando a mãe e o filho. Não pode deixar de ser eminentemente condenável o arrojado, com que ellas pela maior parte se julgam aptas para terminarem os mais difficultosos partos, recorrendo só aos socorros da arte, quando estes já são impotentes. Não faltando na applicação de bebidas espirituosas, e outras substâncias, com que muitas vezes cauzão males irremediáveis, não pode deixar de admirarmos a ousadia, com que algumas chegam a fazer amputações de braços, e outras operações semelhantes, produzindo com estas manobras os mais escandalosos assassinatos⁷⁹.

O presidente informa que a Câmara Municipal do Município de Barbacena deve tomar providências enérgicas para combater a prática do charlatanismo e o trabalho das parteiras.

O ordenamento pelos poderes públicos fica evidente através da preocupação com a existência de profissionais qualificados para intervirem nas questões relativas à saúde. Essa preocupação se refere à quantidade de charlatões e parteiras que exerciam o ofício sem qualquer qualificação. Uma das medidas sugeridas pela Câmara do Município foi a criação de um centro em que as parteiras pudessem fazer um curso de habilitação coordenado por um médico com experiência nesta área e que, dessa forma, se habilitassem convenientemente.

Em cada relatório é comum encontrarmos referências a um clima ameno e muito saudável, como também considerações sobre as enfermidades. Ao analisar o relatório do ano de 1847, percebemos que o presidente da província atesta que as

⁷⁸ RPP/MG, 1846, fl. 35-36, Fala do Presidente da Província Sr. Quintiliano José da Silva.

⁷⁹ RPP/MG, 1846, fl. 35-36, Fala do Presidente da Província Sr. Quintiliano José da Silva.

enfermidades não eram muitas conhecidas, mas que havia homens ilustrados e com experiência para essa atividade. A explicação para a presença das doenças está assentada em causas acidentais ou em males que seriam impossíveis de remover como, por exemplo,

o aumento da população, o descortinamento das margens dos rios, o dessecamento dos pântanos, e outros meios, que não podem escapar à vossa penetração, devem diminuir consideravelmente, senão extinguir as primeiras: e medidas higiênicas, e policiais, sábia, e humanamente empregadas, podem também fazer desaparecer a segunda⁸⁰.

É importante salientarmos que, historicamente, os problemas vinculados à saúde pública estiveram relacionados ao surgimento e conseqüentemente ao crescimento das cidades. Estas novas condições têm suas origens na Europa, desde o século XVIII, com a Revolução Industrial e também se processam no Brasil, principalmente a partir do século XIX. O aumento progressivo da população gera uma demanda por melhores instalações de moradia, redes de esgoto e saneamento básico, iluminação e pavimentação das ruas, saúde e instrução pública, segurança individual e do patrimônio, dentre outras. Essas providências são coerentes com a preocupação expressa nos Relatórios dos Presidentes de Províncias que entendemos como o ordenamento do Estado sobre as disposições do território e o comportamento da população.

O compromisso do Estado com a edificação e manutenção dos Hospitais da província também funcionou como importante medida para minimizar os problemas da saúde pública, mas, a ausência de recursos para se manter a qualidade do serviço era uma reclamação constante. Em Minas Gerais, durante o Oitocentos, encontramos na capital e em diversas vilas as valiosas casas ou hospitais de caridade. Este ramo de assistência não é prática recente na história da humanidade.

Não pretendemos neste trabalho realizar a trajetória histórica da saúde pública no Brasil, entretanto, é sabido que essas idéias estão presentes e variam desde a Antigüidade, passando pela Idade Média até a atualidade. Importa lembrar, portanto, que a prática da caridade e os cuidados com os enfermos existem desde os mosteiros medievais.

⁸⁰ RPP/MG, 1847, fl. 11, Fala do Presidente da Província Sr. Quintiliano José da Silva.

O “espírito caridoso” dos mineiros é ressaltado pelo presidente da província em 1861 quando da referência ao Hospital de Caridade de Ouro Preto. O Relatório analisado informa que a Santa Casa de Misericórdia recebia por trimestre uma quantia prevista pela lei do orçamento provincial. Percebemos no relato do presidente que essa quantia era ínfima, mas que o estabelecimento prosperava.

A actual mesa administrativa tem demonstrado que muito se póde conseguir com mingoados recursos, quando há zelo, intelligencia e boa vontade. Com os meios ordinários trata-se hoje um número de doentes superior ao de outros annos; tem-se reformado às roupas das camas, tem-se limpado o edificio, esta quase ultimado um lavatório de roupa à vapor, e tem-se recebido já alguns órfãos⁸¹.

É comum encontrarmos referências positivas sobre as condições sanitárias da província mais pelo “espírito caridoso” da população, pelo clima benéfico do que pelas medidas higiênicas públicas.

O comunicado provincial em 1869 informava que o exercício da medicina e cirurgia e o serviço de vacinação encontravam-se em condições precárias, e as leis existentes eram ineficazes, pois, esbarravam-se na ignorância do povo, nas distâncias, na condescendência congênita do país e na impunidade dos abusos. Esse mesmo documento relata que dos 384 indivíduos que exerciam atividade médica na província, somente 185 estavam matriculados, sendo 46 médicos, 6 cirurgiões e 133 boticários⁸². Diante desse quadro, há um impasse no que se refere às leis, pois, a legislação geral previa de modo genérico que as condições de habilitação para o exercício da medicina e farmácia estariam sujeitas à punição se constatados abusos, contudo, a legislação provincial afastava-se da lei geral e muitos profissionais atuavam sem a qualificação desejada. Nesse contexto, fica evidente que o ordenamento proposto pela lei não era cumprido com rigor, ocasionando, dessa forma, um aumento dos índices mortuários, além de colocar a população à disposição dos charlatões. Nesse mesmo ano de 1869, o presidente da Província atesta que

As camaras municipaes e autoridades policiaes não cuidão como devião da hygiene publica, prescrevendo regras contra a ociosidade e

⁸¹ RPP/MG, 1861, fl. 06, Fala do Presidente da Província Sr. Vicente Pires da Motta.

⁸² RPP/MG, 1869, fl. 06, Fala do Presidente da Província Sr. José Maria Corrêa de Sá Benavides.

embriaguez e executando a legislação existente, fiscalizando e punindo-a. O recrutamento bem applicado é um correctivo à ociosidade; mas é insufficiente por si e carece de ser auxiliado pela moralidade local, pela energia individual e pela execução fiel das leis, que animem o trabalho em todas as suas manifestações. [...] o governo tem a tarefa de suprir a deficiência das forças individuais, e dar-lhes vigor, quando estas não tenham a precisa energia. ...penso que os asylos de mendicidade serão instituições convenientes entre nós, para acabar com a ociosidade e o espectáculo aviltante dos mendigos pelas estradas, ruas e praças⁸³

A necessidade de um hospício para alienados também vai ser um tema discutido pelos poderes públicos. Para o presidente da província de Minas Gerais em 1871, um hospital dessa natureza é uma das mais eloqüentes instituições de caridade. Os alienados ou são recolhidos às cadeias, quando apanhados nas ruas, ou presos com correntes nos pés e no pescoço, agravando-se o seu mal e tornando-se desesperado o seu curativo. Nas casas de prisão eles infligem o regulamento, perturbam a ordem e o sistema⁸⁴. É interessante salientarmos que cada governante reconhece a necessidade de se criarem hospitais, casas de caridade, asilos, mas que estas sejam entidades sérias que possam contribuir com serviços de qualidade para a saúde física e mental de seus habitantes.

1.7.3 Educação

Um dos temas mais discutidos durante o século XIX nos Relatórios dos Presidentes de Províncias é a instrução pública da população brasileira.

O governo provincial em Minas Gerais mobilizava esforços para fiscalizar o ensino, promover investimentos na edificação de escolas, contratar professores qualificados e zelar pela moral e pelo conseqüente progresso do país.

A análise dos documentos provinciais dessa época possibilitou-nos conhecer as ações do governo quanto a esse ramo do serviço público. É interessante observarmos que o ofício do professor não estava assentado somente em lecionar

⁸³ RPP/MG, 1869, fl. 07, Fala do Presidente da Província Sr. José Maria Corrêa de Sá Benavides.

⁸⁴ RPP/MG, 1871, fl. 80, Fala do Presidente da Província Sr. Antônio Luiz Affonso de Carvalho.

conteúdos, mas reunia uma série de características que o tornava um profissional bem escasso “aos olhos” do governo

Não basta, Srs., como vós perfeitamente sabeis, que um Mestre seja exacto em leccionar por todo o espaço de tempo, que os regulamentos marcao; não basta que elle ensine todas as matérias que a Lei designa: deveres mais sublimes e de maior importancia tem a cumprir aquelle, a quem está confiada a educação moral e religiosa da mocidade, aquelle que tem de dirigir o desenvolvimento de sua intelligencia, de comunicar-lhe as primeiras noções do bem, e do mal, do justo e do injusto, de indicar-lhe finalmente a estrada, que pode conduzir o homem a verdadeira felicidade⁸⁵.

É comum depararmos com referências quanto às dificuldades de se encontrar pessoas revestidas da qualificação necessária para exercerem o ofício da docência. O rigor expresso na escolha dos professores era recorrente tanto para a instrução do sexo masculino quanto, principalmente, para o feminino. Essa dificuldade encontra respaldo na própria educação das mulheres que, até a lei de 15 de outubro de 1827, estava circunscrita aos limites de uma boa educação doméstica, quase sempre acanhada, e bem ou mal dirigida segundo o caráter, hábitos e modos de pensar de cada pai de família⁸⁶. Em 1840 encontramos referência a

Muitas Senhoras haverá certamente na Província, que por sua honestidade, bom senso, e conhecimentos práticos dos princípios de educação serão capazes de fazer a ventura das discípulas, que se confiassem à seus cuidados, mas outras imperiosas obrigações inherentes ao seu estado, e o mesmo acanhamento, que lhes é natural, de ordinário as inibem de acceitar um Emprego Publico, que deve absorver-lhes grande parte do tempo, e sujeita-las à fiscalisação de diversas Authoridades⁸⁷.

Diversos fatores são apontados como causas para explicar o “mau funcionamento” da Educação na província. Dentre eles, deparamos com a dificuldade em contratar professores dentro do perfil exigido, o ordenado baixo e a educação

⁸⁵ RPP/MG, 1840, fl. 36, Fala do Presidente da Província Sr. Bernardo Jacintho da Veiga.

⁸⁶ RPP/MG, 1840, fl. 27, Fala do Presidente da Província Sr. Bernardo Jacintho da Veiga.

⁸⁷ RPP/MG, 1840, fl. 37, Fala do Presidente da Província Sr. Bernardo Jacintho da Veiga.

viciosa de algumas famílias que seja por descuido, indiferença de seus chefes ou até mesmo por necessidade acabam entregando seus filhos aos cuidados dos escravos que jamais poderão inspirar-lhes sentimentos generosos. Neste caso, o presidente da província do mesmo ano nos diz que se os professores pudessem se encarregar da educação desde o berço, o seu trabalho seria coroado de sucesso, caso contrário, os estudantes entram para a Escola com vícios difíceis de ser corrigidos.

A riqueza de detalhes nos Relatórios dos Presidentes de Províncias instiga sobremaneira a curiosidade do pesquisador. A análise desses documentos nos possibilita conhecer os bastidores da política da época e estabelecer um contato muito “próximo” com as estratégias adotadas pelos poderes públicos sobre diversos temas. No que se refere à educação, por exemplo, chama-nos atenção os detalhes sobre o estado em que se encontrava a instrução pública na província, dados sobre a instrução primária, secundária, a existência de bibliotecas, colégios particulares, o número de meninos e meninas que freqüentaram a escola durante o ano.

Em 1853, o doutor Luiz Antônio Barboza, presidente da província de Minas Gerais, revela que até esse ano constavam na província mais de 12 estabelecimentos funcionando como colégios particulares. Essa demanda foi impulsionada pelo interesse dos pais de família em assegurar aos filhos, por intermédio da educação, uma carreira promissora. Segundo o governo provincial, essa modalidade de instrução oferecia sobre as aulas públicas a vantagem do internato. Contudo, os colégios também tinham dificuldades para se manterem e nem sempre prosperavam.

Quando todos estes Collegios não possuem sustentar-se, quer pela concurrencia recíproca, quer pela difficuldades de achar Professores capazes de acreditar-os, quer por não se encontrarem facilmente pessoas dotadas do talento especial que requer a pedagogia, e a direcção econômica de taes estabelecimentos, é provável que alguns dotados de maior vitalidade, e que correspondem à necessidades verdadeiras, se sustentem, e será isso já uma grande vantagem para nossa Província⁸⁸.

Não é recente a idéia de que o acesso a uma boa formação profissional e o contato com as ciências e as letras oferecem ao indivíduo condições favoráveis para

⁸⁸ RPP/MG, 1853, fl. 09, Fala do Presidente da Província Sr. Luiz Antônio Barboza.

conseguir destaque na sociedade na qual está inserido. Neste trabalho, não temos o objetivo de discutir as questões relacionadas ao gênero, sobretudo às diferenças existentes entre a educação de homens e mulheres. Entretanto, convém destacar que historicamente, os meninos saíam para ir à Escola e as meninas ficavam enclausuradas em casa, recebendo apenas a educação doméstica que o seu futuro papel de mães e esposas exigia.

No século XIX, na província mineira, além dos colégios particulares também existiam os estabelecimentos das Irmãs de Caridade, casas para meninos pobres e o Colégio dos Órfãos. Essas obras denotam a preocupação do governo provincial em ordenar o funcionamento da instrução pública na província. Em 1851, o presidente da província descreve o estado em que se encontrava o colégio das Irmãs de Caridade na cidade de Mariana e revela que esta instituição é credora de todo auxílio do governo.

O estabelecimento das irmãs de caridade progride admiravelmente. As 12 senhoras que o regem são as mais hábeis que poderíamos desejar. Compõem-se o collegio de cincoenta e tantas meninas, que alem das primeiras letras, arithmetica, geographia e francez, aprendem a bordar, fazer flores etc. As irmãs as tratão com carinho e doçura d mães. Este collegio não tem renda alguma, e assim mesmo com regulada economia das irmãs, acode e entretem algumas meninas desvalidas. Também admitte externas em suas aulas⁸⁹.

O conhecimento de que as transformações da infra-estrutura urbana e mesmo do comportamento dos indivíduos das províncias não seguiam um modelo homogêneo, mas que se orientavam sob a ótica de um modelo hegemônico implantado na corte Imperial, revela-nos a diversidade de iniciativas públicas tomadas frente aos problemas enfrentados.

Os Relatórios dos Presidentes de Províncias retratam interesses de ordens diversas. Contudo, é interessante observarmos que as ações empreendidas por cada governante atendiam interesses peculiares a cada região, muitas vezes, sendo mais determinante do que o contexto histórico mais geral apontava.

⁸⁹ RPP/MG, 1851, fl. 09, Fala do Presidente da Província Sr. José Ricardo de Sá Rego.

CAPÍTULO 2

O SERTÃO NORTE-MINEIRO E O ORDENAMENTO IMPERIAL

2.1 O Sertão: diversos significados

Inicialmente, pretendemos discutir os diferentes significados que a palavra sertão contempla. A etimologia da palavra sertão, segundo dicionários dos séculos XVIII e XIX, indica região desértica, pouco povoada⁹⁰. Quanto à geografia, naturalmente o termo sertão nos remete a um lugar distante, árido ou semi-árido, pouco povoado e inóspito.

Lúcia Lippi Oliveira afirma que, historicamente, o lugar geográfico ou social identificado como sertão recebe ora uma avaliação positiva, ora negativa. Segundo a autora

O sertão, para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para o bandeirante, era interior perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitanias, era exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial, significava liberdade e esperança de uma vida melhor⁹¹.

O termo/categoria sertão aparece, na produção historiográfica, para informar uma realidade oposta àquela vivida nas regiões litorâneas do Brasil, ou seja, existe um discurso que, na maioria das vezes, informa um modo de vida diferente daquele construído em regiões centrais do país. Desde o período colonial, a categoria “sertão” era utilizada para classificar as regiões não-litorâneas, referindo-se a áreas escassamente povoadas e que tinham uma vocação econômica para a agropecuária⁹².

É importante lembrarmos que o processo de colonização do Brasil ocorreu, inicialmente, na região litorânea. Esse fato foi fruto das facilidades que o litoral propiciava através do clima e solo favoráveis para a instalação da empresa açucareira e até do próprio desconhecimento por parte dos lusos do interior do país. Contudo, a

⁹⁰ MADER citada por LIMA, 1998.

⁹¹ OLIVEIRA, 1998, p. 5.

⁹² JESUS, 2005, p. 26.

ação das bandeiras, movida pelo apresamento dos índios e a procura de metais e pedras preciosas, foi determinante para a interiorização do Brasil.

Em um dos estudos mais utilizados para discutir os significados que o termo sertão assume, Janaína Amado afirma que a elaboração dos significados do termo remete ao período colonial. Para a autora, às vésperas da Independência, “sertão” ou “certão”, usado tanto no singular quanto no plural, constituía no Brasil noção polissêmica, carregada de significados. De modo geral, denotava “terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas distantes do litoral, de natureza ainda indomada, onde viviam índios “selvagens” e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle. Amado afirma que o termo sertão vai assumir significados diferentes para o português e para o brasileiro. Para o português, à medida que este império se desfazia, o sertão perdia seus significados, até guardar apenas o original, anterior à constituição das colônias: o de interior. Já para o brasileiro, durante o século XIX, acontecia processo inverso: estes não apenas absorveram todos os significados elaborados pelos portugueses a respeito de sertão, antes e durante a colonização, como, a partir da Independência, em especial a partir do último quartel do século XIX, atribuíram-lhe outros, transformando sertão numa categoria essencial para o entendimento de nação⁹³.

Atualmente, a categoria sertão abarca uma variedade de concepções. Pode ser pensada a partir da idéia de margem, de fronteira⁹⁴. Advoga-se uma identidade diferente ao sertanejo, homem que historicamente foi marcado por realidades e contextos diferenciados daqueles que residiam no litoral e nos grandes centros urbanos.

A tradição romântica e a realista também atribuem conotações diferentes à região do sertão e aos seus moradores, os sertanejos. Na perspectiva romântica, o sertanejo é admirado pelo seu modo de vida, caracterizado pela destreza e simplicidade. Recebe um julgamento positivo, opondo-se à vida degradada e

⁹³ AMADO, 1995.

⁹⁴ A categoria de fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que estaria relacionada aos processos econômicos de incorporação e ocupação de “vazios demográficos”. A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significa a oportunidade de chegada da civilização-litoral ao sertão-interior, conciliando a qualidade positiva do litoral – a civilidade – com a crença de que no interior/sertão está preservado um Brasil autêntico (OLIVEIRA, 1998, p.12).

corrompida do litoral, ou seja, das cidades. Sob a ótica realista, o sertão é visto como um problema, pois se opõe à urbanidade e ao conseqüente desenvolvimento do litoral⁹⁵.

Para esta pesquisa, partimos do pressuposto de que se em muitos aspectos o sertão⁹⁶ se diferencia das demais regiões do país, contudo as exigências estatais em nome do ordenamento social, pensadas a partir dos centros urbanos (obviamente centrados nas regiões litorâneas) chegaram também ao sertão. As peculiaridades desse ordenamento constituem o tema central deste trabalho de investigação.

Nossa pesquisa, pelo menos nesse aspecto, contraria o que muitas vezes foi reproduzido pela historiografia tradicional ao longo dos anos. Referimo-nos a dicotomia instaurada entre “litoral civilizado” e “sertão bárbaro”. As discussões que privilegiam esse tema atribuem quase sempre ao sertão características de um ambiente afastado dos grandes centros do Brasil, isolado no tempo e espaço. Assim como descreveu Simeão Ribeiro em *Raízes de Minas*, “visavam todos a uma vida de aventuras honradas ou de assaltos, nos ermos distantes do poder real e de suas autoridades. Era o sertão lenda. Bravio e de paixões. Em uma única palavra o sertão dos facinorosos na expressão de Diogo de Vasconcelos⁹⁷”.

A partir da análise das fontes, pretendemos mostrar que, no Oitocentos, o sertão norte-mineiro não estava tão alheio às decisões dos poderes públicos e das influências que irradiavam da corte como querem alguns, pelo menos no que se refere ao ordenamento social.

⁹⁵ OLIVEIRA, 1998, p. 5.

⁹⁶ O sertão compreende, nas Minas, a bacia do S. Francisco e dos seus afluentes, e se estende desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ou, pelo menos, quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca, ao sul, uma pequena parte da comarca do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro do frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu situada ao ocidente do São Francisco. Essa imensa região constitui assim cerca da metade da Província de Minas, e se estende aproximadamente, desde os 13° até os 21° de latitude; mas não se deve pensar que o Sertão se restrinja à Província de Goiás, pela qual se continua, não é ela toda senão um imenso deserto. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 307)

⁹⁷ PIRES citado por JESUS, 2005, p. 26.

2.2 A ordem e a desordem no Sertão: os Códigos de Posturas Municipais

O que muitas vezes entendemos como desordem no mundo do sertanejo deve ser repensado como uma ordem própria do mundo em que viviam, ordem esta que se estabelecia por alguns comportamentos típicos, fundados em códigos positivos e/ou costumeiros⁹⁸.

Os Códigos de Posturas funcionaram como instrumentos de ordenamento do espaço territorial, principalmente no que se refere aos municípios. Esses documentos retratam uma preocupação sobre diversos temas como, por exemplo, a saúde e a instrução pública, a construção de estradas, pontes, a salubridade, a segurança e o comportamento dos seus habitantes. Através dessa fonte documental, podemos conhecer o reflexo das ações empreendidas pelo Estado para normatizar as cidades de diversas regiões do país no século XIX.

Tendo em vista o objeto de pesquisa deste trabalho de dissertação, procedemos à leitura dos Códigos de Posturas Municipais, mas também de leis, decretos, propostas, atas e correspondências recebidas pelo governo municipal do sertão norte-mineiro no Oitocentos, principalmente para a cidade de Montes Claros. Acreditamos que a análise desse conjunto de documentos proporciona uma investigação mais profunda das estratégias e do reflexo do ordenamento para essa região.

2.2.1 Administração e Serviços Urbanos Municipais

O acesso aos Códigos de Posturas Municipais permite-nos adentrar por um universo em que nem todas as disposições impostas pelas leis eram cumpridas ou respeitadas.

É interessante ressaltarmos que através de uma leitura inicial dos Códigos percebemos uma preocupação latente por parte do governo provincial em estar sempre bem informado sobre o que ocorria no território. Em cada município isso era possível

⁹⁸ JESUS, 2005.

mediante a produção dos relatórios pelos fiscais que descreviam, além do estado geral do município, as necessidades e o comportamento dos habitantes.

Os relatos dos fiscais eram muito importantes, pois uma das dificuldades encontradas pelo governo provincial para conhecer os problemas dos municípios estava relacionada à ausência de informações. Um dos obstáculos que dificultava o envio dessas informações ao governo provincial refere-se às condições das estradas e pontes do município. Em 1853, o Presidente da Câmara de Montes Claros, José Carlos Versiani, atesta que empregou

os meios de que podia dispor para obter senão o estado da perfeição, ao menos o melhoramento deste ramo do serviço público, mas tenho a lamentar que nada consegui, por isso que nenhum apoio encontrei da parte dos Inspetores de Quarteirão, que nem ao menos se dignarão responder-me aos ofícios, que por diversas vezes lhes dirigi, pelo que continua o estado ruinoso das mesmas estradas⁹⁹.

A lei que dispunha acerca da criação dos Inspetores de Quarteirões foi criada em 1832 na administração de José Pinheiro Neves, então presidente da Câmara na época. Os fiscais exigiam dos Inspetores o emprego de esforços para o bom desempenho de suas funções e a execução das Posturas.

Os Inspectores de Quarteirões são obrigados a comunicar aos Fiscais e Subdelegados dos seus Quarteirões nos mapas de Janeiro, Julho, o estado das pontes, e estradas de seus quarteirões; e, em qualquer tempo, as infrações de Posturas que se derem nos mesmos quarteirões¹⁰⁰.

O valor dos relatos dos fiscais e a função desempenhada pelos inspetores de quarteirões estão expressos tanto nos Relatórios dos Presidentes de Províncias quanto na documentação municipal. A atuação desses homens funcionou como importante instrumento do Estado no sentido de identificar, coibir e combater qualquer descumprimento das posturas. Aquele local que não possuísse um inspetor de quarteirão, por exemplo, estava parcialmente fora da ação do ordenamento aplicado. A importância desses agentes pode ser percebida na postura de 1882, sob administração

⁹⁹ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 06.05.01/000.001.

¹⁰⁰ APCM/APMC, Lei, nº 01.01.07/000.002.

de Sílvio Teixeira de Carvalho, quando um fiscal afirma que “a falta de Inspectores de Quarteirões desse ou outro quarteirão deve ser legalmente suprida pelo inspector do quarteirão visinho até que a autoridade competente providencie a respeito¹⁰¹”. Quando algum fiscal notava, por exemplo, a ausência dos inspetores de quarteirões, sempre enfatizava em seus relatos à Câmara Municipal e pediam providências na urgente nomeação.

Convém ressaltarmos que os fiscais, quando da observação do cumprimento das ordens no cotidiano da população, poderiam solicitar auxílio de uma importante instituição, como a força policial. Nesse contexto, o parecer da comissão de Polícia em 1881, referente à denúncia de infrações das posturas municipais e das necessidades do município de Montes Claros revela o apoio dispensado por essa corporação ao trabalho dos fiscais. O documento afirma, por exemplo, “que no que é concernente a criação de porcos soltos o Sr. Fiscal faça effectivas as posturas a respeito pedindo auxílio da polícia sempre que se veja imbarços no cumprimento de seus deveres¹⁰²”.

O fiscal do município de Montes Claros, em 1832, revela a dificuldade de informar as “necessidades dos demais Districtos por não terem os respectivos Fiscais prestados os seus Relatórios. Assim, pois, estão no caso de sofrerem as multas de dez mil reis em pena de suas omissões que tanto prejudicão o socego digo o Serviço Público¹⁰³”.

Os Códigos de Posturas Municipais dispunham sobre normas e regras que também deveriam ser obedecidas pelos habitantes, sob pena de punição a sua não observância. Em 1839, a presidência da Câmara de Montes Claros estava sob o comando do Padre Felipe Pereira de Carvalho. As novas posturas que estavam em vigor obrigavam os proprietários ao calçamento de suas casas, podendo ocorrer multa àquele proprietário que não obedecesse às disposições. Não somente com relação ao calçamento defronte as casas, mas também acerca das condições do terreno, os governos provincial e municipal tinham informações sobre a situação do território e procuravam adotar medidas saneadoras. O conhecimento de que havia um precipício no terreno de Francisca de Ropa, em 1843 e, que tornava a passagem na estrada

¹⁰¹ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 14.05.03/000.005.

¹⁰² DPDOR/APMC, Parecer, nº 14.05.02/000.001.

¹⁰³ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 01.05.01/000.001.

intransitável, ocasionou-lhe multas pelo fato dela não ter providenciado reparações no prazo devido¹⁰⁴. Esse caso, por exemplo, revela o descumprimento das posturas pela população local.

Além das medidas referentes ao calçamento das ruas, a população norte mineira também deveria estar atenta às providências quanto à numeração de suas residências. A postura municipal do ano 1851, em Montes Claros, prevê o cumprimento do artigo 29 do decreto nº 777 de junho deste mesmo ano. Essa postura, em vigência durante o governo de Antônio Gonçalves Chaves, ordena que mandem quanto antes, verificar, retificar, e completar a numeração das casas desse município¹⁰⁵.

As Posturas Municipais de 1877 em Montes Claros, já na chefia do Alferes Antônio José Domingues, regulamentam as edificações do município. Interessante observar que esse documento apresentava um plano de alinhamento que deveria ser obedecido pelas edificações na cidade. Nenhuma construção de casa ou edifício de propriedade particular no meio urbano, por exemplo, poderia ocupar mais de 60 palmos de frente (13m e 2 dec) e de fundos; quando o edifício principal não atingir todo esse espaço será o restante ocupado com muralhas. Caso essa determinação não fosse cumprida pela população, como infração a essa postura caberiam punições com multa de oito dias de prisão e 301000 reis de multa e em caso de reincidência trinta dias de prisão e 601000 reis de multa¹⁰⁶.

Além do tamanho das edificações, o ordenamento da cidade de Montes Claros, no sertão norte-mineiro, também ocorreu pela determinação da organização das ruas e becos. Em postura de 1877, o fiscal Marianno Soares relata que as ruas, ou seu segmento em alinhamento com as principais que nascem do centro da cidade pelo lado do Morrinho, em parte estão sendo respeitadas. Naquela direção, porém, existem ruas fora do alinhamento geral. O mesmo relatório aponta os seguintes consertos em obras públicas como necessários:

- Casa da Câmara – este edifício que, nos compartimentos inferiores tem a cadeia, necessita de alguns consertos, como cair;
- Santa Casa da Caridade – necessita da finalização das reformas e da demolição de uma casa ao lado cuja moradora será indenizada.

¹⁰⁴ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 03.05.02/000.009.

¹⁰⁵ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 05.05.02/000.001.

¹⁰⁶ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 13.05.02/000.001.

- Ponte – é lamentável o estado da ponte sobre o Vieira. Necessita de reforma urgente, pois, ameaça desabar havendo perigo por qualquer um que passar por lá¹⁰⁷.

As primeiras edificações do município datam do ano 1768. Nessa ocasião, foi erigida a primeira residência que seria a semente da futura povoação, realizada pelo então alferes José Lopes de Carvalho, logo após a aquisição feita por ele da fazenda Montes Claros¹⁰⁸.

Até o ano de 1831, as pessoas que se mudavam para o povoado de Arraial de Formigas davam início às construções de suas moradias e casas de comércio, principalmente as mais abastadas, sem respeitar qualquer planejamento. Fazia-se necessário maior rigor das leis através da implementação de um plano que normatizasse as edificações. Desse modo, na sessão da Câmara Municipal de 24 de abril de 1837, foi lida pelo vereador José Pinheiro Neves a descrição da primeira planta da Vila de Formigas, organizada por uma comissão nomeada pelo padre Felipe Pereira de Carvalho, então Presidente do Legislativo. Essa planta considerava o largo da Matriz como única praça da povoação e nela ficavam estabelecidos os principais prédios oficiais e residenciais¹⁰⁹.

A organização das construções em Montes Claros também estava relacionada com o crescimento da cidade, pois a ampliação do território ocupado requeria do poder urbano municipal a promoção da expansão da cidade de maneira organizada. Em postura de 1882 é relatado que os fiscais deveriam conter o plano de prolongamento da cidade, a fim de que fossem determinados os marcos ou lugares em que se pudesse construir. Além disso, esse mesmo documento faz evidência à preocupação com a regulamentação das posturas.

[...] esta Câmara mande publicar a nova reforma das Posturas, cuja aprovação deve ser pedida provisoriamente ao Governo Provincial e definitivamente a Assembléia Provincial fornecendo-se cópias para a execução provisória do Dr. Juiz de Direito da Câmara, ao Juiz Municipal e aos Juizes de Paz dos diferentes districtos¹¹⁰.

¹⁰⁷ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 13.05.02/000.002.

¹⁰⁸ VIANNA, 1972, p. 140.

¹⁰⁹ VIANNA, 1972, p. 141-142.

¹¹⁰ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 14.05.03/000.005.

Através da análise dos documentos é possível percebermos a atuação dos poderes públicos na criação de normas e regras que estavam sendo impostas e deveriam ser cumpridas pelos habitantes. Entretanto, apesar das ações do governo e mesmo com as multas que incidiam sobre quaisquer infrações de Posturas, o comportamento de algumas pessoas revela o descumprimento das ordens. Durante a chefia de Sílvio Teixeira de Carvalho, esse fato pode ser constatado em Postura Municipal de 1881.

Manoel José da Silva Dodô foi multado por ter edificado (*sic*) uma casa em limites da cidade que alem defora do alinhamento não obteve para tal obra licença da Illm^a Câmara foi por isso punido cassando-se um termo de infracção, que por elle é as transitavam e desrespeitado, continuando a cercar quintaes nesta mesma casa, sem que tenha se deffendido da infracção que cometteu ¹¹¹.

A melhoria das condições e os investimentos em infra-estrutura das cidades estão relacionados a uma série de fatores. O crescimento das cidades e o conseqüente aumento populacional geram uma demanda por serviços públicos mais eficientes. Tal conjunto de transformações se verificou lentamente no sertão norte-mineiro do Oitocentos. Esse cenário pode ser observado através do Código de Posturas do ano de 1885, para o município de Montes Claros, na administração de Joaquim Alves Sarmiento. Na fala do fiscal, nota-se que o progresso material gradativamente toma conta da cidade.

[...] vai se aumentando de população e de extensão, levantando cada dia novas casas de morada: a affluência de povos dos Municípios circunvizinhos e principalmente de famílias distintas que aqui tem vindo estabelecer –se mostra bem claro que, os meios de vida quanto à abundância de víveres, movimento do commércio, a facilidade de uma Instrucção primária mais perfeita, existe entre nós¹¹².

O cuidado com o estado das estradas e pontes, e a garantia da circulação por essas vias eram necessários, uma vez que funcionavam como importantes meios de escoamento de produtos e comunicação com outras regiões. Nesse sentido,

¹¹¹ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 14.05.02/000.001.

¹¹² DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 17.05.02/000.002.

encontramos o relato de um fiscal em 1877 acerca de uma estrada da região que vinha de Contendas e de outros pontos dessa direção e que poderia dar acesso a Grão Mogol onde transitavam boiadas e cavalarias. Descreve o fiscal que essa estrada enfrentava problemas de circulação, pois estava tomada por uma cerca ou cercado feito por José Pereira da Silva Júnior em uma chácara que este possuía além da ponte dessa cidade. Tendo em vista a reclamação de diversas pessoas, o fiscal procurou José Pereira a fim de restabelecer a dita estrada. Entretanto, o proprietário da chácara não atendeu à advertência. Com isso, o relator cobra providências da Câmara Municipal para a resolução do problema¹¹³.

Percebemos que a preocupação com o estado das estradas, pontes e a pavimentação das ruas era objeto de atenção recorrente dos governos municipais. Nos relatos de 1858, quando a Câmara Municipal de Montes Claros foi presidida pelo Dr. Carlos José Versiani, encontramos um decreto que regulamentava as taxas a serem pagas pelos proprietários de escravos. De acordo com essa lei, a renda obtida por estes impostos seria destinada à abertura e conservação de estradas.

Art 1º: Toda à população de escravos pagará anualmente por cada hum desde a idade de 14 annos até 50, 400 reis. Art 2º: Ficão isenptos deste imposto das Villas e Cidades e bem ajsim os que se mostrarem phisicamente impossibilitados de prestarem serviços. Art 3º: Fica suprimido o imposto sobre engenhos de canna. Art 4º: A renda proveniente deste imposto fica municipalisada com applicação especial para abertura e concertos de estradas¹¹⁴.

Com relação à conservação de ruas e estradas no município de Montes Claros, as Posturas Municipais de 1882 instruem que o município arque com as despesas do conserto da rua Pedregulho local onde existe uma escavação, e da estrada, num lugar denominado Genipapo onde existe o mesmo problema. Tal providência fazia-se necessária a fim de que o procurador pudesse contratar e pagar os concertos¹¹⁵. Convém lembrar que, conforme apontado anteriormente, a rua

¹¹³ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 13.05.02/000.003.

¹¹⁴ DPDOR/APMC, Decreto, nº 07.10.02/000.001.

¹¹⁵ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 14.05.02/000.001.

Pedregulho foi a primeira via pública de Montes Claros. Próxima ao rio Vieira, nela residiram as primeiras autoridades da cidade.

Através da análise da documentação municipal, percebemos que o emprego das multas e impostos foi um instrumento aliado das Posturas Municipais. No ano de 1846, por exemplo, tendo os trabalhos da Câmara do município de Montes Claros dirigidos por Antônio Gonçalves Chaves, o código de postura informa que o governo provincial recomenda aos delegados de polícia multar os cortes e matadouros públicos irregulares.

Em alguns Cortes e matadouros públicos, não se guarda o necessário ajeito, e a igualdade de pesos, como aliás é indispensável [...] recommendação que empreguem todo o seu zelo afim de que n'ejste Termo não se pratiquem semelhantes abuzos, prevenindo-os de que n'esta data se ordena ao mesmo chefe de polícia que se faça multas, por meio de seus delegados, aos demais dos Cortes, cujos pesos se acharem falsificados¹¹⁶.

Conforme analisado, inicialmente as multas eram um meio auxiliar no exercício de implementação do ordenamento. Elas recaíam sobre a população e sobre diversos aspectos das edificações e infra-estrutura em geral, configurando-se como infração das Posturas.

Assim como nos Relatórios dos Presidentes de Províncias, nos Códigos de Posturas Municipais também eram apresentadas preocupações com o comportamento da população e com questões relativas à segurança, saúde, instrução pública e empreendimentos sobre as obras e a infra-estrutura regional.

2.2.2 Tranqüilidade Pública e Segurança Individual

O Código de Postura Municipal da vila de Montes Claros de Formigas entre os anos de 1853 e 1856, durante o governo do Dr. Carlos José Versiani, traz uma síntese dos relatos dos fiscais que abordam assuntos relacionados à ordem pública, ao comportamento dos cidadãos, à limpeza das ruas e ao cumprimento das posturas. Dentre esses assuntos, destacamos o que o código apresenta neste período com

¹¹⁶ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 04.05.02/000.014.

relação ao tema tranqüilidade pública. Em relato de 1853, observamos a seguinte fala do fiscal: “Direi que esta não tem sido alterada; os habitantes empregão-se, nos meios de onde terão sua subsistência, sacrifícios, de sorte não ser empregada a acção da Justiça¹¹⁷”. Não podemos nos esquecer que a situação retratada pelos códigos de posturas reflete a visão oficial de uma parte do governo sobre o tema tranqüilidade pública. Convém ressaltarmos que ao poder público sempre interessa a divulgação de um certo tipo de imagem positiva do território sob sua jurisdição.

O governo municipal, no ano seguinte, 1854, informa que o comportamento da população e o cumprimento das posturas coadunavam-se com o ordenamento desejado.

neste Districto, e me consta que são também nos de fora nenhuma contravenção de Posturas tem havido [...] Sinto prazer em informar-vos que a paz e a tranqüilidade e a saúde pública não tem sido alteradas tanto que não me consta que hum só assassinato houvesse[...]¹¹⁸.

Já no ano de 1855, em Montes Claros, deparamos com uma realidade diferente daquela descrita no documento do ano anterior. Com relação à tranqüilidade pública, nota-se que não houve alterações significativas. Entretanto, de acordo com os poderes públicos há uma grande preocupação com a segurança individual dos habitantes desse município¹¹⁹.

a segurança individual em nenhuma parte he tão duvidosa como neste Districto; [...] por que os assassinos sabendo que nenhuma força dispõe as Autoridades para as suas prisões, commettem com escândalo os mais horrorosos crimes. Assim, pois, o Cidadão pacífico, o pai de família vive sobressaltado, e só [...] com segurança que mais número de homicídios tem feito¹²⁰.

¹¹⁷ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 06.05.01/000.001.

¹¹⁸ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 06.05.01/000.001.

¹¹⁹ A falta de segurança individual e as questões relativas à tranqüilidade pública relacionam-se a ocorrência de crimes que possuem as mais variadas causas. Recorrendo ao relatório de província do ano de 1843, percebemos que esse fato poderia estar ligado: 1º. A educação, que se não dá nas escolas, ainda que se dê a instrucção. He (*sic*) preciso dar aos Mestres mais acção (*sic*) sobre os discípulos. 2º. A dificuldade (*sic*) de perseguir um criminozo (*sic*) por entre os desertos. 3º. A falta de prisões, donde não possuem (*sic*) evadir-se os criminosos. 4º. A quase certeza da impunidade com o julgamento por Jurados. 5º. Finalmente a inefficacia (*sic*) das Leis, que deixando os offendidos (*sic*) sem satisfação alguma, lhes dá o arbítrio, pela mesma impunidade, de se fazerem justiça. (RPP/MG, 1843, fl. 10, Fala do Sr. Presidente Francisco José de Souza Soares).

¹²⁰ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 06.05.01/000.001.

No Código de Postura transcrito acima, ressalta-se a informação de que uma das causas da falta de segurança individual é a ausência de comando nas ações de repressão aos criminosos. Para intervir nesse problema, o código ordena que “o sargento Jacintho de Aguiar Pinto Coelho preste auxílio aos Inspectores de Quarteirões para a prisão de criminosos, e que das Authoridades Policiais exijam o aval dellas para as capturas¹²¹”.

Essa ausência de comando por parte dos poderes responsáveis reflete a má administração da justiça não somente nos municípios, mas na província como um todo. Em 1837, esse tema e suas dificuldades foram analisados pelo presidente da província mineira Antônio da Costa Pinto. O presidente relata que os Juizes de Paz responsáveis pela prevenção dos delitos ou o descobrimento dos criminosos não têm cumprido eficazmente seus deveres. Sem pretender que sejam as melhores e as mais adaptadas às circunstâncias do país, as leis Policiais, parece-me com tudo indubitável, que muitos crimes se teriam evitado, se os Juizes de Paz, por meio dos Inspetores de Quarteirão, e de seus oficiais de justiça, se informassem a respeito das pessoas, que vêm de novo estabelecer-se em seus Distritos, e se não consentissem que vagassem indivíduos sem uma ocupação honesta e útil¹²².

Através da leitura dos Códigos de Posturas e dos Relatórios dos Presidentes de Província, assim como já foi apontado, fica evidente a importância atribuída aos relatos dos fiscais de cada região e à ação dos inspetores de quarteirão. Com frequência, as possíveis providências a serem tomadas pelo Estado tornam-se impossíveis devido à imprudência e ao desleixo com a transmissão das informações. Sem o eficaz exercício da atividade dos fiscais, o governo provincial não toma conhecimento da real situação dos municípios em âmbito geral e, especificamente, quanto à questão da violência¹²³.

¹²¹ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 06.05.01/000.001.

¹²² RPP/MG, 1837, fl. XLVII, Fala do Sr. Presidente Antônio da Costa Pinto.

¹²³ Maria Sylvania de Carvalho Franco (citado por JESUS, 2005, p. 59) apresenta a violência como um comportamento inerente à sociedade interiorana da época, mostrando como situações de aparente estabilidade encontravam-se entremeadas a momentos de violência. Relações amistosas conviviam com um claro antagonismo, transformando pessoas comuns em criminosas. A análise da autora possibilita chegarmos a alguns parâmetros do mundo violento do Norte de Minas gerais. A autora identifica a incorporação da violência como um modelo de conduta socialmente válido, base para a formação do que ela chamou de “Código do Sertão”. Assim, os homens da região viam na valentia uma forma de resolver suas “pelejas” ou mesmo de conservarem sua honra e sua independência pessoal.

As Posturas Municipais para Montes Claros, do ano de 1883, deixam entrever que o tema segurança pública e violência no sertão norte-mineiro é muito complexo. Não queremos dizer com isso que essa região apresentava-se como um local que possuía índices de violência maiores que outras localidades. As discussões acerca do sertão como um local da barbárie retratam um posicionamento equivocado, o que já foi abordado na primeira parte deste capítulo. A violência tratada nos relatos dos fiscais relaciona-se a um problema enfrentado em diversas regiões do país, sobretudo naquelas que apresentam um crescimento mais acelerado das cidades. Um dos aspectos que contribui para isso, segundo o informe do fiscal, é “o uso de armas tão proibido e que deve ser energicamente punido, pois, é o mais trivial como se nota nas praças e ruas dessa cidade¹²⁴”. Essa situação é um reflexo do descumprimento das posturas e ordens que ocorria não somente neste distrito, mas em outras localidades.

Dois anos mais tarde, 1885, o relatório do fiscal nas Posturas Municipais aponta uma das possíveis causas desse tema afligir tanto a população. Percebe-se que as autoridades policiais dispõem de escassos recursos na prevenção dos crimes e, diante do “vasto território do município formado por distritos disseminados ao redor desta cidade e que estão distantes de 10 a 20 legoas, não é uma pequena força policial que mal consegue suprir o serviço e guarnição da cadeia, que pode aumentar a força moral e prestígio das Autoridades¹²⁵”.

A violência e os crimes não distinguem as vítimas entre homens ou mulheres. Poderiam ocorrer por motivos vários, como por exemplo, uma simples briga de rua ou até um estupro¹²⁶. Evidenciamos essa situação em dois distritos diferentes, mas que ocorreram à mesma época.

No Brejo das Almas, no dia 5 de Abril, forão assassnados à tiros de balas dous homens, sendo um de nome José Caetano de tal e outro Mamede Antônio da Costa. Depois disso, o então delegado de Polícia Cap. José Philomeno de Araújo, mandou para aquelle districto 8 praças sob o comando de um sargento a fim de restabelecer ali a

¹²⁴DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 15.05.02/000.001.

¹²⁵ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 17.05.02/000.003.

¹²⁶ Em pesquisa realizada sobre a criminalidade no sertão oitocentista do norte de minas, Jesus (2005, p.106) constatou que a maioria dos crimes foi praticada com armas improvisadas do dia-a-dia do trabalho. Instrumentos como faca, facão, porrete, pedaços de pau, machado e foice foram utilizados como armas eficazes no cotidiano violento. Não obstante, as armas de fogo também foram empregadas, representando quase ¼ das armas utilizadas.

ordem e ver se prendião alguns criminosos [...] no districto de Contendas, e na noite de 21 para 22, duas mulheres forão victimas de violência e tentativa de estupro por Manoel da Fonseca e José de tal que arrombarão uma janella quebrando a taramella e penetrando no interior, arrastarão uma dellas pretendendo saciar seos appetites libidinosos¹²⁷.

2.2.3 Instrução e Saúde Pública

Outro tema que é discutido com interesse tanto pelo governo provincial como pelo municipal é a educação. Esse assunto é retratado como importante ramo do serviço público. Para o governo provincial

É este um dos mais graves assumptos de uma administração, que exige activa e continua attenção, porque encerra, pode-se dizer, o presente e o futuro do país, que dependem da instrucção e educação do povo. A responsabilidade é immensa, abrangendo a inspecção e o professorado: a sua escolha e habilitações: o systema do ensino, os livros e até o material das escolas: a direcção dos alumnos, a sua educação physica e moral, e o seu preparo para as grandes luctas da vida, em que em breve elles tem de entrar, e devem apresentar-se como esforçados lidadores, revestidos da coragem, que só dá a consciência do dever para affrontar os revezes e perigos¹²⁸.

O ensino público na província de Minas Gerais dividia-se em dois estágios: primário e secundário. O primário envolvia o ensino da "leitura, escrita, doutrina cristã (noções dos deveres morais e de civilidade), conhecimento das quatro operações fundamentais da aritmética, dos pesos e medidas e valores das moedas do país. Já o secundário, compreendia o estudo do latim, francês, inglês, filosofia, retórica, matemática, geografia e história¹²⁹.

A preocupação do governo municipal com a educação, em Montes Claros, pode ser analisada através do código de postura para o ano de 1853.

A aula de Instrução Primária desta villa he freqüentada por mais de cincoenta alumnos estando matriculados oitenta e tantos; sendo para

¹²⁷ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 17.05.02/000.003.

¹²⁸ RPP/MG, 1871, fl. 32, Fala do Sr. Presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho.

¹²⁹ RPP/MG, 1864, fl. 13, Fala do Sr. Presidente Fidelis de Andrade Botelho.

lastimar que muitos pais de famílias não possam fazer seus filhos freqüentarem a aula attento os seus estados de ignorância e a escacez de víveres que presentes há nesta villa¹³⁰.

O documento supracitado revela uma face do ensino primário no sertão-norte mineiro. Além disso, percebe-se que nem todos os matriculados na escola chegavam a freqüentar as aulas.

Com o aumento do número de habitantes da já então cidade de Montes Claros, faz-se necessária a construção de novas escolas para atender a demanda crescente por instrução. O Código de Posturas de 1884 revela que o governo da província iria dotar a cidade de um novo edifício de estabelecimento de instrução pública. A Câmara Municipal foi incumbida da construção dessa obra que foi realizada na praça defronte a antiga rua da Fôrca. Pelo fato da escola situar-se diante de um outro importante edifício, a Casa da Caridade, essa região da cidade passou a atrair muitas pessoas que fixaram suas residências nesse local¹³¹.

Uma preocupação também muito freqüente da administração pública é o cuidado com o estado sanitário das províncias. As Posturas Municipais de Montes Claros em 1853 informam que “nenhuma enfermidade de carácter mais endêmico tem flagelado o Districto, e um ou outro caso que tem apparecido, he certamente devido por a estação, ou a causa de males anteriores¹³²”. Aos fiscais do município caberia elaborar um relatório constando qual a data de invasão das epidemias, o número certo ou provável de infectados, a duração e época desse fato.

Um dos problemas relacionados às questões sanitárias do município de Montes Claros é a criação de animais nas ruas, sobretudo, porcos, cabritos e cães. As Posturas Municipais de 1877, através das informações contidas no relatório do fiscal, ressaltam que as criações de animais nas vias públicas e a construção de chiqueiros para porcos em muitos quintais são as causas da falta de asseio e da infecção das ruas. Para combater o problema, foi apresentado neste ano um edital para proibir essas criações e destruir os chiqueiros. O fiscal relata que a partir da publicação do edital, mesmo antes da revista geral, muitos chiqueiros já haviam sido destruídos e poucos

¹³⁰ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 06.05.01/000.001.

¹³¹ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 16.05.01/000.002.

¹³² DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 06.05.01/000.001.

animais se viam nas ruas¹³³. Entretanto, parece que o edital não teve efeito duradouro, pois, já no ano seguinte, 1878, a postura informa que

Apesar das proibições das posturas, continuam em grande escala a criação de porcos nesta cidade. A maioria dos habitantes mostra-se contrariada a essa disposição, nas revistas não tenho por isso lançado mão de particularmente uma apreensão dos mesmos, não me tem sido fornecidos soldados pela polícia¹³⁴.

As questões relativas à saúde pública em Minas Gerais, no Oitocentos, estiveram, portanto, no raio de atenção tanto do poder provincial quanto municipal. A presença de animais soltos nas vias públicas foi apenas um dos aspectos que inquietavam o governo. Nesse ramo da administração pública, muitas ações seriam necessárias para coibir e combater as doenças e os “vícios” da população, sem perder de vista o ideal da formação de um povo saudável, moralizado e apto para o trabalho.

A saúde e até mesmo a sobrevivência da população do Norte de Minas também estavam vinculadas à existência de água de boa qualidade para usufruto da população. Preocupada com esse assunto, na sessão extraordinária de 16 de dezembro de 1848, a Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas chefiada por Antônio Gonçalves Chaves, resolveu que

[...] de ora em diante, a Vargem, a Leste desta Vila, está considerada, em toda a sua extensão, como servidão pública, que é de fato e de direito, pois é o único lugar que produz água potável, própria para a lavagem de roupa, no tempo da seca, e onde se possam encostar animais de passageiros e tropeiros, gados, etc. Por isso que é proibido que alguém sobre a mesma Vargem estenda seus quintais, e faça novos e ainda continue os já principados¹³⁵.

A preocupação com a água relacionava-se não apenas à disponibilidade de água potável, mas também com o destino da água utilizada nos quintais. Em Postura Municipal de 1884, o vereador João Caldeira Brant sugere que a Câmara ordene ao

¹³³ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 13.05.02/000.002.

¹³⁴ DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 13.05.02/000.004.

¹³⁵ VIANNA, 1972, p. 156.

fiscal que tome providências no sentido de impedir o escoamento de águas servidas dos quintais para vias públicas, pois podem ameaçar a salubridade¹³⁶.

Um regulamento da Câmara Municipal de Montes Claros, no ano de 1876, através do seu presidente Francisco Durães Coutinho, dispõe sobre a criação de uma associação denominada Irmãs da Caridade, criada pelas mães de família e senhoras da cidade de Montes Claros que passou a se chamar Clube de Beneficência. Esse dispositivo previa em seu artigo segundo, os fins dessa associação: auxiliar o hospital de caridade desta cidade por meio de esmolas e donativos; auxiliar a gestão interna do mesmo hospital cooperando para que o movimento das enfermeiras se faça com toda regularidade. Quanto à participação das associadas, é importante ressaltarmos que

O número das associadas do Club de beneficência é ilimitado e podem se associar todas as pessoas do sexo feminino que reunirem os seguintes predicados: 1º - que sejam livres e tenham bons costumes, e a idade, pelo menos 19 annos. 2º - que tenham meios de decente subsistência e possam prestar à associação serviços pessoais, e auxílios pecuniários, de qualquer valor, ou equivalentes. 4º - as associadas serão admitidas por propostas de qualquer dos Membros da associação, sendo approvada por maioria absoluta de votos, em escrutínio, secreto.¹³⁷

A análise desse documento, sobre a fundação de uma associação beneficente em Montes Claros, no século XIX, permite-nos inferir que existia um conjunto de normas, regras que definiam uma ocupação específica para as mulheres sertanejas. Dessa forma, compreendemos que existia um perfil de mulher que se enquadrava no ordenamento proposto por este regulamento e, nesse sentido, nota-se que não eram todas as mulheres que poderiam integrar essa associação, tema que pretendemos tratar de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

As Leis apresentadas anteriormente retratam o esforço do poder público norte-mineiro em fixar normas que organizassem as mais diversas atividades do cotidiano da população. A leitura crítica dos Códigos de Postura Municipais e de outros documentos históricos constitui-se em uma pesquisa que demonstra que, apesar do desenvolvimento urbano norte-mineiro ser incipiente, as políticas de ordenamento da

¹³⁶DPDOR/APMC, Posturas Municipais, nº 16.05.01/000.004.

¹³⁷ DPDOR/APMC, 1876, Regulamento.

região não se apresentavam muito distantes do que acontecia em grandes centros urbanos.

2.3 Correspondências Recebidas

Ao investigarmos a documentação referente à província de Minas Gerais no Oitocentos, arquivada na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da UNIMONTES – DPDOR, encontramos registros sobre correspondências enviadas e recebidas entre os governos provincial e municipal. Optamos por intitular esta parte, que é fundamental para compreendermos os bastidores da política imperial, nesse período, por Correspondências Recebidas, tendo em vista somente o modo como foram organizadas no DPDOR. Estas correspondências são importantes fontes documentais que possibilitam-nos conhecer as determinações e preocupações mais latentes entre os governos central e municipal. Esses documentos abordam aspectos diversos da administração pública e permitem-nos uma investigação mais detalhada da ação do poder público sobre o território e o comportamento da população.

Foram analisadas as correspondências legíveis¹³⁸ disponibilizadas no DPDOR referentes ao século XIX. Como essas comunicações abordavam assuntos diversos, são destacadas nesta pesquisa aquelas que tratam direta ou indiretamente do ordenamento do sertão norte-mineiro.

O governo provincial demonstrava interesse em conhecer as características populacionais e econômicas do município de Montes Claros. Com relação à população, esse cuidado fica evidente em correspondência recebida no ano de 1833 que cobra da administração pública a distribuição de mapas aos Juizes de Paz para a realização de censo na província¹³⁹. A realização de um censo permitiria ao poder público conhecer as reais condições da população da Vila de Montes Claros de Formigas e, conseqüentemente, agir sobre os problemas que se mostrassem mais emergenciais.

¹³⁸ Convém salientar que, apesar dos esforços dos pesquisadores da Unimontes, na microfilmagem e digitalização, muitos documentos já se apresentavam muito deteriorados e de compreensão bastante prejudicada.

¹³⁹ DPDOR/APMC, Correspondência Recebida, nº 01.01.02/000.007.

A preocupação apontada na correspondência citada acima era direcionada não apenas para essa região, mas para toda a província mineira. O biênio 1831/32 foi marcado pela realização de uma grande investigação na província através da execução de um censo de vasta abrangência. Entretanto, a comunicação de 1833 parece revelar que esse censo não contemplou Montes Claros de Formigas.

O Censo de 1831/32, organizado sob a forma de listas nominativas de habitantes, é o mais extenso e circunstanciado levantamento populacional do período provincial mineiro, além de ser o maior conjunto de informações nominais de natureza censitária remanescente para o período imperial brasileiro. As unidades espaciais de informação do censo eram os distritos de paz, divididos em fogos ou domicílios. Foram relacionados para cada indivíduo recenseado o prenome, a condição social, a cor/origem e a idade. Sobrenome, estado conjugal, ocupação, nacionalidade e relações de parentesco ou subordinação sócio-econômica foram informados para parcela da população. A representatividade e cobertura das listas remanescentes de 1831/32 são bastante satisfatórias, compreendem aproximadamente 55% da população e distritos então existentes em Minas Gerais¹⁴⁰.

Apesar da existência desse que teria sido o primeiro censo oficial de Minas Gerais, é preciso lembrar que não desconhecemos que as instâncias de poder locais do Brasil encontraram, mesmo antes dessa data, outras formas de registrar, selecionar e, portanto, ordenar a sociedade. Os pesquisadores Regina Célia Lima Caleiro e Alysson Freitas de Jesus, por exemplo, tornaram público um curioso documento. Trata-se da “Lista do Vigário”; documento elaborado em 1819 que lista a população do município de Franca, interior paulista. Nota-se que mesmo antes da sistematização dos censos ou da emancipação do Brasil já havia formas de divulgar a caracterização da população feita por grupos privilegiados da sociedade, nesse caso a Igreja¹⁴¹.

Infelizmente, não encontramos, para a região norte mineira, documento semelhante à “Lista do Vigário”. Também por isso utilizamos as correspondências recebidas pelo presidente da Câmara e Vereadores, documentos que também revelam facetas particularizadas do ordenamento social.

¹⁴⁰ GODOY; RODARTE, 2004, p. 1-2.

¹⁴¹ Ver: CALEIRO, Regina Célia Lima; JESUS, Alysson Luiz Freitas de. Mulheres honestas e perniciosas, homens refohados e homicidas hirozos na “lista do vigário”: um censo *sui generis* no século XIX. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 539-566, Jul./Dez. 2006.

A correspondência recebida pelo presidente da Câmara e vereadores de Montes Claros em 1842 declara que foi “muito agradável ao Governo a exposição dos sentimentos de lealdade e adesão manifestados por esta Câmara, e pelos habitantes do Município a Monarchia Constitucional e as Instituições do Paiz.”¹⁴² Através desse fragmento, nota-se que a distância geográfica e as dificuldades de comunicação não impediram que os dirigentes municipais se mostrassem afinados com as idéias difundidas pelo governo provincial.

Conforme explicado anteriormente, as correspondências não eram enviadas pelo governo provincial apenas tendo com a intenção de comunicar algo à administração. Elas também solicitavam um retorno das Câmaras Municipais em forma de pareceres, propostas, entre outros. No documento analisado referente ao ano de 1846, o governo provincial acusa o recebimento de um Relatório que trata do estado das estradas e elogia a Câmara da Vila de Montes Claros. Na ocasião, o governo diz que “a Câmara deste município é certamente digna de louvor pela pontualidade com que cumpre as ordens do governo”¹⁴³. Isso demonstra que Montes Claros não estava alheia às determinações do governo central e, mais que isso, os governantes se esforçavam para corresponder às expectativas do poder provincial.

Em carta de 1855 o governo provincial solicita à Câmara de Montes Claros, informações sobre a situação econômica do município.

Em circular desta Presidência de 11 de Novembro do anno passado, foram exigidas as seguintes informações: 1º: qual o estado da indústria de mineração, da agrícola e da fabril, enumerando os principais estabelecimentos, e a importância aproximada de seus productos nos últimos três annos; as causas do seu atraso e progresso [...] 2º.: qual o número de fazendas de criação ou de cultura existentes nesse Município: 3º. qual o número de fábricas de qualquer espécie, declarando o estado de sua industria [...] 4º. enfim qual o estado do seu commercio, declarando o valor da importação e exportação nos últimos três annos [...]”¹⁴⁴.

O fragmento destacado acima revela que o interesse do governo provincial não se baseava apenas em saber quais eram as riquezas da região, mas também

¹⁴² DPDOR/APMC, Correspondência Recebida, nº 03.01.02/000.041.

¹⁴³ DPDOR/APMC, Correspondência Recebida, nº 04.01.04/000.020.

¹⁴⁴ DPDOR/APMC, Correspondência Recebida, nº 06.11.01/000.001.

conhecer detalhadamente as potencialidades de cada setor econômico e suas ramificações.

O presidente da Câmara e vereadores de Montes Claros receberam, em 1875, uma correspondência notificando uma reclamação do escrivão de Paz por não estar sendo executada no citado município a lei que regulamentava os registros civis de nascimento, casamento e óbitos. O escrivão Manoel José da Silva observa que neste distrito ainda não entrou em execução esta lei e que essa situação, futuramente, poderá acarretar problemas quando da necessidade dos cidadãos requererem certidões ou outros documentos. Na oportunidade, ele diz que já informou à Câmara Municipal e salienta que já foram tomadas as necessárias providências como o fornecimento de livros¹⁴⁵.

Sobre a correspondência a que nos referimos em parágrafo anterior, informamos que essa mesma discussão foi tema de outra carta escrita posteriormente. No documento em questão, de 1882, percebe-se que para a execução do regulamento do registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos é encarregado em cada Juizado de Paz um escrivão respectivo. Convém ressaltar que pela falta dos livros competentes não foi executado o regulamento nesta Paróquia¹⁴⁶.

Conforme explicamos anteriormente, o tema das correspondências era bastante variado, abarcando as mais diversas intenções. Em 1881, o inspetor da saúde pública da Província de Minas Gerais, solicita informações sobre a existência de epidemia no Município de Montes Claros. Esse inspetor deveria produzir um relatório circunstanciado sobre o estado da província e apresentá-lo a Excelentíssima Junta de Higiene até 30 de janeiro de 1882. O conteúdo do relatório deveria conter os seguintes dados.

1. Se foi ou não invadido esse município por alguma epidemia.
2. No caso afirmativo, qual a data de sua aparição.
3. Sua natureza, tempo de duração e época de sua terminação.
4. Finalmente, qual o número certo ou provável de affectados ou mortos¹⁴⁷.

¹⁴⁵ DPDOR/APMC, Correspondência Recebida, nº 11.01.01/000.005.

¹⁴⁶ DPDOR/APMC, Correspondência Recebida, nº 14.15.02/000.006.

¹⁴⁷ DPDOR/APMC, Correspondência Recebida, nº 14.14.01/000.001.

A manutenção do estado sanitário do território, interesse tanto do governo central como do municipal, demandava diversas ações. Como exemplo, lembramos a preocupação já expressa com a limpeza das vias públicas, a proibição da circulação de porcos, cabritos e cães pelas ruas, o asseio e um local adequado para matadouros públicos, a drenagem das águas servidas, a vacinação e o conseqüente controle das epidemias, dentre outros, são indícios de que os governos estavam atentos para esse tema.

Uma mostra de que o poder público municipal estava vigilante sobre as questões que poderiam interferir na saúde da população são as estratégias tomadas para coibir e combater o foco de possíveis doenças. Por ser o Norte de Minas do Oitocentos conhecido tradicionalmente como uma região de economia baseada na agropecuária, são comuns os debates em torno da criação e abate desses gêneros. Nelson Vianna retrata a preocupação com a localização do matadouro público. Segundo o pesquisador, em sessão da Câmara Municipal realizada em 1839, o local para o Matadouro Público e respectivo curral foi designado para um terreno já demarcado que ficava acima do local popularmente conhecido como Fôrca. O Matadouro deveria ficar entre a Fôrca e os Currais, e a estes ligados, mais ou menos nos fundos do prédio nº 66, da rua Governador Valadares¹⁴⁸.

Em relação ao tema saúde pública, além dos Códigos de Posturas Municipais, as comunicações entre os governos permitem-nos compreender que a exigência higiênica era um ramo importante da administração pública.

Um fato que despertou nossa atenção foi o assunto da correspondência recebida pela Câmara Municipal de Montes Claros em 1884. Nela, o governo provincial requer objetos do município para serem mostrados na “Exposição Internacional de Higiene e Educação” em Londres. Essa exposição teria o Brasil como participante e, objetivava dar o conhecimento não só sobre alimentos, vestuário, habitação e escola em todos os países, mas também sobre os melhoramentos nas escolas elementares e de artes e ofícios para demonstrar a influência dos preceitos higiênicos e do progresso intelectual sobre o bem-estar dos povos¹⁴⁹.

¹⁴⁸ VIANNA, 1972, p. 166.

¹⁴⁹ DPDOR/APMC, Correspondência Recebida, nº 16.01.01/000.002.

A ocupação do sertão norte-mineiro, região até certo ponto distante de outras localidades, pode dar a falsa impressão de que a região, durante muito tempo, esteve totalmente isolada das “idéias ilustradas” dos grandes centros. Entretanto, percebemos através do trabalho dos pesquisadores e de fontes históricas que a região estava integrada com outras partes da Província e do país através de uma série de estratégias. Na década de 30 do século XIX, ao passo que a Vila de Formigas ia crescendo, os vereadores da Câmara Municipal realizavam várias atividades com o intuito de conseguir a instalação do serviço de Correios. Os projetos não foram atendidos de imediato. Em “20 de janeiro de 1833, saía de Montes Claros para Diamantina, o primeiro condutor de malas postais. Inaugurando, desse modo, o serviço¹⁵⁰”. Nomes expressivos de pessoas que ocuparam cargos importantes na Vila e posteriormente na cidade de Montes Claros vão se revezar na administração dos Correios.

Já em fins do Oitocentos, no ano de 1885, encontramos o registro de uma correspondência recebida da administração geral dos Correios da Província de Minas Gerais que requeria informações acerca das necessidades de Montes Claros. Nessa época, o governo geral visava modificar o serviço postal em toda a Província, criando novas Agências e linhas de Correios; nos locais em que houvesse necessidade, aumentaria os serviços, caso contrário, algumas linhas seriam suprimidas. Nessa ocasião, percebem-se que as alterações necessárias deveriam ser enviadas com urgência¹⁵¹.

Outro ramo de atividade que incrementou a infra-estrutura da cidade de Montes Claros foi a instalação do serviço de telégrafos inaugurado na última década do século XIX, em 1892. Apesar de consolidar-se apenas no governo republicano esse serviço deveria ser administrado pelo Estado, pois, foi através da lei mineira nº 3.326, de outubro de 1835, que autorizou a prolongar a linha telegráfica de Diamantina a Januária, passando por Montes Claros e São Francisco¹⁵². Uma comunicação do ano 1886 informa que

Sendo certo que o telegrapho só deve ser empregado em casos urgentes, e que não podem sofrer demora, o que nem sempre é

¹⁵⁰ BRASIL, 1983, p. 67.

¹⁵¹ DPDOR/APMC, Correspondência Recebida, nº 17.03.02.

¹⁵² BRASIL, 1983, p. 67.

observado por algumas autoridades que d'elles se hão servido na correspondência ordinária, fique [...] sciente de que a não observância da presente portaria imposta fica o transgressor responsável pelo pagamento do telegramma.¹⁵³

Essa comunicação do governo provincial adverte a administração municipal acerca da utilização do serviço de telégrafo em Montes Claros. É importante observarmos que no ano em questão, tal atividade ainda não havia sido inaugurada em conformidade com a lei citada acima, neste município.

As correspondências trocadas entre o governo provincial e as autoridades de Montes Claros trataram de temas diversos. No entanto, um elemento parece reuni-las: a necessidade crescente de legislar da administração local com vistas a ordenar e normatizar a vida pública da população para, obviamente, conseguir dela comportamentos apropriados. Tais comportamentos deveriam garantir a manutenção da ordem e da moral que o Estado Imperial brasileiro entendiam como “correta” e adaptada ao ordenamento proposto e desejado.

¹⁵³ DPDOR/APMC, Correspondência Recebida.

CAPÍTULO 3

MULHERES SERTANEJAS: ORDEIRAS E DESORDEIRAS

3.1 As Mulheres e as Fontes

O intuito de perscrutar as imagens construídas acerca da mulher no século XIX, permite ao leitor compreender o comportamento feminino em meio à imposição das leis e normas no sertão norte-mineiro. Reconstituir a trajetória das mulheres é ofício complexo dado o caráter fragmentário das fontes e também por elas terem sido durante muitos séculos aliadas dos domínios da história.

Durante o século XIX, relatos de cronistas e viajantes que transitaram pelo Brasil se configuraram em valiosos instrumentos de informação e importante fonte documental.

O material produzido pelos viajantes, pela variedade de temas retratados, a observação minuciosa, a riqueza dos detalhes sobre o fervilhar do cotidiano dos grandes centros urbanos da época ou no interior do país, possibilita-nos conhecer e compreender os liames da sociedade norte-mineira Oitocentista em constante transformação. Através da sensibilidade de artistas e viajantes é possível inferir dos seus relatos traços dos hábitos e valores da sociedade escravocrata do século XVIII que persistiram, continuaram a mobilizar e influenciar os comportamentos no século XIX.

Os relatos dos viajantes conferem importância singular à construção do universo feminino no século XIX. Eles transitaram por diversas regiões do país. As suas anotações e relatos fornecem informações valiosas, sobretudo pelo fato de expressarem o olhar de quem esteve presente à época registrada.

Ao longo da história, as mulheres foram descritas sob o viés da submissão e da inferioridade. Contrariando a condição do “aparente anonimato”, portanto, é preciso atentar para os subterfúgios, as artimanhas criadas para sua sobrevivência, os múltiplos papéis assumidos, sua atuação nas cenas urbanas e no cotidiano sertanejo.

Vários fatores concorreram para atrair a atenção dos estrangeiros. Dentre os aspectos elencados em seus relatos, além das referências ao trabalho, casamento e

procriação priorizamos também como fatores importantes para se compreender a condição feminina no século XIX as descrições ligadas à família e à educação.

Ao tratarmos do comportamento da população do sertão norte-mineiro no século XIX, diante do ordenamento imposto pelo Estado, nossa investigação direcionava-se também para a atuação das mulheres. Além da bibliografia analisada e dos relatos dos viajantes, foi realizada uma pesquisa nos jornais do século XIX, arquivados no DPDOR – UNIMONTES, para investigarmos alguns traços da figura feminina.¹⁵⁴

O período tratado por este estudo configura-se como uma época em que, de maneira geral, há um grande crescimento das cidades. A nova dinâmica que os centros urbanos assumem provocam a adoção de novos comportamentos e a valorização de novos meios de comunicação. Dentre esses meios, destacam-se os jornais.

Em pesquisa sobre os periódicos existentes no século XIX na comarca do Rio das Mortes, Vellasco afirma que esses veículos de comunicação possuíam funções diversas, como explicitar as posições políticas dos grupos que o sustentavam, contribuir no processo de esclarecimento do público em geral, trazer capítulos da história nacional, lições de civismo, trechos de obras dos Iluministas franceses, além de crítica teatral, assinada via de regra pelos leitores, dicas de moda, higiene e notícias sobre o que andava pela Corte e sua vida social; incluindo também os anúncios dos comerciantes sobre os produtos importados à venda em seus estabelecimentos. Para Vellasco, o discurso civilizatório que os jornais possuíam “espelhava-se na Europa mirando a Corte e as transformações que iam sendo introduzidas”.¹⁵⁵

Além dos jornais, recorremos aos processos criminais. Conforme já explicitado na Introdução desse trabalho, os processos relatam subversão da ordem; mais do que isso são documentos comprobatórios do almejado ordenamento social.

Acreditamos, por fim, que a mulher é um dos principais agentes do universo social do século XIX, ou seja, figura central para desvendarmos como se processaram as relações entre seus membros, e que ela não ocupava somente o espaço doméstico tão apregoado pela historiografia tradicional.

¹⁵⁴ Ivan de Andrade Vellasco (2004) aponta a existência, no século XIX, na região da comarca do Rio das Mortes de um jornal que se dirigia ao público feminino. Intitulado “O Mentor das Brasileiras”, esse periódico tinha como missão declarada informar o “belo sexo” dos acontecimentos políticos e incorporar as mulheres à difusão das luzes.

¹⁵⁵ VELLASCO, 2004, p. 55.

3.2 Os Viajantes: passagens por províncias e o contato com as mulheres¹⁵⁶

No século XIX, época em que a Inglaterra foi chamada de “uma janela para o mundo¹⁵⁷”, ampliando seus territórios de influência, conquistando novos povos, culturas, riquezas das mais diversas, ressaltamos o contingente de estrangeiros que se deslocavam para vários continentes no intuito de reunir informações e conhecimentos sobre os lugares visitados.

A escritora inglesa Maria Graham é referência nos estudos sobre literatura de viagem. Filha de almirante e casada com o capitão da marinha Thomas Graham, desde cedo, o hábito de realizar anotações sobre os países visitados foi uma constante em sua vida. A obra de Maria Graham “Diário de uma viagem ao Brasil”, analisada pelo estudioso Raymundo Campos, é um depoimento dos mais completos sobre essa época e tem como traço relevante o fato de ter sido escrito de acordo com a sensibilidade feminina. Sobre o diário de Maria Graham, é interessante salientarmos que a viajante se preocupava com aspectos variados, como por exemplo, a natureza, as pessoas, as atividades produtivas e as relações sociais, como as que eram reproduzidas pela escravidão.

No Brasil, Maria Graham visitou as regiões de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Os privilégios que os ingleses possuíam no país, como as vantagens conseguidas através dos Tratados de Aliança, Comércio e Navegação, consolidaram modos e estratégias de sobrevivência que influenciariam, posteriormente, o comportamento dos brasileiros. Sobre a conduta de Maria Graham em solo brasileiro, Campos relata que “ela preocupou-se em não permitir que os seus contatos ficassem restritos aos ingleses residentes no país e aos brasileiros da elite dominante¹⁵⁸”. Nesse contexto, é possível inferir que:

Enfrentando dificuldades por ser mulher, estrangeira e não conhecer a língua do país, ela procurou andar por toda parte e estar presente aos

¹⁵⁶ Privilegiamos Maria Graham e Charles Expilly porque os mesmos retratam freqüentemente as mulheres do século XIX, sendo que a viajante ainda possuía a vantagem de conseguir uma maior intimidade com o universo feminino pelo fato de ser mulher. Já Saint-Hilaire, é utilizado em virtude das valiosas informações que ele fornece em sua passagem pelo sertão norte mineiro. Spix e Martius também fazem referências ao norte de Minas Gerais.

¹⁵⁷ CAMPOS, 1996, p. 17.

¹⁵⁸ CAMPOS, 1996, p. 22.

grandes acontecimentos públicos da época. Tais atitudes a tornavam diferente da maioria das mulheres inglesas e brasileiras, que ficavam restritas aos afazeres domésticos, saindo às ruas quase tão-somente para compras e nos dias de festas religiosas.¹⁵⁹

A preocupação com a condição feminina no Brasil do século XIX foi freqüente nos relatos desta viajante. As mulheres brancas, negras, eram retratadas imersas em seus respectivos universos. Segundo o historiador Raymundo Campos, as descrições da viajante inglesa divergiam de acordo com os locais visitados.

Ao discutir a temática da escravidão, os escritos de Maria Graham funcionaram como documentos importantes para a História do Brasil. Segundo Campos, o olhar da viajante sobre a condição dos negros procurava desmistificar sua condição de ser passivo, algo inovador nos discursos históricos da época. Ela realça em seus relatos, valores atribuídos à raça negra como beleza física, capacidade de trabalho e sensibilidade artística. A condição das mulheres negras que realizavam seus trabalhos nos centros urbanos ou na execução de tarefas domésticas também foi um aspecto abordado por esta visitante.

Segundo Ilka Boaventura Leite, no século XIX o Brasil passou a ser o centro das esperanças (de comerciar e viver), e também o das frustrações. Atraído pelo desejo de desenvolver sua carreira no Brasil e pelas promessas de enriquecer no país, fundar um colégio feminino, aliado à experiência de sua esposa no empreendimento, é que o escritor francês Charles Expilly vem para o Brasil. Diante do intento não realizado, o viajante, casado com uma gaúcha do Rio Grande do Sul, envereda pelo ramo da indústria, tornando-se fabricante de fósforos. Em um encontro amistoso com o imperador D. Pedro II, Expilly apresenta seu projeto de fundar um estabelecimento de ensino no país. Entretanto, o imperador sugere ao escritor francês que ele faria bons negócios no Brasil através da profissão de tradutor. Ao retrucar a proposta de D. Pedro II, é possível conhecer o espírito do viajante quando diz: “Prezo-me muito de fabricar fósforos. Essa vulgar ocupação, ao menos não me impede de viver com o meu próprio pensamento e de desenvolver a minha inteligência pelo estudo dos costumes

¹⁵⁹ CAMPOS, 1996, p. 22.

brasileiros¹⁶⁰”. Na iminência de ampliar seus horizontes com o comércio dos fósforos para diversas cidades do Brasil, o viajante reflete em um pequeno trecho, a “perspectiva do lucro, um lucro intelectual, tentava-me sobremodo, e eu já bendizia os fósforos, que permitiam enriquecer as minhas notas de novos documentos¹⁶¹”. Percebe-se, dessa forma, que a condição de comerciante abria-lhe oportunidades para desenvolver-se como escritor.

A obra de Charles Expilly, caracterizada por uma seleção minuciosa, objetiva, rica em detalhes, principalmente no que concerne ao aparato da escravidão e às mulheres de nacionalidade Mina, funciona como um precioso documentário histórico, fonte de reflexões e importante testemunho sobre o cenário e as implicações do sistema escravista. No prefácio da obra “Mulheres e costumes do Brasil”, ficam patentes as convicções sobre o caráter opressor da sociedade que analisa, onde o preconceito de cor governa prioritariamente. Segundo esse viajante, “é toda uma sociedade que se apresenta aos nossos olhos com os seus estúpidos preconceitos, os seus excessos detestáveis, as torpezas, os vícios e os crimes engendrados por uma instituição anti-social¹⁶²”.

O escritor Charles Expilly, através de uma descrição atraente e emocionante, colabora de forma significativa para a percepção da condição feminina no século XIX. Em algumas passagens de seus relatos, a superioridade física da mulher negra, a beleza de suas formas, seus gestos e adornos, a mobilidade espacial nos centros urbanos é algo que nos impressiona. Ao tecer comentários sobre a mulher negra, o autor sempre se refere à nacionalidade mina, como podemos observar a seguir:

A cor pura de sua pele, quando ela é de um preto absoluto, como as pessoas da raça mina, lembra a cor profunda do mármore de Portor, esse mármore preto, com veias de fogo; além disso, a solidez dos atrativos, a amplitude opulenta do torso, o farto desenvolvimento do peito, atestam, um modelo perfeito, uma força vital, harmonioso com a exuberante vegetação do equador, que faz sonhar com o amor insaciável dos imortais.¹⁶³

¹⁶⁰ EXPILLY, 1977, p. 30.

¹⁶¹ EXPILLY, 1977, p. 39.

¹⁶² EXPILLY, 1977, p. 20.

¹⁶³ EXPILLY, 1977, p. 96.

Através dos relatos de Expilly, é possível depreender a superioridade da negra (tanto no que concerne à força física quanto à beleza), em relação à mulher mulata e à branca. Entre os estrangeiros que visitavam o país, ele confessa que:

Às vezes, é verdade que se deixam seduzir pela indolência graciosa e pela provocante vaidade da mulata; mas, ordinariamente manifestam seu entusiasmo pela negra, na qual as proporções vantajosas do corpo, os tons quentes da pele, a paixão grave concentrada no olhar, dão a toda a sua pessoa um caráter de grandeza, de força e de beleza soberana, que falta absolutamente à mulata e à branca.¹⁶⁴

Ao observar a mulher branca no cenário tropical do Brasil, o autor relata que “sua beleza delicada esvai-se em ondas de luz. Seu talhe diminui diante da criação; ela aparece, enfim, mesquinha, miúda, miserável, angustiada¹⁶⁵”. Em contraposição, portanto, a pele bronzeada da negra reluzia e a sedução soberana dessa mulher inspirava ricas descrições de qualquer visitante.

Um aspecto interessante que também chama a atenção de Expilly, é o fator da miscigenação. Segundo esse viajante, o preconceito de cor era algo vivo e marcante dentro do país. Ao perceber as raízes do preconceito solidamente constituídas no Brasil, ele dizia que são as funções exercidas que ditavam a cor da pele.

Segundo Expilly, a escravidão poderia ser resumida através das seguintes palavras: “ausência de moralidade nos costumes públicos; desprezo afrontoso pelos laços conjugais; máculas diárias no lar doméstico; a brutalidade licenciosa e o interesse sórdido, como substitutos do direito e do dever; a humilhação absoluta das almas¹⁶⁶”. É esta a sociedade que, após a inserção da influência européia e a transferência da Corte para o Brasil, é analisada por esse escritor francês.

Diante da gama de aspectos observados, analisados e descritos por Charles Expilly, em meio a um cenário tão conturbado, reconhecemos que sua obra é referência indispensável entre os viajantes à compreensão do fervilhar da sociedade brasileira do século XIX, no geral e, em particular, ao importante papel atribuído, em seus relatos, às mulheres descritas com esplendor e riqueza de detalhes.

¹⁶⁴ EXPILLY, 1977, p. 104.

¹⁶⁵ EXPILLY, 1977, p. 96.

¹⁶⁶ EXPILLY, 1977, p. 298.

Apesar deste trabalho procurar demonstrar o importante papel da figura feminina na sociedade dos Oitocentos e, para isso, utilizar entre outras fontes, os relatos dos viajantes, essa relevância não era percebida pela sociedade da época. Se o papel de coadjuvante na construção da história era designado à figura feminina de uma maneira geral, tal desprestígio agravava-se em relação à mulher escrava. Tal fato pode ser percebido pela investigação nos meios de comunicação da época.

As mulheres submetidas à escravidão, no sertão norte-mineiro do Oitocentos, estavam praticamente ausentes dos meios de comunicação da época. Isso pode ser verificado com a análise do jornal *Correio do Norte*. As raras referências encontradas apresentam a mulher escrava como coadjuvante para ressaltar a bondade ou a boa ação de algum importante membro da sociedade local. Como exemplo, podemos citar nota jornalística do ano de 1884 que informa a alforria da escrava Faustina, de cerca de 50 anos de idade, que obteve sua liberdade, de acordo com o jornal, por uma ação generosa que praticou o Sr. Silvério Caetano da Costa residente no Arraial do Bom-Fim¹⁶⁷. Outro exemplo, já em 1885 relata a alforria da escrava de nome Luíza de 15 anos promovida pelo senhor Luiz de Araújo Abreu para solenizar as núpcias da filha¹⁶⁸.

Conforme já apontados inicialmente, interesses de várias ordens concorreram para atrair a atenção dos estrangeiros sobre o Brasil nos Oitocentos.

O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire visitou entre os anos de 1816 e 1822 diversas partes do país, dentre elas, as províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os seus registros retratavam o interesse do viajante na coleta de material botânico e zoológico, além de abordar também temas relativos à Geografia e História do Brasil.

Os relatos de Saint-Hilaire interessam-nos, sobretudo, pelas descrições sobre a província de Minas Gerais e as mulheres que ali viviam sob influência do discurso moralizador do século XIX.

Em visita a Vila de Barbacena, o viajante francês acompanhou a presença de algumas mulheres e seus trajes nos poucos lugares em que poderiam ser vistas. As mulheres sem distinção de classe se reuniam no meio da igreja agachadas ou de

¹⁶⁷ *CORREIO DO NORTE*, Montes Claros, p. 2, nov. 1884.

¹⁶⁸ *CORREIO DO NORTE*, Montes Claros, p. 1, fev. 1885.

joelhos; os homens mais abastados se colocavam dos dois lados e, os negros e a classe mais baixa ficavam à porta. A maioria das mulheres trazia sobre o ombro capas de um tecido pesado e espesso, as famosas “baetas”. As menos ricas e grande parte das negras tinha a cabeça coberta por um toucado que excedia a fronte à maneira de uma coifa, e, passando sob o queixo dessas damas, o cobria às vezes com uma parte da boca. Senhoras elegantes usavam o turbante, e as mais bem vestidas não usavam coisa alguma sobre a cabeça. É interessante atentarmos para a observação desse viajante ao afirmar que a maneira de trajar repetia-se quase sem nenhuma diferença, nas diversas partes da Província de Minas Gerais¹⁶⁹.

Em uma descrição sobre sua estada em Vila Rica, Saint-Hilaire revela que no dia após sua chegada ele fora convidado pelo governador da Província D. Manuel de Castro e Portugal para um baile. Nessa ocasião, o viajante observou, dentre outros aspectos, a maneira de vestir e de se apresentar das senhoras. É possível inferirmos que ele ficou admirado por não haver, a tão grande distância do litoral, diferença mais sensível ainda entre as maneiras das senhoras e as das européias. Percebemos que a observação desse viajante era um interesse comum entre os relatos dos estrangeiros que visitaram o país. A referência às mulheres da Europa ratifica a influência desses modelos na sociedade brasileira do século XIX. Nota-se que, principalmente, a influência francesa que não era restrita somente sobre as mulheres da corte, mas também em algumas províncias. As senhoras, as quais não era permitido qualquer tipo de palavra ao estrangeiro, puderam dançar, cantar e também observar uma mulata que dançou uma espécie de fandango para homenagear os costumes do país¹⁷⁰. Nesse contexto, o francês evidencia que

Não conhecendo ainda então os hábitos da região imaginavam que, durante nossa estada em Vila Rica, teríamos ocasião de tornar a ver as senhoras com quem passáramos o sarau em casa do governador. Fizemos freqüentes visitas a seus maridos, que eram os principais personagens da cidade; mas não avistamos uma única mulher¹⁷¹.

¹⁶⁹ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 63.

¹⁷⁰ SAINT-HILAIRE, 2000, p.75.

¹⁷¹ SAINT-HILAIRE, 2000, p. 75.

Convém ressaltarmos que os relatos dos viajantes representavam um olhar do “outro” sobre o cotidiano da população que habitava os centros urbanos do país. Não desconhecemos o fato de que a descrição do comportamento de homens e mulheres estava assentada nas dificuldades que muitos viajantes encontravam no trato com a população local, os entraves quanto à língua e a complicada proximidade, principalmente com as mulheres.

Os pesquisadores alemães Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius visitaram o Brasil durante o século XIX e percorreram as províncias de Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. O botânico Martius e o zoólogo Spix, a despeito de sua missão científica de investigar a fauna e flora brasileira, registraram além da natureza local, testemunhos sobre o homem e suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Os seus relatos interessam-nos, principalmente, pela visita a Minas Gerais e suas impressões sobre o homem sertanejo. Segundo Spix e Martius

O sertanejo é criatura da natureza, sem instrução, sem exigências, de costumes simples e rudes. Envergonhado de si próprio e de todos os que o cercam, falta-lhe o sentimento da delicadeza moral, o que já se demonstra pela negligência no modo de vestir; porém, é bem intencionado, prestativo, nada egoísta e de gênio pacífico. A solidão e a falta de ocupação espiritual, arrastam-no para o jogo de cartas e dados e para o amor sensual, no qual, incitado pelo seu temperamento insaciável e pelo calor do clima, goza com requinte. O ciúme é quase a única paixão que o leva ao crime.¹⁷²

A descrição desses viajantes sobre o homem sertanejo é fruto de uma viagem pelo sertão mineiro até o rio São Francisco. Nesse cenário, o homem é apresentado como um tipo primitivo, de atitudes muito simples. Parece-nos, contudo, que esse homem sabe driblar as adversidades e sobrevive acomodando-se ao cotidiano.

Quando chegam ao Arraial das Formigas em 12 de julho de 1818, Spix e Martius retratam os habitantes dessa localidade como filhos do sertão, sendo, desta

¹⁷² SPIX; MARTIUS, 1976, p. 66.

forma, conhecidos como brigões e por seu banditismo. Além disso, os viajantes reclamam da falta de hospitalidade dos moradores.¹⁷³

Além da flora, fauna e relevo típicos do sertão norte mineiro, uma das principais características que chamam a atenção de Spix e Martius é o grande número de filhos que as mulheres desta região possuíam. Os viajantes relatam como extraordinária a fecundidade das mulheres e o crescimento da população nesta região e ainda apontam que tal fato não constitui motivo de miséria e queixa, como nos países civilizados, pois, o pai de família vê nos seus filhos seus auxiliares de trabalho. Com relação às mulheres do sertão norte-mineiro, os pesquisadores afirmam que

Na verdade, as mulheres perdem cedo a frescura, e os traços finos e expressivos da fisionomia alteram-se cedo com a tendência comum a obesidade, aumentada pelos banhos quentes, porém só tarde perdem a vitalidade e as atividades orgânicas, comuns ao seu sexo.¹⁷⁴

É importante lembrarmos que os relatos dos viajantes apresentados anteriormente elucidam a percepção de alguns estrangeiros que visitaram o Brasil durante o Oitocentos. As descrições de Spix e Martius, por exemplo, denotam o comportamento das mulheres sertanejas sob uma ótica particular. Cumpre salientarmos que o próprio caráter das missões científicas de que participavam, propiciava a viagem desses pesquisadores no Brasil por diversas províncias. Dessa forma, suas impressões resultaram em ricas fontes de informação, além de permitirem uma análise sobre os costumes e o cotidiano de homens e mulheres em diversas regiões do país, possibilitando comparações importantes.

3.3 A ordem social dos lares e o trabalho feminino em Minas Gerais

Em uma análise da sociedade mineira do século XVIII, o historiador Luciano Figueiredo revela que como em outras regiões coloniais, a prática da concubinação constituía-se na organização familiar típica entre as camadas populares da sociedade.¹⁷⁵ Nesse contexto, o próprio caráter da atividade mineradora que exigia

¹⁷³ SPIX; MARTIUS, 1976, p. 68.

¹⁷⁴ SPIX; MARTIUS, 1976, p.74.

¹⁷⁵ FIGUEIREDO, 1999, p. 113.

mobilidade espacial era um fator que dificultava a constituição de laços familiares sólidos. Ainda sobre essa característica da sociedade no setecentos, a historiadora Mary Del Priore registra que a escravidão era uma fonte privilegiada de concubinatos, pois, todos os que possuíam escravas, fossem grandes senhores ou simples trabalhadores, achavam-se no direito de estender seu domínio à posse sexual.¹⁷⁶

O viajante francês Charles Expilly menciona que um sistema em que vigora a instituição “escravatura”, “praticam-se, para com o casamento, as teorias mais complacentes.”¹⁷⁷ Esse quadro reproduziu uma sociedade notadamente miscigenada, marcada pela pluralidade étnica e cultural. A historiadora Tânia Quintaneiro afirma que

A intromissão de estranhos e, especificamente no caso do Brasil, a mistura étnica e de classes, de adultos e crianças, livres e escravos, brancos, negros e mestiços, entre filhos legítimos e naturais, enfim a promiscuidade no recinto domiciliar – sacralizado pela cultura burguesa anglo-saxônica – transmitia aos viajeros a sensação de que os estratos subordinados eram capazes de “contaminar” moralmente os demais, aviltando-os.¹⁷⁸

De acordo com os relatos dos viajantes, a instituição familiar no século XIX, foi, em muitos aspectos, influenciada pelos costumes e tradições da sociedade colonial. O sistema escravista impregnou todos os níveis da estrutura social e seu estigma fixou-se indelevelmente à imagem da sociedade brasileira.¹⁷⁹

Ao investigar o reflexo dos costumes e tradições da sociedade colonial na conformação da família do século XIX, a pesquisadora Eni Mesquita Samara afirma que, apesar das transformações que ocorreram na vida urbana, a nova realidade continuou impregnada de valores típicos do ambiente rural que predominava na colônia. Por isso, a sociedade continuava articulando seus componentes através das alianças matrimoniais, sendo o casamento uma estratégia de manutenção da estrutura social vigente.¹⁸⁰

Nesse cenário, marcado por uma população “multicor”, o preconceito se estende por todas as esferas da sociedade, “domina as feições mais naturais e perturba

¹⁷⁶ DEL PRIORE, 2000, p. 26.

¹⁷⁷ EXPILLY, 1977, p. 276.

¹⁷⁸ QUINTANEIRO, 1995, p. 128.

¹⁷⁹ QUINTANEIRO, 1995, p. 51.

¹⁸⁰ SAMARA, 1989, p. 87-88.

friamente, sistematicamente, a harmonia do lar doméstico. ¹⁸¹ Segundo suas observações e registros, o viajante francês sugere que atrás da aparência harmoniosa do lar brasileiro, haveria um quadro sombrio. Expilly relata que esse sistema

fornece produtos diversos, que se afastam ou se aproximam do branco, mas nunca se confundem com ele. Um senhor terá uma filha branca, uma outra mestiça e um filho mulato. A primeira de uma união legítima; a segunda, produto de uma índia; e o terceiro, enfim, de uma escrava, porém legitimado.¹⁸²

Os filhos dessas uniões conviviam no mesmo espaço doméstico, porém, alimentavam o preconceito e a relação de hierarquia que se colocava entre irmãos. Em relação aos mulatos, produto da união de um branco com uma negra, o viajante Expilly os caracteriza como raça “altiva, enérgica, inteligente, ambiciosa como seu pai branco; velhaca, ardente, cautelosa, vingativa como sua mãe preta. ¹⁸³” Sobre o fato de os filhos conviverem em um ambiente compartilhado, Expilly registra que

Simultaneamente, vivem os filhos da dona da casa em promiscuidade com os das negras. À medida que crescem, a linha de separação se estabelece, brutal e inflexível, entre esses filhos de um mesmo pai. Por fim, os irmãos são escravos dos irmãos e apanham deles. Mais tarde, na idade das paixões, os jovens senhores esquecem facilmente que essas belas mulatas, de andar indolente e olhar inflamados, são suas próprias irmãs.¹⁸⁴

Para Charles Expilly, a base ou essência da família estava fixada na igualdade entre os filhos no seio de um mesmo lar doméstico. Entretanto, o preconceito velado e as distinções que demarcavam as relações de “hierarquia da pele”, condicionava os comportamentos dentro da casa brasileira.

Em contraposição à sociedade Setecentista, cujo espaço doméstico não comportava muita intimidade, no século XIX, através dos relatos dos viajantes, percebe-se que havia a busca pela intimidade e proteção.

¹⁸¹ EXPILLY, 1977, p. 192.

¹⁸² EXPILLY, 1977, p. 192.

¹⁸³ EXPILLY, 1977, p. 193.

¹⁸⁴ EXPILLY, 1977, p. 277.

Em relação ao espaço de socialização das mulheres, o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire retrata que “os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e como as cozinhas, interditas aos estrangeiros.¹⁸⁵”

No século XIX, segundo Quintaneiro,

As casas brasileiras dividiam-se em duas partes: uma delas íntima, perfeitamente isolada da sala de refeição e de visitas, permitia que as famílias se mantivessem tão solitárias “como se estivessem numa profunda floresta”, impedindo que os estranhos tomassem conhecimento do que se passava por lá.¹⁸⁶

Nesse contexto, no campo ou na cidade, o visitante chegava a qualquer hora e não se sentia invasor da privacidade dos indivíduos. Afinal, as visitas e reuniões consistiam nos poucos momentos de sociabilidade doméstica.¹⁸⁷ As visitas desempenhavam, dessa forma, papel social importante no cotidiano da população. Entretanto, o hábito de realizar visitas sem aviso, fazia com que os viajantes se deparassem com as mulheres em trajés domésticos e descuidados com a aparência.

O cenário descrito anteriormente, entretanto, não se repete de maneira homogênea em todas as regiões brasileiras. Isso pode ser percebido por uma série de pesquisas. Como exemplo destacam-se os trabalhos de Eni Mesquita Samara em São Paulo e Vanda Lúcia Praxedes na Comarca do Rio das Velhas.

Eni Mesquita Samara, na obra “As Mulheres, o Poder e a Família – São Paulo, século XIX”, discute a conformação da família paulistana no século XIX. Para a autora, a cidade vivia nesta época um processo incipiente de urbanização que provocava rápidas alterações nas situações de vida. Era comum a existência de mulheres solteiras, viúvas ou de maridos ausentes chefiando famílias. Para se ter uma idéia, no ano de 1836, essa situação era vivida por cerca de 1/3 dos domicílios. Samara constata “que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram predominantes em São

¹⁸⁵ SAINT-HILARE citado por ALGRANTI, 1997, p. 96.

¹⁸⁶ QUINTANEIRO, 1995, p. 49-50.

¹⁸⁷ ALGRANTI, 1997, p. 152.

Paulo, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simplificadas e menor número de membros”.¹⁸⁸

Estudando outra região, a Comarca do Rio das Velhas, dos Oitocentos, Praxedes detectou a existência de diversos tipos de famílias, organizadas e estruturadas de maneiras distintas. A autora constata a existência de um grande número de lares chefiados por mulheres, grande parte delas solteiras, mães de filhos ilegítimos. Para essa pesquisadora, em algum desses lares, o fenômeno da matrifocalidade atravessou gerações.¹⁸⁹

A família patriarcal possui a figura masculina como excelência. O homem era o centro da família e para ele as mulheres deviam obediência e respeito. Além de chefiar o lar, eles se encarregavam de sustentar a casa. A discussão apresentada anteriormente, demonstra que ao longo dos Oitocentos, pesquisas comprovam a participação da figura feminina como pilar importante da estrutura familiar, ou seja, mulheres que, mesmo sozinhas souberam driblar as condições adversas e chefiar seus lares através do trabalho.

Desde os primeiros tempos da colonização, a figura feminina esteve associada à idéia de trabalho. Apesar de “aparentemente anônimas” as mulheres participaram de diversas atividades e desempenharam funções importantes.

Sobre o trabalho feminino, a historiadora Mary Del Priore informa que não houve trabalho que a mulher escrava não executasse no Brasil Colonial.¹⁹⁰ No século XVIII, marcado pela atividade mineradora, o historiador Luciano Figueiredo retrata a presença das mulheres em Minas Gerais.

Apareciam ocupadas na panificação, tecelagens, alfaiataria dividindo com os homens essas funções, eram exclusivas quando costureiras, doceiras, rendeiras e fiandeiras. Como cozinheiras, lavadeiras ou criadas reproduziam, no Brasil, os papéis que lhe eram tradicionalmente reservados.¹⁹¹

¹⁸⁸ SAMARA, 1989, p. 10.

¹⁸⁹ PRAXEDES, 2003.

¹⁹⁰ DEL PRIORE, 2000, p. 18.

¹⁹¹ DEL PRIORE, 1997, p. 143.

Dado ao caráter da atividade econômica de extração do ouro e pedras preciosas que exigia maior força e resistência física, as mulheres apareciam transitando pelas faisqueiras carregando gamelas com o ouro sobre a cabeça.

No século XVIII, um aspecto interessante a ser analisado é a divisão do trabalho que se pautava por critérios sexuais. Segundo Luciano Figueiredo, “o comércio ambulante representava ocupação preponderantemente feminina.¹⁹²” A mulher estava associada ao comércio de vilas e cidades, aliadas à proliferação de vendas e quitandas.

O espaço urbano refletia a mobilidade de mulheres no comércio de rua, as chamadas “vendedoras” e “negras de tabuleiro” que ofereciam gêneros de primeira necessidade, o comércio miúdo, além de oferecer seus serviços domésticos como lavar roupas. As vendas se multiplicaram indiscriminadamente pelo território, contrariando, dessa forma, a condição aparente de anonimato e passividade que as mulheres negras simbolizavam.

O cenário Colonial nas Minas Gerais, de acordo com o historiador Luciano Figueiredo, era povoado por “uma verdadeira multidão de negros, mulatas, forras ou escravas que circulavam pelo interior das povoações e arraiais com seus quitutes, pastéis, bolos, doces, mel, leite, pão, frutas, fumo e pinga, aproximando seus apetitosos tabuleiros dos locais onde se extraíam ouro e diamantes.¹⁹³” O trabalho dessas mulheres era visto como uma espécie de perigo social. Motivadoras da desordem nos centros urbanos, elas eram alvo de perseguição e preconceito.

De acordo com a análise de Leite, o olhar do estrangeiro sobre a ocupação feminina no século XIX, revela que

a mulher negra está presente em praticamente todos os tipos de trabalhos descritos pelos viajantes: na mineração, na agricultura, no trabalho doméstico, na manufatura e no comércio. Isso demonstra o seu grau de importância enquanto trabalhadora desde o período colonial. Ela foi a primeira e, por muito tempo, a única trabalhadora.¹⁹⁴

Nesse contexto, percebe-se que as mulheres sempre desempenharam papéis importantes no que se refere à atuação em diversas modalidades de trabalho.

¹⁹² FIGUEIREDO, 1997, p. 144.

¹⁹³ DEL PRIORE, 2000, p. 146.

¹⁹⁴ LEITE, 1996, p. 1-32.

Luciano Figueiredo ratifica essa informação ao dizer que nas Minas Gerais do século XVIII as mulheres, apesar de excluídas pelos poderes formais, participaram ativamente do mundo do trabalho¹⁹⁵.

A mulher era figura indispensável dentro dos domicílios. O viajante inglês John Mawe ratifica a importância da presença feminina nos domicílios do século XIX: “o trabalho feminino consiste inteiramente nos serviços domésticos. Os homens tiram o leite das vacas e cabras. As mulheres fiam e se ocupam das tarefas de agulha.”¹⁹⁶

Entretanto, Maria Odila Leite da Silva Dias retrata uma outra mulher, aquela que, na cidade de São Paulo tentava garantir a sua subsistência no incipiente comércio que começava a se organizar nas cidades. Na transição do século XVIII para o XIX persistiu no Brasil a centralização da atividade econômica na grande lavoura, mas, a crescente urbanização criou um cenário propício para o comércio dos gêneros de primeira necessidade. Esse comércio miúdo carregado de preconceito social vai constituir espaço de ocupação das mulheres pobres¹⁹⁷.

Contrariando o discurso moralizador do século XIX que determinava a presença da mulher no ambiente doméstico, alheia às atividades econômicas, percebemos que a luta pela sobrevivência impunha uma outra dinâmica nos papéis que eram assumidos por essas mulheres, quando elas eram, inclusive, mantenedoras de seus lares. Ao tratar do espaço ocupado pela mulher na cidade de São Paulo, Dias afirma que:

A sua presença era ostensiva na cidade, embora institucionalmente informal e socialmente pouco valorizada. O fato de não participarem da história política e administrativa não diminuiu a importância do papel que desempenharam¹⁹⁸

Ao estudar os papéis desempenhados pelas mulheres do século XIX em São Paulo, Samara assevera que a despeito das evidências de que uma parcela significativa de mulheres das camadas mais abastadas vivam reclusas em seus lares, subordinadas ao modelo de vida patriarcal, existe um outro quadro em que, comprovadamente, muitas mulheres tinham uma participação mais ativa, à frente da

¹⁹⁵ FIGUEIREDO, 1999, p. 201.

¹⁹⁶ MAWE citado por ALGRANTI, 1997, p. 120.

¹⁹⁷ DIAS, 1984, p. 15-16.

¹⁹⁸ DIAS, 1984, p.

família e dos negócios, contribuindo com recursos para a manutenção da casa. A autora conclui que, “ao que parece, essas duas alternativas coexistiram, submetidas ao padrão duplo de moralidade e ao processo de socialização que preparava a menina para o desempenho das funções domésticas”.¹⁹⁹

Quando alguns autores se referem às donas-de-casa, fazem-no para contrastar seu ócio quase absoluto com os afazeres das criadas²⁰⁰. Mas, é interessante observarmos que houve relatos que testemunharam a presença das senhoras brancas em outras atividades. Para ilustrar esse contexto, Tânia Quintaneiro infere um novo olhar dos relatos dos viajantes acerca da figura feminina.

A presença das senhoras extravasava os limites do lar para se encaixar, na estrutura escravista, no papel de administradora da mão-de-obra servil dedicada ao setor de serviços: ambulantes e lavadeiras. Conforme indicam muitos comentários, elas se encarregavam do controle dos criados domésticos e da fiscalização daqueles homens e mulheres que, nas ruas, comercializavam a produção destinada ao mercado ou prestavam serviços e consertavam utensílios de porta em porta ou nos logradouros públicos.²⁰¹

A importância do trabalho escravo estende-se do zelo das senhoras brancas até os mercados onde eram feitas a compra e venda de tão prezados servidores. Com surpresa, os estrangeiros se deparavam com elas no exercício do tráfico humano.

É importante salientarmos que os relatos dos viajantes priorizavam a variedade temática, o exótico, o realce das diferenças. Desse modo, cumpre lembrar que as informações obedecem a critérios de distinção regional, espacial e temporal.

Em sua investigação sobre o Diário da escritora inglesa Maria Graham, Raymundo Campos relata um aspecto interessante observado pela viajante “que é a percepção de que a escravidão degradava também os brancos.”²⁰² Quem trabalhava corria o risco de se assemelhar aos escravos, e para os brancos, uma forma de mostrar um *status* social elevado era ostentar a ociosidade.

¹⁹⁹ SAMARA, 1989, p. 110.

²⁰⁰ QUINTANEIRO, 1995, p. 53.

²⁰¹ QUINTANEIRO, 1995, p. 54.

²⁰² CAMPOS, 1996, p. 60.

Distantes das mulheres brancas de posição social privilegiada, as mulheres negras exerceram os mais variados tipos de trabalho. A obra do viajante Rugendas, comunica-nos que

[...] os escravos das grandes cidades, em sua maioria, são obrigados a pagar semanalmente, às vezes diariamente, determinada importância que procuram ganhar pela prática de qualquer profissão; são marceneiros, seleiros, alfaiates, marinheiros, carregadores, etc. Assim, conseguem eles ganhar facilmente mais do que lhes exige o senhor e, com um pouco de economia, em nove ou dez anos adquirem, sem dificuldade, sua liberdade [...] Também se vêem mulheres escravas ganhar a vida do mesmo modo; fazem-se amas, lavadeiras, floristas ou quitandeiras.²⁰³

Em suas descrições sobre as quitandeiras, as mulheres que comercializavam diversos gêneros em seus tabuleiros, principalmente frutas, Expilly retrata o esplendor dessas mulheres que lutaram pela sobrevivência, utilizaram artifícios dos mais diversos para conquistar a tão sonhada liberdade. Para ilustrar esse cenário, ele descreve em riqueza de detalhes uma jovem negra quitandeira que andava no Rio de Janeiro.

Coberta de ouros, colares, pulseiras e anéis, pareciam um soberbo relicário. Um xale encarnado foi atirado descuidadamente sobre os ombros. Finos chinelos cobriam as extremidades dos pés e um esplendoroso turbante de seda envolvia-lhe a cabeça. Com as suas idéias de vaidade africana e, enfim, para que as suas graças tivessem maior realce, ela pegou numa caixinha chinesa, de formato exótico, dessas que se vendiam no Rio, e escondeu-a no seio.²⁰⁴

Os perfumes que enfeitavam a atmosfera, a desenvoltura e elegância do porte das negras, além do feixe de amuletos que traziam comumente amarrados à cintura, ou nos punhos, simbolizavam algumas das estratégias utilizadas pelas mulheres para obterem liberdade.

Diversos tipos de escravos foram observados e analisados nos relatos dos viajantes. O escravo doméstico, já descrito anteriormente e que desempenhou funções importantes nos lares foi objeto de investigação de Maria Graham. O estudioso Raymundo Campos nos diz que “esses escravos, criados nas casas dos senhores,

²⁰³ RUGENDAS, 1989, p. 150.

²⁰⁴ EXPILLY, 1977, p. 84.

eram geralmente mulheres que cozinhavam, lavavam, costuravam, serviam como amas-de-leite e criadas de quarto.²⁰⁵ Sobre a temática da escravidão doméstica, Raymundo Campos revela que, no país, houve um tempo em que esse aspecto foi valorizado, haja vista a imagem das amas-de-leite que dispensavam cuidados especiais aos filhos do senhor.

Os registros dos viajantes fazem referência à participação feminina na execução dos mais diversos ofícios e deixa entrever a importância das mulheres que realizaram os trabalhos que tradicionalmente lhes era reservado, a ocupação no comércio dos centros urbanos, as atividades no seio doméstico, dentre outras funções que desempenharam de forma ativa e valiosa para a constituição do perfil feminino no século XIX. O trabalho quer seja para subsistência ou destinado ao abastecimento de mercados, dinamizou as relações entre homens e mulheres, originando, dessa maneira, um espaço de sociabilidade nas cidades, vilas e arraiais.

Sobre as mulheres coloniais, a historiadora Mary Del Priore enfatiza que, “mergulhadas nas asperezas do trabalho doméstico ou nos ofícios de ruas e da lavoura, acabam por elaborar, mesmo como rascunhos dos modelos eruditos, regras e éticas próprias²⁰⁶”. As mulheres souberam com habilidade conciliar os papéis já tradicionalmente instituídos às transformações advindas do século XIX.

Nesse sentido, ainda que socialmente pouco valorizadas e alheias à cultura letrada, privada do saber, importa valorizar a atuação das mulheres que se misturavam aos homens no cotidiano das ruas. Tais mulheres buscaram formas alternativas de trabalho e sobrevivência, driblaram as adversidades do meio e imprimiram, por conseguinte, um colorido especial àquela realidade.

3.4 A educação feminina: uma estratégia de ordenamento

A educação é um tema que merece atenção, pois, funciona como importante instrumento de ordenamento da população. Através da fala do presidente da província

²⁰⁵ CAMPOS, 1996, p. 59.

²⁰⁶ DEL PRIORE, 2000, p. 32.

de Minas Gerais, no ano de 1837, percebemos que a instrução pública era uma preocupação das autoridades.

Se por um lado a instrução é indispensável em uma sociedade bem regulada, para que o homem possa apreciar devidamente seus imprescriptíveis direitos, e aos deveres correlativos, que tem de cumprir, por outro não é menos essencial, refletindo-se que, sem ella, impossível é desenvolver-se a indústria em todos os ramos, de que se compõem, e alimentar-se o amor ao trabalho, que entre outras causas, mais efficazmente contribuirão para darem ao Paiz duradoura tranqüillidade, riquezas, estabilidade em suas Instituições, em summa a felicidade social²⁰⁷.

O interesse em descrever a inserção das mulheres na educação formal revelava uma forma de organização da vida social da população. Como exemplo, podemos observar o relatório apontado anteriormente que, com relação às escolas criadas em 1837, afirma

As do 1º. grão forão freqüentadas durante o anno próximo passado por 3:111 alumnos; as do 2º. por 1476, uns e outros de idade de 5 a 14 annos; entre estes contão-se muito poucas meninas, por que, alem de faltarem geralmente commodos para ellas, em lugares separados, há, da parte dos pais, ou educadores, alguma repugnância em te-las entre meninos²⁰⁸.

O documento reproduzido acima ilustra a complicada situação em que a educação brasileira se encontrava no século XIX. Se o acesso à educação era privilégio de poucos, tal fato tornava-se ainda mais grave para a mulher que enfrentava dificuldades ainda maiores para ter acesso à educação formal.

O jornal Correio do Norte de Montes Claros do ano de 1884, na seção de noticiários, traz um comunicado que recebeu da cidade de S. Francisco sobre o estado em que se encontravam as escolas daquele município.

[...] os prédios escolares desta cidade estão em dependura, especialmente a casa que serve para a aula de meninas, cujas paredes lateraes, as do fundo e frente, isto é, todas ameação prompta ruína. A

²⁰⁷ RPP/MG, 1837, fl.6. Fala do presidente da Província, Sr. Antônio da Costa Pinto.

²⁰⁸ RPP/MG, 1837, fl. 6, Fala do Presidente da Província Sr. Antônio da Costa Pinto

professora pede providencias; o professor faz-lhe coro e ninguém os ouve.²⁰⁹

Essa notícia demonstra a situação caótica em que se encontravam alguns edifícios escolares da região e a necessidade de providências dos poderes competentes para empreender uma reforma. Convém lembrarmos que as aulas para as mulheres não se realizavam nos mesmos cômodos dos homens.

Em sua análise sobre a literatura de viagem Quintaneiro relata que a condição das senhoras brancas apresentava quase sempre o mesmo perfil.

Sem cultura, “educação e conseqüentemente os recursos do espírito”, cercada por numerosa serventia, sem condições de sair de casa para trabalhar ou mesmo divertir-se, a mulher das classes proprietárias parecia uma peça de adorno. A sociedade escravista exibia suas profundas contradições morais por meio desta inútil figura feminina.²¹⁰

Além de ser reduzido o número de mulheres alfabetizadas que conseqüentemente tinham acesso à cultura escrita, aquelas que sabiam ler ainda enfrentavam a dificuldade de terem o conteúdo de suas leituras determinado pelos homens. Controlar as leituras ao alcance das mulheres era uma extensão das prerrogativas masculinas.²¹¹

Em sua análise sobre o Diário da escritora Maria Graham, o estudioso Raymundo Campos percebe que na passagem da viajante à Bahia, ela notou que o nível de instrução das mulheres era incrivelmente baixo e que elas só passavam a ter certa importância social depois de casadas. Ela se espantou com o fato de que só as mulheres casadas podiam participar dos jogos de cartas, que eram uma das principais diversões nas casas. Entretanto, em sua visita ao Rio de Janeiro,

ela viu que os homens e as mulheres possuíam um nível cultural bem superior ao restante do Brasil, atribuindo esse fato à presença da Corte. Encontrou mulheres extremamente elegantes, que falavam e escreviam em francês, tinha bons conhecimentos de literatura em geral, desenho, canto e começavam a aprender inglês.²¹²

²⁰⁹ *CORREIO DO NORTE*, Montes Claros, p. 2, março, 1884.

²¹⁰ QUINTANEIRO, 1995, p. 168.

²¹¹ QUINTANEIRO, 1995, p. 174.

²¹² CAMPOS, 1996, p. 45.

Dessa forma, percebe-se que a presença da corte portuguesa no Brasil dinamizou o universo cultural e suas influências se estenderam, posteriormente, para as demais regiões. Ainda sobre o tema da educação, Tânia Quintaneiro informa que

[...] a instrução poderia colocar em risco o esquema de controle exercido sobre esposas e filhas semi-ociosas, cujo “apetite intelectual”, dizem, era dos mais modestos: não deveriam dedicar-se à leitura nem necessitavam escrever porque poderiam “fazer mau uso da arte”. Por isso, a preferência à escola representava um luxo amiúde dispensável.²¹³

Através da análise dos documentos e material bibliográfico percebe-se que o comportamento das mulheres não era homogêneo e que sofreu distinções nas diversas regiões do país. Além disso, apesar da hierarquia imposta entre brancas e negras, ambas foram relegadas quase sempre à dominação masculina. A preocupação dos poderes públicos, provincial e municipal, já ilustrada por intermédio da análise das fontes, revela que a educação foi importante instrumento de organização da sociedade imperial.

No sertão norte-mineiro do Oitocentos, em Montes Claros, encontra-se o exemplo de uma mulher que, pelo desempenho de suas funções como grande educadora, recebeu diversas homenagens. Dona Eva Bárbara Teixeira de Carvalho iniciou sua carreira como professora particular, mais tarde alcançou a cadeira de instrução pública até se aposentar em fins do século XIX. Fundou em 1856, a banda de música Montesclareense que saiu às ruas pela primeira vez devido às comemorações da elevação da Vila de Formigas à categoria de cidade de Montes Claros. Mesmo após se aposentar, Dona Eva continuou como preceptora de várias moças que lhe eram confiadas. A importância dessa mulher pode ser confirmada com a observação de que ela foi homenageada com a nomeação de uma via pública da cidade. A rua Dona Eva, paralela à São Pedro, formou-se em 1853, com a construção de um sobrado na praça Dr. Chaves, pelo Cel. João Alves Maurício²¹⁴.

²¹³ QUINTANEIRO, 1995, p. 168.

²¹⁴ VIANNA, 1972, p. 148.

O exemplo acima trata de uma personagem que se destaca no ramo da instrução pública, mesmo com as diversas dificuldades enfrentadas na época, sobretudo no que diz respeito à educação das mulheres.

Para Nelson Vianna, o destaque de mulheres na sociedade de Montes Claros do oitocentos foi muitas vezes registrado através da nomeação de ruas. Além da rua já citada anteriormente, constituem exemplos de homenagens as ruas da Raquel e rua da Babita. A primeira faz referência a uma esbelta pernambucana que se viu sozinha após o assassinato de seu companheiro. Desembaraçada do único laço que lhe podia tolher a liberdade, conseguiu amealhar vultosos pecúlios utilizando-se, para alcançar tal finalidade dos encantos naturais e do seu irresistível poder de sedução. Já Babita, apelido da moradora de nome Bárbara, possuía comportamento e moralidade semelhante à Raquel, também alcançando destaque na sociedade da época²¹⁵.

O quadro retratado acima é composto por mulheres que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas características da sociedade da época, obtiveram papel de destaque. O caso da professora Eva, entretanto, difere-se muito dos casos de Raquel e Bárbara. Enquanto a professora conseguiu evidência por ocupar um espaço que a sociedade lhe atribuía e que julgava como adequado (o magistério), as outras se valeram de outros subterfúgios e alcançaram realce no meio em que viviam.

3.5 A imagem das brancas e negras: livres, escravas ou forras

Segundo a historiadora e antropóloga, Ilka Boaventura Leite, os viajantes atribuíam às mulheres, em suas descrições, papéis sociais relacionados ao trabalho, procriação, casamento, prazer sexual, dentre outros.

As descrições que se referiam às senhoras brancas apresentavam um traço comum de recato, timidez e denotavam o distanciamento que mantinham dos homens ou lugares freqüentados por eles. Conforme Ilka Leite, a distância, a dificuldade de contato e de convivência com as mulheres, em parte decorrentes dos padrões morais de comportamento, torna complicada para os homens de um modo geral e aos

²¹⁵ VIANNA, 1972, p. 149,153.

estrangeiros em particular, a aproximação com esse grupo²¹⁶. A historiadora Tânia Quintaneiro informa que a prática de resguardar essas mulheres do convívio com homens, no entanto, não impedia o interesse dos viajantes em observá-las.

Olhares, gestos e expressões faciais, a postura física ao sentar, caminhar ou conversar, o vestuário, os cumprimentos e reverências, enfim, as inúmeras mensagens silentes, que costumeiramente têm papel apenas ancilar numa conversação, passaram a absorver a atenção daqueles interessados em registrar, entre outras coisas, a vida das mulheres nos poucos cenários onde era possível observar aqueles seres tão resguardados do contato com estranhos.²¹⁷

No caso das mulheres negras, os viajantes não se preocupavam em realizar uma distinção entre sua condição de libertas ou escravas, as referências a estes grupos aparecem, sobretudo, associadas à idéia de trabalho²¹⁸. Essas mulheres perambulavam pelos centros urbanos, desempenhavam tarefas domésticas nas residências dos senhores, participavam do comércio ambulante como “vendeiras”, “negras de tabuleiro” e, com isso, estreitava-se um maior contato com os viajantes.

Assim, os estrangeiros puderam traçar a constituição de seus gestos, vestimentas, referências a aparência física e seus adornos com relativa proximidade.

A vaidade revelou-se como um traço forte e marcante entre as mulheres de cor e as senhoras do século XIX em diversas províncias. Segundo Tânia Quintaneiro, no primeiro quartel do século XIX, havia um número relevante de franceses vivendo no Rio de Janeiro e, muitos deles, eram proprietários de lojas, cafés que ofereciam à rua uma atmosfera festiva. Para as senhoras, cabeleireiros franceses eram contratados em determinadas ocasiões como auxiliares na elaboração das densas tranças realçando-as com acessórios.²¹⁹

Com fitas ou um turbante colorido sobre os cabelos, várias correntes no pescoço e nos punhos, vestidas com “volumosas saias-balão de algodão listrado e

²¹⁶ LEITE, 1996, p. 131.

²¹⁷ QUINTANEIRO, 1995, p. 30.

²¹⁸ LEITE, 1996, p. 131.

²¹⁹ QUINTANEIRO, 1995, p. 138.

camisas bordadas que resguardavam seu busto amplo²²⁰, as mulheres negras perambulavam pelos centros urbanos exibindo charme e graça.

Entre as descrições das mulheres brancas e negras, percebe-se que havia distinções entre os recursos utilizados na manutenção da vaidade.

As damas brasileiras dedicavam cuidado especial a seus cabelos, quase sempre longos, brilhantes de pomadas e cremes, presos em coques e tranças, adornadas com pentes, comumente de ouro e ricamente trabalhados, flores naturais ou artificiais de seda, européias, fitas brancas, travessas de contas, papel colorido ou asas de insetos brilhantes, como certos besouros verdes encontrados no país.²²¹

As mulheres negras dispunham de recursos mais simples para se enfeitarem. Ao se depararem com as mulheres negras, os viajantes ficaram impressionados com o estilo de suas indumentárias e a forma como graciosamente moviam o chalé de algodão grosseiro e colorido sobre os seus ombros redondos e brilhantes. Um aspecto que merece atenção é o fato de as mulheres negras andarem descalças, o que parecia funcionar como um estigma de sua própria condição. Entretanto, “no nordeste e sul do país, os sapatos femininos era muito coloridos e algumas damas se esmeravam em exibi-los – vistosos, bordados e de seda – erguendo uma ponta da saia ou movendo com habilidade sua capa”.²²²

Em estudo sobre a história de Montes Claros, Nelson Vianna investiga a formação histórica das vias públicas da cidade. Para o autor, em Montes Claros no século XIX, as mulheres-damas transitavam livremente pelas ruas centrais. Aos domingos, freqüentavam a missa, mais para se mostrarem do que por devoção. E entravam sempre um pouco depois de iniciado o ofício, monopolizando a atenção dos fiéis, com alarde, exibindo ricos vestidos de seda pura, enfeitados com rendas finíssimas.²²³

O fragmento anterior informa-nos um traço característico das senhoras da cidade de Montes Claros. Nessa passagem, observamos o comportamento de mulheres brancas que, como em outras regiões do país, quando saíam de casa eram vistas em

²²⁰ QUINTANEIRO, 1995, p. 187.

²²¹ QUINTANEIRO, 1995, p. 188.

²²² QUINTANEIRO, 1995, p. 187.

²²³ VIANNA, 1972, p. 152.

comemorações religiosas. A referência às vestimentas é um distintivo que a exemplo das mulheres-damas de alguns centros urbanos, como foi explicado anteriormente, dispunham de vários recursos para a manutenção da vaidade.

3.6 O cotidiano feminino no sertão norte mineiro oitocentista

O historiador Alysso Luiz Freitas de Jesus, em recente dissertação de mestrado, lança mão de vários documentos, como por exemplo processos-crime, cartas de alforria e relatórios dos presidentes de província, no intuito de retratar o cotidiano complexo do sertão Oitocentista no Norte de Minas Gerais. Esse trabalho fornece relevante contribuição para repensarmos parte das idéias sobre escravidão e liberdade no Brasil durante o século XIX. Apesar desse tema não ser o objeto central de discussão no presente trabalho, é importante ressaltarmos que perceber as estratégias de sobrevivência de cativos, forros e homens livres no cotidiano escravista é essencial para a compreensão de como essas pessoas se comportaram diante do ordenamento imposto pelo Estado.

Tendo em vista o Norte de Minas no século XIX, Jesus relata que

em vários momentos nota-se o recurso à violência como forma de resolução dos seus embates. Escravos, libertos e homens livres inseriam-se em um jogo no qual não era permitido oferecer o outro lado da face. O uso imediato da violência apresentava-se como um dos recursos para a defesa da honra e como resultado da adaptação às relações sócio-culturais vividas na região²²⁴.

Entretanto, não podemos analisar o cenário do sertão norte-mineiro, no século XIX, de maneira superficial. Como Jesus, entendemos que caracterizar esse local pela presença da violência, da desordem, da ausência do Estado, implica em incorrerem na idéia de um “sertão bárbaro”, o que, conforme discutido no Capítulo II desta dissertação, esforçamos em combater. Acreditamos ainda que o recurso a justiça contribuiu para o ordenamento do sertão.

²²⁴ JESUS, 2005, p. 59

Por intermédio da análise dos processos-crime, para Montes Claros, Jesus afirma que como sujeitos ativos

As mulheres foram minoria, como a escrava Mathilde, de aproximadamente 15 anos de idade, que assassinou Anna Joaquina Mourão. A livre era responsável por cuidar da casa do senhor José Rodrigues Fróes. Certo dia, a escrava aproveitou que estava sozinha com Anna e fechou todas as portas e janelas da casa, começando “a desferir golpes de enxada na vítima”. Esta morreu 8 dias depois com “ferimentos na cabeça, no abdome e baixo ventre, tórax, pulmões, peito, costas”. Segundo a mesma Anna, Mathilde a agredira porque a escrava fora encontrada junto com Gregório – também escravo de José Rodrigues Fróes – praticando atos imorais na cama do senhor. Assim, Anna Joaquina teria castigado os dois cativos dias antes do crime perpetrado por Mathilde²²⁵.

Sobre o cotidiano feminino, permeado pela violência no sertão norte-mineiro do século XIX, deparamo-nos com algumas notas. Em 1884, o jornal *Correio do Norte* apresentou em um noticiário um caso de envenenamento que ocorreu no Arraial do Bom-Fim e acometera três vítimas.

Tal crime attribue-se a um tal Pedro Magno, vulgo Balaio [...] segundo nos informam, teve lugar por meio de um beiju, adrede preparado, offerecido pelo dito indivíduo, - e a razão não se sabe, - à moça mais velha, que tinha apenas 16 annos, e que, innocentemente, o repartiu com o Pae e as duas irmãs, morrendo uma no mesmo dia, e as outras duas no dia seguinte.²²⁶

O crime relatado acima demonstra a perversidade desse homem que não poupou as mulheres e nem o seu pai. Esse fato é uma mostra dos tipos de violência que aconteciam na região. No mesmo jornal, encontramos referência a morte de outra mulher que não foi identificada e que residia na cidade de Montes Claros na chamada “rua detrás”. A sua morte é apontada no periódico no item queimadura, pois, estando ébria, caiu no fogo e queimou-se horivelmente²²⁷.

²²⁵ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.287. In JESUS, p. 109.

²²⁶ *CORREIO DO NORTE*, Montes Claros, 1884, mês, p. 2.

²²⁷ *CORREIO DO NORTE*, Montes Claros, 1884, mês, p. 2.

O uso da violência na resolução de conflitos pode ser compreendido através de diversos tipos de fontes. Entendemos assim, que a ocorrência de um crime pode ser entendida como a quebra da ordem, recorremos à investigação dos processos-crime do sertão norte-mineiro Oitocentista para discutir o papel ocupado pela mulher diante do ordenamento social.

Podemos entender os processos criminais como uma materialização da tentativa da justiça de garantir os direitos individuais. Quando uma lei é desrespeitada, freqüentemente o ato de tal violação resulta em um processo crime. É claro que o alcance da justiça sempre foi objeto de discussão e, em se tratando do período Imperial brasileiro, devemos sempre estar atentos ao acesso ou não à justiça, sobretudo pelas camadas desprivilegiadas na hierarquia social.

Ivan de Andrade Vellasco analisa a administração da justiça em Minas Gerais no século XIX como uma forma de os atores sociais buscarem o reconhecimento e a efetivação de seus direitos, e como uma maneira do Estado propagar a ordem. Através de uma leitura dos processos, dos autos de querelas e de análises quantitativas, o autor trabalha com a hipótese de que

[...] o judiciário ter-se-ia constituído um lócus privilegiado do processo de negociação da ordem que, ao mesmo tempo em que estabelecia regras impessoais, conformando códigos morais e valores, afirmava a presença e intervenção do poder público como um espaço de mediação, cuja legitimidade apresentava-se através do discurso normativo, impessoal e universalizante.²²⁸

Conforme discutido no início do Capítulo I, há uma dicotomia no Brasil Imperial entre o chamado “país ideal” e o “país real”. Aquele pode ser caracterizado pelo exato cumprimento das leis, independente da condição social do indivíduo e da região do país; já este é marcado pela hierarquia nas relações sociais e conflito pela sobrevivência, onde a justiça não era distribuída de maneira igualitária. Entretanto, isso não quer dizer que a justiça fosse privilégio de poucos. Parece-nos claro que a dicotomia entre essas duas lógicas retrata um conflito entre o lugar da ordem,

²²⁸ VELLASCO, 2004, p. 24-25.

caracterizado pelo pleno funcionamento das instituições do Estado, e o lugar da desordem, em que a administração pública não alcançava.

Velasco critica a clássica distinção entre o que ele chama de “país formal”, cuja existência era constatada na constituição e nos códigos legais que vigoravam apenas “no papel” e o “país real”, cuja vida seguia alheia e à margem dos direitos estabelecidos pelas leis. Entretanto, para o autor, a percepção da evidente variação do acesso à justiça e de sua capacidade de afirmação diante dos poderes privados de região para região

[...] não autoriza, todavia, as generalizações por baixo, que apontam seja a inexistência de um Estado seja a ausência de uma “sociedade”, ambos aprisionados em seus desenvolvimentos pela lógica inexorável da ordem privada e seus interesses soberanos [...]. O que não autoriza também as generalizações por alto, que vêem no Estado um demiurgo transplantado de Portugal, como as pedras que faziam de lastro nos navios, e remontado no outro lado do Atlântico, uma máquina herdada e contínua no tempo, onipotente diante de uma sociedade fraca ou inexistente.²²⁹

O que Velasco chama de “nivelamento por baixo”, ou seja, a inexistência do Estado é uma característica que tende a ser mais atribuída à região que é objeto de estudo deste trabalho: o sertão norte-mineiro. Conforme apresentado no Capítulo II, o sertão é freqüentemente visto como o lugar da barbárie, da desordem. Tal percepção pode ser ilustrada por um processo analisado por Velasco na comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, no século XIX. Constam nos autos desse processo que uma das testemunhas do espancamento da forra Jacinta Prudenciana de Jesus advertiu os agressores afirmando que aquele ato era inaceitável, pois, eles não estavam no sertão.²³⁰

O cenário cotidiano do sertão norte-mineiro, especialmente a cidade de Montes Claros, é o *lócus* privilegiado de análise desta pesquisa. As referências freqüentes a outras localidades, entretanto, são importantes para compreendermos o alcance das políticas de ordenamento e como sobreviveram homens e mulheres nessa teia de conflitos pela sobrevivência. Nesse contexto, realizamos uma investigação no

²²⁹ VELLASCO, 2004, p. 26.

²³⁰ VELLASCO, 2004, p 189.

Departamento de pesquisa e documentação regional da UNIMONTES - DPDOR, sobre os processos-crime existentes em Montes Claros durante o período Imperial brasileiro. Contrariando o diálogo tradicional que ao longo do tempo atribuiu às mulheres a condição de vítimas, essa averiguação tem o intuito de desvendar a participação feminina nos processos criminais como agentes, ou seja, as réas.

Na documentação disponível no DPDOR da UNIMONTES deparamos com a presença das mulheres em uma diversidade de ações tipificadas como criminosas. Para o período compreendido entre os anos de 1822 e 1889, existe o registro de 43 processos criminais em que a mulher figura como ré, distribuídos da seguinte forma: três de roubo e extorsão, 31 de lesão corporal, dois de injúria, três de furto, um de calúnia, um de dano, um de resistência e um de adultério.

No dia cinco do mês de dezembro de 1870 foi denunciado pelo Promotor Público da cidade de Montes Claros um fato criminoso. Francisca, vulgo Paulista, Angélica de tal, e Joaquina de tal, reunidas, dirigiram-se à casa de Ricarda Dionísia do Nascimento. Esta, vendo-as já perto, recusara de ser por elas ofendida e recolheu-se imediatamente a um quarto por não ter tempo de fechar a porta principal da casa que foi tomada pelas três mulheres. No auto de perguntas da ofendida é possível inferirmos que ela tinha dezesseis anos de idade, natural da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus, solteira, que não sabia ler e escrever e que vivia de coser e fiar. A ofendida alega que essas mulheres entraram em sua casa e pegaram em seu braço dizendo que ela havia de pagar-lhe os desaforos; ela recolheu-se para um quarto com medo de ser espancada. As indiciadas, vendo a ofendida acuada e a candeia apagada, saíram para buscar fogo a fim de ascender a mesma. A vítima não responde se a candeia foi acesa, mas, logo que notou a retirada das réas percebeu que havia sumido uma saia, uma camisa, um chalé, dois mil réis e, conseqüentemente, atribuiu esse roubo às três indiciadas. A ré Joaquina tinha cerca de vinte e quatro anos, solteira, vivia de costuras e de agências, também não sabia ler e escrever; Francisca Xavier da Conceição tinha dezenove anos, casada, também vivia de costuras e não sabia ler e escrever; ambas eram naturais da freguesia da cidade de Montes Claros. Ao longo desse processo, foram ouvidas algumas testemunhas para elucidação do caso. Uma delas, Maria Joana de Jesus, com quarenta e cinco anos mais ou menos, viúva, costureira, moradora desta

cidade e natural da Vila do Rio de Contas, Província da Bahia, sendo inquirida sobre os fatos constantes das petições respondeu que estando ela já deitada a noite, ouviu vozes na casa de sua vizinha, a ofendida Ricarda. Essas pessoas dirigiam injúrias contra a mesma e ameaças de espancamento, sendo que as palavras injuriosas foram tais que a testemunha por decência não profere²³¹.

No ano de 1854, em Montes Claros de Formigas, a análise de um documento permite-nos conhecer a queixa da mulher Francisca Maria de Jesus sobre as injúrias que sofrera por parte de Angélica Soares da Fonseca que culminou em ação criminosa contra a honra. Pelo fato desse documento estar muito deteriorado, não foi possível uma leitura pormenorizada. Contudo, foi possível compreendermos que a ré Angélica entrou sem licença na casa de Francisca Maria, viúva, honesta, moradora desta vila e que, armada de um canivete de ponta injuriou-a com as mais obscenas palavras. A denunciada tinha o intuito de agredir a vítima e também a sua filha de nome Senhorinha, mas foi impedida por João Pereira da Silva. A vítima recorre a justiça para que sejam tomadas as devidas providências²³².

Os processos criminais apresentados anteriormente retratam conflitos existentes entre a população do sertão norte-mineiro. Entretanto, interessa-nos particularmente ressaltar que os fatos das desavenças terem culminado em processos-crime ilustram o desejo das vítimas de buscarem a solução dos conflitos através da justiça.

Vellasco investiga os usos sociais da justiça e as demandas pela sua ação e eficácia na província mineira durante o século XIX. Para o pesquisador, além das camadas privilegiadas da sociedade, escravos, livres, homens e mulheres pobres ou de camadas intermediárias recorriam à justiça para resolver seus embates. Dessa forma, poderiam participar das páginas dos processos, não apenas como objetos inertes da ação de controle social e imposição da ordem. Surgem também como demandantes da lei e da ordem, vendo a justiça como um instrumento para obtenção de direitos e garantias consubstanciados nos códigos legais²³³.

²³¹DPDOR/AFGC, Processo criminal nº 000.027.

²³² DPDOR/AFGC, Processo criminal nº 000.004.

²³³ VELLASCO, 2004, p. 27-28.

O processo reproduzido a seguir trata de um crime de lesão corporal do ano de 1885 em Montes Claros. Esse processo-crime tem como ré a mulher Maria Rosa de Oliveira. Natural da Freguesia de Santo Antônio do Gorutuba, município de Grão Mogol, residia em Montes Claros, solteira, com cerca de vinte e três anos, cor clara, costureira, não sabia nem ler e escrever. Maria Rosa foi presa em um ato de flagrante delito pelos praças por ter disparado um tiro de arma de fogo em um grupo composto de três pessoas: Domingos Primo de Araújo, Maria de tal, irmã da condenada, e um indivíduo cujo nome é ignorado. Esse grupo achava-se conversando no fundo da casa de D. Geralda quando a denunciada, armada de uma garrucha apareceu na janela da casa, onde residia, e desfechou fogo contra o grupo, sendo que Maria ficou ferida levemente em um dos braços. Diante desse fato, o promotor diz que a mesma deve ser punida de acordo com a lei.

O caso da ré Maria Rosa de Oliveira é ilustrativo de uma característica freqüente nos crimes cotidianos: a embriaguez. Essa especificidade é tratada pelo viajante inglês Richard Burton em suas descrições sobre o comportamento do homem mineiro. Para esse viajante, se nas cidades litorâneas, a sobriedade é a regra, sobretudo entre as pessoas instruídas, no interior, entretanto, bebe-se muito. Burton afirma que tal fato está relacionado à dieta vegetal, à facilidade de se encontrar bebida barata e forte e ao exemplo dos exilados.

É difícil contratar trabalhadores, livres ou escravos, que não se excedam habitualmente na bebida, e, se o “patrão” dá o exemplo, a indulgência ultrapassará todos os limites [...]. Como os orientais, poucos homens aqui bebem moderadamente; os que bebem, bebem muito, e os que evitam o vício são inteiramente abstêmios²³⁴.

No Arraial de Brejo das Almas, Termo da cidade de Montes Claros, em dezembro de 1882, encontra-se referência a um crime envolvendo duas mulheres. Ao fazer os exames e investigações na ofendida, os peritos constataram que ela havia sofrido muitos ferimentos no rosto e no corpo. Durante o exame realizado na vítima Josefina Soares de Oliveira, ela informou que foi agredida com golpes de navalha por Servelina Ferreira de Queirós. Disse ainda a vítima que poderia ficar aleijada de um

²³⁴ BURTON, 1976, p. 332.

braço e com imperfeições no rosto. A testemunha, João Maurício da Luz, solteiro, negociante, residente neste Arraial relatou que entre nove ou dez horas da noite mais ou menos, ele ouviu umas vozes e quando saiu a porta para olhar

avistou duas mulheres agarradas uma com a outra sobre o chão, e convidando Marcelino para irem acodir e quando ali chegaram Servalina Ferreira de Queirós saíram carreira ficando a Josefina Soares de Oliveira bem estragada de talhos de navalha, elle testemunha perguntando a ella como foi aquilo ella respondera que por cauza do Senhor Elias Rodrigues Jorje ter costume ir em caza della offendida.²³⁵

O viajante Richard Burton, ao descrever o habitante da província de Minas Gerais, afirma que estes geralmente andam armados, com revolveres e punhais. Na opinião desse pesquisador, nesta província, o derramamento de sangue é encarado sem muito horror e praticamente não há aquela preocupação e aquele respeito pela vida humana que caracterizam os antigos países da Europa.²³⁶ É importante lembrarmos que a percepção do viajante é formada a partir da cultura europeia, muito diferente da realidade brasileira. Apesar do comportamento relatado pelo viajante, parece-nos precipitado afirmar que a província mineira se configura como um lugar mais violento do que outras regiões.

Em 1834, sob a condição de Vila, encontramos um processo criminal em Montes Claros de Formigas que envolviam os réus Bento e Quitéria. A querela assentava-se em torno do furto de um cavalo em que a escrava de Ana Maria e o crioulo Bento havia furtado e colocado carga para viajar até os gerais de São Felipe, onde trabalhariam. Sendo inquirido pelo Conselho do Júri sobre quantos dias ele havia gastado na viagem com o cavalo, ele afirma terem-se passado cinco dias, mas que a rapariga Quitéria é que conduziu o cavalo. Através da fala de Bento, percebemos que ele não saiu da vila com Quitéria e que a encontrou nas Cabeceiras de Canoas, sendo que o escravo do Autor, de nome João é que havia dado o cavalo à Quitéria. Por meio do interrogatório da ré, ela afirma que não furtou o cavalo e que o animal havia sido emprestado pelo escravo João a Bento Pereira. Quitéria também informa que o animal

²³⁵ DPDOR/AFGC, Processo criminal nº 000.287.

²³⁶ BURTON, 1976, p.331.

foi emprestado um dia antes da viagem para o dito Bento para que ele conduzisse até Brejinho para comprar alguns mantimentos. As testemunhas do caso foram ouvidas; Bento José da Silva disse que soube por ouvir dizer que o cavalo foi dado a escrava Quitéria e que o réu Bento seguia em sua viagem quando encontrou a rapariga. Diante dessas informações, o júri achou matéria para a acusação da escrava Quitéria.

Outro caso de furto é notificado na cidade de Montes Claros, no ano de 1860. A queixa foi realizada por José Diamantino de Menezes. A denunciada, Joaquina Ferreira dos Santos tinha quinze anos de idade, solteira, vivia de coser e fiar, não sabia ler e escrever, era natural de Brejo das Almas, mas que estava a um ou dois meses residindo nesta cidade. Ao dar a sua versão para o caso, a vítima informa que havia se hospedado na cidade na residência de D. Raquel Maria Fernandes e que tinha na casa, relações com Joaquina Ferreira de tal, a qual abusou da confiança nela depositada e furtou uma gravata com um alfinete que tinha cravado um brilhante. Após o ocorrido, uma parenta da ré foi buscá-la na casa de D. Raquel e a vítima recorre a justiça para que fosse feito um mandado de busca na bagagem da denunciada e sua parente. A fala de D. Raquel Maria é importante para a compreensão deste caso; natural e residente nesta cidade, onde vivia de seu negócio, de cinqüenta e cinco anos ela também afirma ser parente da ré. Em seu depoimento, ela revela que sabe por ver e presenciar o desaparecimento do brilhante de sua casa e que ouviu a ré dizer que ela mesma havia tirado da gravata.²³⁷

Os processos-crime relacionados a furto de objetos também ilustram a criminalidade do sertão norte-mineiro no século XIX. Este tipo de crime desperta a atenção para uma característica da sociedade da época: a difícil garantia da sobrevivência. As supostas autoras dos crimes relatados acima, Quitéria e Joaquina Ferreira dos Santos, são, ao que tudo indica pobres e, possivelmente, viram nesta ação uma estratégia direta ou indireta para resolver problemas imediatos e amenizar as dificuldades financeiras enfrentadas. Nos diversos processos analisados, é comum que as denunciadas fossem mulheres solteiras, que realizavam trabalhos autônomos, como

²³⁷ DPDOR/AFGC, Processo criminal nº 000.039.

coser e fiar, ou trabalhavam em todo tipo de serviço doméstico. No contexto da sociedade da época, a luta solitária dessas mulheres pela sobrevivência poderia ser, diversas vezes, muito árdua.

O processo criminal de 1884 envolve os réus José Rodrigues dos Santos e Maria Rita de Jesus. A análise das partes constituintes desse processo revelou um caso de roubo ocorrido na casa de Francisco Alves de Azevedo, morador do subúrbio da cidade de Montes Claros.

O queixoso Francisco Alves de Azevedo informa que o teto de sua casa era forrado em toda a sua extensão com varas e que o único vestígio apreciável foi o deslocamento das varas do teto da saleta que possibilitava a entrada de qualquer indivíduo na casa sem nenhum empecilho. Os réus eram casados e chamados forasteiros por residirem na província da Bahia. José Rodrigues dos Santos foi encontrado com um facão, uma pistola e uma garrucha. O réu afirma que o facão foi comprado por duas patacas perto da casa de Antônio Francisco Barbosa com o único dinheiro que tinha. Ele foi questionado porque comprara um facão velho e com o cabo já arruinado se já possuía um canivete. Na ocasião, ele diz que o canivete era pequeno e por isso comprara o facão, mas também trocara uma espingarda pela garrucha presente para não andar desarmado. Perguntada porque o marido havia comprado esse facão, Maria Rita afirma ter achado ele barato e que ainda poderia sobrar algum dinheiro para comprar uma galinha e um prato de farinha. É curioso observarmos que nas entrelinhas do processo, perguntados os réus se antes de chegarem a cidade haviam descansado, a mulher afirma que pararam perto de um rego depois do meio dia; em suas declarações, o queixoso Francisco Alves de Azevedo afirma que residia além da ponte, perto de um rego e que no dia em que sua casa foi arrombada demorou na cidade até depois do meio dia.²³⁸

A análise desses processos que, muitas vezes não apontaram uma solução condizente com o que era desejado pelas vítimas, revela como homens e mulheres utilizaram artifícios diversos para sobreviver diante dos infortúnios. Era comum que sendo essa região, entre as províncias da Bahia e de São Paulo, estratégico local de

²³⁸ DPDOR/AFGC, Processo criminal nº 000.030.

passagem, encontrássemos registros envolvendo direta ou indiretamente, nos conflitos, forasteiros desses lugares.

Na cidade de Jequitahy, na noite do dia 10 de setembro de 1887, ocorreu um fato criminoso que culminou em processo-crime de lesão corporal. Várias pessoas que se reuniam pacificamente, para conversarem na residência de Victoria Pereira Rodrigues, foram surpreendidas com a chegada da mulher chamada Lina de tal. Ela chegou até a porta e convidou Aurelino Rodrigues de Oliveira para que a acompanhasse até a sua casa. Na ocasião, ele atendeu ao convite de Lina e disse que sem demora não tardaria chegar.

Lina retirou-se por poucos momentos e voltando a casa de Victoria indagou se Aurelino ainda ali se achava e, como se lhe respondessem afirmativamente; e Lina penetrou na sala e servindo-se de uma faca com que estava armada, cravou-a sobre o peito esquerdo de Maria Rosa dos Santos sem que esta o esperasse, cuja ofensa foi feita pelos peritos condenada mortal em razão de sua gravidade.²³⁹

Com cinqüenta e quatro anos de idade, viúvo e negociante, natural da província de São Paulo, a testemunha Joaquim Antônio da Silva foi chamado por Aurelino Rodrigues de Oliveira para socorrer Maria Rosa dos Santos após a facada. Ao verificarmos os autos do processo mencionado anteriormente e, através do depoimento de Joaquim Antônio da Silva, temos alguns indícios importantes das possíveis causas desta querela. Em seu depoimento, ele atesta que Maria Rosa era irmã da ré e que ouviu dizer que entre as irmãs havia muita richa e inimizades.²⁴⁰ Parece-nos, portanto, que esse conflito foi motivado por ciúmes da ré.

Em julho de 1881 na cidade de Montes Claros, foi presa uma mulher, Henriqueta Soares D'Almeida, em flagrante por ter sido encontrada esfaqueando um homem chamado Manoel Pedro Soares de Toledo. A ré tinha vinte e quatro anos de idade, solteira, natural do Bonfim e residente nesta cidade²⁴¹.

Se no processo acima, a ação violenta da mulher dirige-se a um homem, no processo criminal apresentado a seguir tanto a vítima como a ré, são mulheres.

²³⁹ DPDOR/AFGC, Processo criminal nº 000.356.

²⁴⁰ DPDOR/AFGC, Processo criminal nº 000.356.

²⁴¹ DPDOR/AFGC, Processo criminal nº 000.278.

O processo criminal do mês de outubro de 1887 da cidade de Montes Claros envolveu Angélica Pereira da Silva e Maria, como réis; as vítimas Antônia Pinheiro Lima e sua filha Joanna. Angélica Pereira da Silva, natural desta cidade, residia a treze anos próximo ao Rio dos Boracos, vivia de trabalhos domésticos e ajudava o marido na roça. As referências a sua companheira Maria resume-se apenas ao nome de seu marido, Caetano Borges. Antônia Pereira Lima, de vinte e quatro para vinte e cinco anos de idade, solteira, natural de Brejo das Almas, vivia de todo trabalho doméstico. A queixosa alega que estava em sua casa no mencionado local, Boracos, quando foi agredida e espancada com sua filha de nome Joana. Ela afirma que Angélica agarrou-a pelo braço e depois chegou Maria; ambas praticaram o espancamento com um chicote de que estava armada esta.²⁴²

Os crimes descritos anteriormente são um ilustrativo de que tanto homens como mulheres foram vítimas do furor feminino. É claro que motivações diversas impeliram as mulheres sertanejas a uma série de atos violentos. Mesmo sendo minoria na gama de processos criminais para Montes Claros durante o período Imperial, a ação violenta de mulheres demonstra tanto a quebra da ordem quanto a intervenção da justiça nas querelas cotidianas.

Convém ressaltar ainda que as réis são, em maioria, pessoas com poucos recursos materiais, sem instrução e que contrariam o discurso oficial sobre o papel e a conduta feminina. Isso não quer dizer que as senhoras também não cometessem atos violentos.

Em vinte e três de janeiro de 1888, o escravo de nome Miguel de vinte e sete anos de idade mais ou menos, apresentou-se à delegacia de Montes Claros para registrar uma queixa contra a sua senhora D. Cândida mulher de João José Vieira. No auto de perguntas ao paciente é possível depreendermos que a senhora em questão estava castigando a mulher do queixoso de nome Joana quando ele interferiu e pediu que não a castigasse, pois, ela era livre. D. Cândida diz que não iria castigar somente a sua mulher, mas também ao próprio Miguel. Diante disso, o escravo informa que preferia ser castigado a ver sua mulher sofrendo, entretanto, a senhora parece não ter ouvido os apelos do escravo e utilizou um tição de fogo como instrumento para ferir o

²⁴² DPDOR/AFGC, Processo criminal nº 000.351.

denunciante. Procedemos a leitura desse documento do final do século XIX que registra o seguinte desfecho.

Ao final do processo foi considerado que o auto de corpo de delicto (...) não oferece base para a criminalidade; por quanto, Miguel escravo de João José Vieira recebeu a ofensa leve de sua senhora – D. Cândida quando infigia he castigo moderado, procedimento que sendo permitido por lei, exclui a (...) de má fé (...) os elementos constitutivos do acto criminoso, neste caso não devendo ser aceita a queixa.²⁴³

As armas utilizadas pelas mulheres, de acordo com os processos analisados, habitualmente são instrumentos do cotidiano, como facas, canivetes, facões, chicote, fogo, entre outros, evidenciando, claramente, que a violência fazia parte do dia a dia das mulheres²⁴⁴ e, por extensão, da população norte-mineira. Entretanto, a ocorrência e o registro do crime, ou seja, a recorrência à justiça formal, daquilo que é “fora da lei”, evidencia a existência da ordem.

²⁴³ DPDOR/AFGC, Processo criminal nº 000.360.

²⁴⁴ Em pesquisa realizada na cidade de Franca, interior da Província de São Paulo sobre o século XIX, a historiadora Regina Célia Lima Caleiro afirma que o grande número de processos encontrados em que a mulher é autora de um ato violento desfaz a impressão de que a mulher é sempre vítima. Para a pesquisadora, enquanto ré, a mulher expressa um comportamento diferente daquele que lhe é constantemente atribuído pela sociedade da época, ou seja, uma postura pacífica e vinculada à sua “natureza” maternal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ordenamento do Estado brasileiro proposto por um projeto da elite Imperial que intentava colocar em ação suas idéias de modernização das instituições públicas do país, além da imposição de normas sobre o comportamento da população, constituiu nosso objeto de atenção ao longo deste trabalho.

O cenário escolhido para investigação dessa pesquisa foi a província de Minas Gerais, especialmente a região do sertão norte-mineiro. O contexto de transformações sociais, políticas e econômicas vão provocar alterações significativas na vida das pessoas.

Apesar de reconhecer que a ação do Estado não ocorre de maneira homogênea e com a mesma intensidade em todas as regiões do país, percebemos que o projeto civilizador da época também está presente no sertão norte-mineiro. A efetivação de tal projeto pode ser compreendida pelo conjunto de leis que regulamentavam a sociedade e pela intensa comunicação do presidente da província mineira com o governo Imperial ao discutirem diversos aspectos que norteavam a administração pública.

A análise dos Relatórios dos Presidentes de Província e dos Códigos de Posturas Municipais permitiram inferir que o Estado não estava alheio às questões do sertão e que através de diversas ações locais o discurso normativo era assimilado pela região.

Os viajantes que visitaram nos Oitocentos a província mineira e o sertão norte-mineiro, especificamente, forneceram-nos informações sobre a visão do Europeu, habitante do local de onde irradiavam as idéias modernizadoras, sobre as características da região na época. Através das informações fornecidas por esses pesquisadores, podemos afirmar que o norte de Minas era visto, muitas vezes, como um lugar mais violento do que outras regiões, onde estavam presentes em grande número homens rudes e de comportamento inadequado. Porém, é preciso sempre lembrar que o viajante realizava sua análise baseado em referências culturais particulares, o que resulta em uma visão parcial da realidade.

Convém lembrar que nesse universo repleto de tensões e contradições, a compreensão do comportamento das mulheres, no Oitocentos, foi peça fundamental para investigarmos o conflito existente entre a ordem institucional imposta pelo Estado e a sobrevivência da população. A análise das fontes permitiu-nos compreender que as contradições entre o projeto oficial e a vida da população local, muitas vezes, apresentaram-se mais complexas do que conseguimos perceber na historiografia tradicional.

Ressaltamos que, se o sertão norte-mineiro do período colonial ainda estava relativamente distante da influência das idéias modernizadoras dos grandes centros urbanos, o que o faz muitas vezes ser visto como bárbaro, a região no período Imperial está inserida no ordenamento proposto pelo Estado, o que pode ser percebido através das diversas fontes utilizadas nesta pesquisa.

FONTES

Fontes primárias

1. Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais

Disponível no site: <http://www.uchicago.br> Acessos entre os anos de 2005 e 2006. Falas Dirigidas à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais – século XIX – 1837 a 1888.

2. Códigos de Posturas Municipais

Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – DPDOR/UNIMONTES. Arquivo da Administração Pública de Montes Claros – APMC – Montes Claros – MG. Documentos entre os anos de 1830 e 1888.

3. Processos criminais

Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – DPDOR/UNIMONTES. Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves/AFGC. Montes Claros – MG. Processos entre os anos de 1822 e 1889.

4. *CORREIO DO NORTE*, Montes Claros, 1884-1885.

Fontes publicadas

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Tradução de David Jardim Júnior. São Paulo: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

CAMPOS, Raymundo Carlos B. *Viagem ao nascimento de uma nação: o diário de Maria Graham*. São Paulo: Atual, 1996.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1979.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil (1802-1852)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil 3; v.8)

SAINT-HILAIRE, Auguste De. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*; tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

MARTIUS, Karl F. P. von.; SPIX, Johann B. von. *Viagem pelo Brasil: 1814-1820*. 3.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. Coordenador geral da Coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V.2

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial S.A, 1979.

BIEBER, Judy. *Power, patronage and political violence: State building a Brazilian Frontier – 1822-1889*. Nebraska, University of Nebraska Press, 1999 citado por JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no Norte de Minas Gerais 1830- 1888*. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG). 2005.

BRASIL, Henrique de Oliva. *História e desenvolvimento de Montes Claros*. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A, 1945.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 34, p. 10-15, 1991.

CABRAL, Antônio Ferreira. *O Sertão Norte-Mineiro*. Montes Claros: Gráfico Polígono, 1985.

CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata: a violência que se advinha*. 2004. Tese (Doutorado em História) – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-60.

CERQUEIRA, Marcello. *A Constituição na História: origem e reforma*. Rio de Janeiro: Renavan, 1993.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, João Batista de Almeida. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília – UNB.) 1999.

COSTA, João Batista de Almeida. *Tomando alho por bugalhos: o decantado desenvolvimento no norte de Minas*. 2004 (mimeo).

DEL PRIORE, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997 citado por JESUS, Alysso Luiz Freitas de. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no Norte de Minas Gerais 1830-1888*. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG). 2005.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. I tomo.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

GODOY, Marcelo M; RODARTE, Mário M. S. *Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX*. Seminário sobre a Economia Mineira, XI. Diamantina, 2004.

HISTÓRIA DAS MULHERES NO OCIDENTE. v. 4/século XIX/sob a direção de Geneviève Fraisse e Michelle Perrot. Edições Afrontamento.

JESUS, Alysso Luiz Freitas de. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no Norte de Minas Gerais 1830- 1888*. (Dissertação de Mestrado apresentada ao

Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG). 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LIMA, Nizia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, supl. 0, p 163-193, Jul. 1998.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. Coordenador geral da Coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V.2

MAURO, Frederic. *O Brasil no tempo de D. Pedro II: 1831-1889*. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

MESGRAVIS, Laima. *A sociedade brasileira e a historiografia colônia*. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

MORELLI, Jonice dos Reis Procópio. *Escravos e crimes: fragmentos do cotidiano. Montes Claros de Formigas no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, supl.0, p 1-23, Jul. 1998.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Belo Horizonte: Edição do autor, 1979.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. *A teia e a trama da fragilidade humana: os filhos ilegítimos em Minas Gerais (1770-1840)*. Belo Horizonte:FAFICH/UFMG, 2003. (Dissertação de Mestrado).

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino sob o olhar dos viajadores do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995.

RIST, Gilbert. *The history of development: from western origins faith*. New York: Zed Books, 1997.

ROSEN, George. *Da Polícia Médica à Medicina Social: ensaios sobre a história da assistência médica no Rio de Janeiro*: Edições Graal, 1979.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Ed. Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 20.Ed. rer. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Varia História / Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal de Minas Gerais. Vol. 22 nº 36 – 2006. Belo Horizonte: Departamento de História da Fafich.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais – século XIX*. Bauru /São Paulo: Edusc, 2004.

VIANNA, Nelson. *Serões montesclarenses*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1972.